

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TATIELY PEREIRA DE ARAÚJO

O DESEJO NA PSICANÁLISE: DO OBJETO DO DESEJO AO OBJETO CAUSA DE
DESEJO

Goiânia

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação [] Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Estelvy Pereira de Araújo*

Título do trabalho: *O Desejo na Psicorálise: do Objeto do Desejo ao Objeto
Causa de Desejo*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Estelvy Pereira de Araújo
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 15 / 04 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação de dissertação/tese em livro.

Universidade Federal de Goiás

Faculdade De Educação

Tatiely Pereira de Araújo

O Desejo na Psicanálise: do Objeto do Desejo ao Objeto Causa de Desejo

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli.

Goiânia

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira de Araújo, Tatiely
O Desejo na Psicanálise [manuscrito]: do Objeto do Desejo ao
Objeto Causa de Desejo / Tatiely Pereira de Araújo. - 2018.
CXIX, 119 f.

Orientador: Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2018.
Bibliografia.

1. Psicanálise. 2. Desejo. 3. Lacan. 4. Clínica Psicanalítica. I.
Giovani Burgarelli, Cristovão, orient. II. Título.

CDU 159.9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

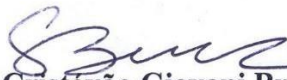
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050

Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
TATIELY PEREIRA DE ARAÚJO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito (29/03/2018), às ____ horas reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Cristóvão Giovani Burgarelli**, doutor em **Linguística** pela Universidade Estadual de Campinas, Prof^ª. Dr^ª. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**, doutora em **Educação** pela Universidade Federal de Goiás, Prof^ª Dr^ª **Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza**, doutora em **Psicologia Clínica e Cultura** pela Universidade de Brasília e Prof^ª. Dr^ª. **Daniela Scheinkman Chatelard**, doutora em **Filosofia** pelo Université Paris 8 para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: “**O DESEJO NA PSICANÁLISE: DO OBJETO DO DESEJO AO OBJETO CAUSA DE DESEJO**”, em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Tatiely Pereira de Araújo**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Cristóvão Giovani Burgarelli**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **aprovada**. Os trabalhos foram até às ____ horas e eu, **Fernando Lacerda Junior**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino acompanhado dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito.


Prof^º. Dr^º. **Cristóvão Giovani Burgarelli** (Orient.)


Prof^ª. Dr^ª. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**


Prof^ª. Dr^ª. **Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza**


Prof^ª. Dr^ª. **Daniela Scheinkman Chatelard**


Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior** (Coordenador do PPGP)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente na construção/destruição/reconstrução desta dissertação.

Sumário

Resumo	7
Abstract.....	8
INTRODUÇÃO	9
1. A Psicanálise e a Subversão do Sujeito da Razão.....	13
1.2 A criação do sujeito cartesiano.....	13
1.2.1 A elaboração do método cartesiano.	14
1.2.2 A construção do cogito	16
1.3 Freud e a Questão do Sujeito.....	18
1.3.1 A noção de sujeito no texto freudiano.	19
1.3.2 A formação do Eu na metapsicologia freudiana	21
1.4 Lacan e a Questão do Sujeito	25
1.4.1 Lacan e o cogito cartesiano.	26
1.4.2 A construção do Eu na teoria lacaniana.....	29
1.4.3 A retificação subjetiva e a assunção subjetiva	31
1.5 Um sujeito sem subjetividade.....	35
2. A noção de Desejo em Freud.....	42
2.1 O Aparelho Psíquico	43
2.1.1 A experiência de satisfação.	48
2.1.2 Processo primário e secundário.....	50
2.2 A Interpretação dos Sonhos.....	52
2.2.1 O sonho modelo.	55
2.2.2 O trabalho do sonho: condensação e deslocamento	59
2.2.3 O trabalho das resistências.	61
2.2.4 A realização de desejos.....	63
2.3 Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico	68
2.4 Introdução ao Narcisismo	71
2.5 Pulsões e Destinos da Pulsão.....	74
2.5.1 O termo <i>trieb</i>	74
2.5.2 O conceito pulsão.....	76
2.6 Para além de um Princípio de Prazer	80
2.7 A Construção da Noção de Desejo em Freud.....	85
3. Do Objeto do Desejo ao Objeto Causa de Desejo	90
3.1 O Objeto do Desejo.....	90

3.2 O Objeto Causa de Desejo.....	100
3.3 Da Dialética do Desejo	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117

Resumo

No percurso realizado nesta dissertação, foi possível investigar como se dá a noção de desejo enquanto axial para articular os fundamentos da Psicanálise. Para isso, foi trabalhado, em um primeiro momento, a origem da concepção de sujeito na filosofia moderna e a construção/desconstrução dessa noção por Freud ao destituir o sujeito de seu lugar de razão demarcando-o como sujeito dividido, tomado aqui como sujeito sem subjetividade. Num segundo momento, textos centrais da obra freudiana foram revisitados com vistas a depreender como os conceitos freudianos se articulam na construção da noção de desejo para a Psicanálise. Nesse segundo momento, concluí que Freud encontrará na estrutura do aparelho psíquico o fundamento para essa noção de desejo cravada na experiência de satisfação, que, associada à fantasia, buscará a todo custo reencontrar a satisfação mítica através do objeto desde sempre perdido como resultado dessa operação. Já no terceiro capítulo, busquei discutir a apreensão lacaniana sobre o desejo a partir de sua relação com o objeto *a*, que assume três formas fundamentais: como objeto do desejo, como suporte do desejo e como objeto causa de desejo. Da mesma forma, tornou-se necessária a este trabalho a explicitação de que há, nessa dialética fundamental entre demanda e desejo, outras dialéticas, dentre as quais privilegiei aquela que opera entre a alienação e a separação, que diz do movimento que o sujeito faz no Outro como lugar de endereçamento e de origem. Foi então no ponto em que a dialética diz da identificação do sujeito, no campo do Outro e no lugar do Outro, que a associação entre demanda-alienação e desejo-separação pôde ser feita. Essas dialéticas só foram possíveis de serem articuladas na passagem que Lacan faz do objeto do desejo ao objeto causa de desejo, marcando assim o ponto central desta escrita.

Palavras-chaves: Psicanálise; desejo; Lacan; clínica psicanalítica.

Abstract

In the course of this dissertation, it was possible to investigate how the notion of desire as an axial is used to articulate the foundations of psychoanalysis. For this, the origin of the subject's conception in modern philosophy and the construction / deconstruction of this notion by Freud were first worked on, and then revisited in a second moment, central texts of the Freudian work in order to understand how Freud articulated the the notion of unconscious desire, to finally discuss how Lacan took the notion of desire as central to the structuring of the subject's field. This path has led us to realize that the subject can only emerge in its relation to object a, while it operates through dialectics, taken here as demand / desire and alienation / separation. These dialectics were only possible to be articulated in Lacan's passage from the object of desire to the object of desire, thus marking the central point of this writing.

Keywords: Psychoanalysis; desire; Lacan; psychoanalytic clinic.

INTRODUÇÃO

Se a questão desse desejo não só não está resolvida, como nem sequer começa a ser resolvida, é simplesmente porque até hoje não houve na teoria analítica, exceto precisamente neste Seminário, nenhum posicionamento exato sobre o que é o desejo. Fazê-lo, sem dúvida, é uma empreitada nada insignificante. Aliás, vocês podem constatar que nunca tive a pretensão de fazê-lo num único passo... (LACAN, 1962-63/2005, p. 165-166)

Ao longo da construção da Psicanálise, a noção de desejo inconsciente ganha grande destaque, pois se encontra como uma categoria teórica crucial isto é, norteia a estrutura teórico-metodológica dos pressupostos da clínica psicanalítica. Ao longo de seu trabalho, Freud apontou a articulação do que defendia como desejo na construção de uma nova visada do sujeito da razão defendido pela ciência moderna. A noção de desejo só pôde advir por meio da constatação de que o sujeito da razão não se encontrava onde ele pensaria estar, de que a razão do pensamento não correspondia a uma realidade psíquica que ia se redescobrimo por sua escuta na clínica psicanalítica. Freud foi o primeiro a escutar que havia, além dos pensamentos racionais, outros pensamentos incompreensíveis que faziam parte do aparelho psíquico e que o sujeito estaria, portanto, dividido. É no lugar de um sujeito dividido que o desejo emerge como a marca de um saber inconsciente, já que, segundo ele, “[...] nada senão o desejo pode colocar nosso aparelho anímico em ação” (FREUD, 1900b/2006, p.592).

É a partir desse pensamento que uma possível noção de sujeito a ser construída pela Psicanálise freudiana subverte a determinação dos padrões cartesianos, apontando para uma constante reelaboração de um saber inconsciente sobre o seu desejo, que emerge como um “saber insabido”. Em Freud, vemos apresentar uma primeira subversão do sujeito da razão ao pontuar a divisão constitutiva do ser deslocando-o para o lugar de desejo. Será por meio do ser dividido, que inicialmente compareceu na teoria freudiana como um imperativo inconsciente na consciência, havendo posteriores desdobramentos, que o sujeito da razão é subvertido em seu lugar de razão para o lugar do desejo inconsciente. Sendo assim, no lugar da razão até então predominante para a filosofia moderna, encontramos o desejo, para pensar o sujeito do ponto de vista psicanalítico. Por isso, a subversão do sujeito a ser feita pela Psicanálise só foi possível devido à emergência de uma dialética do desejo.

É esse “saber insabido” sobre o próprio desejo que levou Freud, nos primórdios da estruturação da Psicanálise, a identificar, no seu trabalho com a histeria, a partir da constância do desejo insatisfeito, as fantasias que orientavam a realidade psíquica. Será nessa relação entre a pulsão insatisfeita e a fantasia como recurso para resguardar uma cota de prazer mediante a impossibilidade de satisfação que o desejo poderá emergir. Logo, Freud conclui que a origem das formações do inconsciente se encontra no desejo, sendo a sua realização o que a atividade humana irá sempre buscar.

Jacques Lacan constrói sua noção a respeito do estatuto do sujeito do ponto de vista psicanalítico centrada no fundamento do desejo. Para tal, ele prioriza os efeitos da linguagem, em um entrelaçamento de relações pré-existentes ao nascimento demarcando a entrada e o aprisionamento do humano ao campo simbólico, construindo uma história singular.¹ Sendo assim, o falante se constitui e é constituído na relação com o Outro, nas tramas da linguagem. E será no lugar do desejo de quem o recebe que o sujeito poderá emergir aprisionado nessa rede de significantes. Logo, a noção de sujeito só poderá emergir pela via do desejo, do desejo que o funda a partir da rede de significantes que está no Outro. Encontramos, em Lacan, uma retomada da subversão do sujeito, atrelada diretamente à noção de desejo, por meio dos pressupostos freudianos que fizeram uma subversão da razão cartesiana.

Nesse sentido, Lacan situa o sujeito em uma dialética do desejo. Será nessa dialética demanda – desejo, que buscarei relacionar neste trabalho com uma outra, alienação – separação, que o falante irá inconscientemente demarcar as balizas que constituem sua forma de obter satisfação. Por isso mesmo, é possível que a clínica em Psicanálise possa ser chamada de “clínica do desejo”, pois toda a fala enunciada, o texto falado, remete-se sempre, em última instância, a essa fantasia fundamental do desejo inconsciente. Nessa perspectiva, podemos pensar o desejo como imprescindível para a estruturação da clínica psicanalítica, pois

A utilização rigorosa do termo sujeito, juntamente com sua distinção e ou aproximação com os termos indivíduo, pessoa, paciente, falante, eu, ser, filhote do humano, sujeito do enunciado (entre outros), constitui-se, sem dúvida, uma das maiores dificuldades enfrentadas na escrita deste trabalho e comparece, a todo momento, como uma questão aberta a ser discutida. Compreende-se que a utilização do termo sujeito implica, por um lado, a dimensão da linguagem, portanto o aprisionamento do ser no campo simbólico (campo do Outro), e, por outro, a dimensão de objetividade, que diz respeito ao fato de que o objeto *a*, enquanto resíduo que sobra do condicionamento pelo Outro, participa, ao mesmo tempo, de sua constituição. Durante o trabalho reconheceu-se a necessidade dessa distinção, pois os pilares da construção psicanalítica pautaram-se em uma nova forma de utilizar o termo sujeito. A partir de Freud, sujeito não é mais o sujeito da ação conforme a linguagem usual, mas sim está reservado a esta outra dimensão, na qual o presente trabalho está pautado: o sujeito não é apreendido, não é representável, apontável, construído, substancializado. Conforme comenta Burgarelli (2016): “definido como o que é representado por um significante a outro significante, ele, na operação de fala [...], somente comparece como dividido, pois outra cadeia corre ‘por baixo’ [...], e nela a função do sujeito é manter aberto o campo do desejo”, que continua a circular sob forma de resíduo, isto é, sob a forma do objeto *a*.

compreender como se fundamenta a noção do sujeito inconsciente em sua baliza estrutural a partir do desejo implica apreender como se dá o funcionamento da clínica em Psicanálise. E por isso mesmo se faz necessário um estudo aprofundado, pois a relação do ser com o seu desejo compromete tanto o analisando em seu percurso em análise quanto o analista como aquele que permite que o trabalho analítico aconteça.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar como se dá a noção de desejo enquanto axial para articular os fundamentos da Psicanálise. Como a citação de Lacan, no início deste trabalho, já apontou, não há uma só via para falar do desejo em Psicanálise, mas sim, várias, que já foram portanto trabalhadas em muitos trabalhos. A via por que optei, para construir esta dissertação, está em pensar como o desejo pode ser apreendido como crucial na construção da Psicanálise em Freud e em Lacan. Assim, ela tem como questão-problema: Como o desejo inconsciente fundamenta a construção da Psicanálise? À medida que o trabalho foi ao longo do tempo ganhando forma, identifiquei que, ao tomar a contribuição lacaniana na estrutura do campo analítico, a passagem que ele faz do objeto do desejo ao objeto causa de desejo demarca, essencialmente, a forma como o desejo pode ser tomado pela Psicanálise, isto é, como o desejo apreende e forma o campo do sujeito.

O presente trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica cuja via é o método psicanalítico, que sinaliza os caminhos a serem percorridos na construção desta escrita, considerando, sobretudo, que os conceitos fundamentais da Psicanálise se articulam. Este trabalho situa-se no âmbito do grupo *Entraste – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos Litorais entre Linguagem, Psicanálise e Educação* – cujos trabalhos ocorrem no âmbito da Universidade Federal de Goiás e contam com a colaboração de pesquisadores da UFBA, UFMG, Unicamp e UVA/RJ. Sendo assim, o tema desta pesquisa se relaciona às produções deste grupo, que tem por objetivo pesquisar em que consiste o retorno de Lacan a Freud a partir da articulação entre os estudos da linguagem e da Psicanálise, o que nos permite pensar, entre outras coisas, a implicação entre o simbólico e o real, ou, em outras palavras, entre as dimensões do desejo e do gozo. Nessa perspectiva, ela busca depreender a noção de desejo, acreditando que, por meio dela, Lacan explicita melhor a sua elaboração.

O primeiro capítulo teve como objetivo investigar o que da subversão da razão feita por Freud pode-se depreender para a noção de sujeito. Para isso foi apresentado um percurso de como foi feita a construção da noção de sujeito em sua formalização na filosofia moderna com Descartes. Buscamos investigar, nesse sentido, como fica a questão da razão após Freud a partir da descoberta freudiana do inconsciente e da constatação de um sujeito dividido. Nesse

momento, foi feita uma primeira abordagem apontando os fundamentos básicos da Psicanálise. Identificamos que o que está implicado na descoberta freudiana se contrapõe às abordagens da filosofia a respeito do sujeito, permitindo que, com Freud, tracemos aí uma linha divisória radical, pontuando que uma subversão da razão nos leva a uma subversão do sujeito. Em vez da razão o desejo, ou seja, o que se encontra como aspecto central da clínica psicanalítica recai sobre o desejo, lugar que era anteriormente tomado pela razão.

Já no segundo capítulo, buscou-se conceber como a noção de desejo foi construída por Freud a partir de alguns de seus textos principais. Reconhecendo a impossibilidade de uma definição precisa da noção de desejo para Freud mediante a constante reelaboração de sua teoria e da necessidade de delimitação dos textos a serem pesquisados para compor esta dissertação, foram apontados alguns de seus principais escritos de forma a investigar como os conceitos desenvolvidos por ele se articulavam à construção de uma noção de desejo para a Psicanálise. Para isso, o presente estudo recorreu aos seguintes textos: Projeto para uma Psicologia Científica (1895), Interpretação dos Sonhos (1900), Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico (1911), À Guisa de Introdução ao Narcisismo (1914), Pulsões e Destinos da Pulsão (1915), e Além do Princípio de Prazer (1920). Fez-se necessário esse percurso pelas obras freudianas para que fosse possível explicitar, pela via do desejo, os fundamentos da teoria freudiana, para compreender como foi feita a subversão da razão em Freud. Isto é, os pilares que Freud estabeleceu tomando como eixo axial essa noção.

Após esse percurso com a indagação sobre o desejo nas obras freudianas e a apreensão de certas delimitações presentes nessa noção, no terceiro capítulo foi possível recorrer à leitura lacaniana do desejo em Freud. Nesse capítulo, foi possível discutir a apreensão lacaniana sobre o desejo a partir de sua relação com o objeto a, que assume três formas fundamentais: como objeto do desejo, como suporte do desejo e como objeto causa de desejo. Uma questão a ser respondida na elaboração deste capítulo foi: o que significa dizer que Lacan passou do objeto a como objeto do desejo ao objeto causa do desejo? Essa questão nos levou a apontar a primazia das dialéticas entre demanda e desejo e entre alienação e separação, que se colocam como as vias por onde o sujeito do inconsciente poderá emergir.

1. A Psicanálise e a Subversão do Sujeito da Razão

Partindo da concepção de que toda pesquisa em Psicanálise é uma forma de se aproximar de um saber do inconsciente, aderir às leis do inconsciente exprime reconhecer o seu funcionamento no psiquismo humano. Logo, na construção da teoria psicanalítica do aparelho psíquico e da prática clínica regida por esse funcionamento, Freud manteve sempre uma questão central que orientava o sentido de seus trabalhos, que hoje pode ser formulada em: Que sujeito é esse do qual estamos falando? A partir dela, Freud pôde elaborar uma nova epistemologia e um método para conhecer o que é próprio do humano, diferenciando-se da ciência de sua época. Essa nova forma de conceber o humano se encontra a partir da subversão que ele faz do sujeito da razão postulado pela filosofia clássica, levando-o a uma noção de sujeito do inconsciente. Será no lugar da razão, que o desejo inconsciente será tomado como uma das dimensões para se pensar a questão do sujeito do ponto de vista psicanalítico.

Entretanto, Freud em seus escritos não se ocupou de traçar a rigor o desenvolvimento da noção de sujeito para a Psicanálise. Atributo disso está no uso indiscriminado do termo indivíduo/sujeito para se referir a essa instância particular humana. Será a partir do estabelecimento do conceito de Eu, na metapsicologia freudiana, que se poderá depreender uma noção de sujeito a ser tomada pela Psicanálise. Jacques Lacan, ao retomar a leitura de Freud, vai desenvolver teoricamente como a Psicanálise compreende o sujeito. Ele desenvolve essa questão a partir da suposição de que o sujeito da Psicanálise é o mesmo da ciência, inaugurado por Descartes. No entanto, ao mesmo tempo, ele afirma que o sujeito cartesiano não é tomado da mesma forma que a ciência moderna, como veremos a seguir. Essa nova forma de ver o cogito cartesiano contribui com toda a produção analítica atual ao estabelecer critérios específicos sobre os quais a Psicanálise enquanto dispositivo teórico-metodológico compreende epistemologicamente o psiquismo humano. Sendo assim, será feito a seguir um traçado histórico a partir da concepção do termo sujeito para a filosofia moderna e de como a Psicanálise se apossou e é tributária dele.

1.2 A criação do sujeito cartesiano

1.2.1 A elaboração do método cartesiano.

Todo filósofo possui um ponto central de seu filosofar, do qual conseqüentemente todos os problemas partem e para o qual tudo converge. É a partir desse pressuposto que o autor Marques (1993), em sua obra *Descartes e sua concepção de homem*, discute as obras de Descartes a partir de um ponto central em sua filosofia: o cogito. É no cogito que se encontra o ponto central e o ponto de união de todo o sistema cartesiano. Encontramos na obra de Descartes *Discurso do Método* (1996/sec.17) o primeiro traçado de elucidação e preparação desse cogito: *penso, logo sou*, que será o ponto de partida para a inauguração da ciência moderna.

É através desse ponto que Descartes irá ligar todo conhecimento adquirido do mundo antigo com todas as inovações contemporâneas à sua época, contribuindo assim com um método científico que irá pautar toda produção da ciência moderna. Descartes elaborou seu discurso dividindo-o em seis partes, que possuem como objetivo sintetizar todo o caminho percorrido por ele para chegar às premissas básicas do método correto e eficaz da busca do conhecimento verdadeiro. De acordo com os autores Marques (1993) e Sales (2007), o que há de central e inovador no discurso está na existência e afirmação da dúvida. Ela está presente como forma de evitar a precipitação e assim evitar o engano.

Descartes ao longo de sua obra faz questão de relatar como cada experiência vivenciada por ele foi importante para culminar na elaboração de um método. Assim, constata-se que a preparação do método leva à dúvida, e é esta que por sua vez se conclui no cogito. É a partir do método que surge a dúvida, que conduz à máxima *penso, logo sou*. Mas, antes de chegar a esta conclusão, é necessário apresentar resumidamente os principais procedimentos metodológicos utilizados por ele neste primeiro passo.

O primeiro deles, Descartes define como: “[...] nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal” (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 23). Nesse primeiro, o autor evidencia a necessidade de evitar a precipitação em prol de uma prevenção. Diz ainda que nada que não se apresente de maneira clara e distinta no espírito poderá fazer parte do juízo, assim como é preciso que haja alguma ocasião para pô-la em dúvida. Marques (1993) aponta para o caráter mediato da verdade, que por muitas vezes se contrapõe à realidade presente por apenas conjeturas. Logo, é preciso desconfiar da realidade aparente, pois a verdade aparece ao espírito somente de maneira mediata e não imediata.

Já o segundo, está em “[...] dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las” (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 23). Nenhum conhecimento está dado de maneira simples e imediata, e para se chegar à verdade é necessário pôr em dúvida cada característica separadamente do objeto que se quer conhecer.

O terceiro preceito: “[...] conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos” (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 23). Descartes ainda aponta que através deste procedimento é possível ter a suposição de uma certa ordem entre aqueles que não se preexistem naturalmente uns com os outros. Marques (1993) discute a respeito da proposição que está em: *conduzir por ordem seus pensamentos*. É essencial no cartesianismo a exigência de uma certa ordem entre as coisas. Logo, aquilo que não possui uma certa ordem, em relação a outros objetos, não dispõe de um verdadeiro método para ser encontrado, e assim só poderá ser achado por um acaso.

Por fim, o quarto preceito está em: “[...] fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir” (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 23). Marques (1993) dá sequência a este último procedimento, através de outras obras de Descartes, ao afirmar que as enumerações e revisões devem ser feitas de forma contínua, ininterrupta, suficiente e ordenada.

Assim, pode-se concluir que a dúvida está em perfeita sintonia com o método, tendo já em seu primeiro procedimento a exigência de seu comparecimento. No Discurso há sempre a necessidade de uma dúvida seletiva, pois faz parte dos sentidos, enganar-se. Para isso, Descartes duvida até mesmo da certeza da natureza da matemática. De acordo com ele:

É porque há homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo no concernente às mais simples matérias da geometria, cometendo aí paralogismo², rejeitei como falsas, julgando que estava, como qualquer outro, sujeito a falhar, todas as razões que até então tomara por demonstrações. (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 25)

De acordo com Marques (1993), tomar como conhecimento verdadeiro aquilo que provém por demonstrações, como fazem os matemáticos, é de certa forma desrespeitar a lógica

² Paralogismo é compreendido como “[...] o raciocínio errado, seja na matéria, seja na forma” (MARQUES, 1993, p. 68). O autor pontua que esse pensamento estava presente desde os escolásticos. Logo, para Descartes, as razões que são tomadas por demonstrações devem ser rejeitadas.

e provar que o espírito erra, pois todos estão suscetíveis a esse perigo. A procura pelo absolutamente certo implica duvidar de tudo, até mesmo dos paralogismos dos matemáticos, assim como os de si próprio. Para Descartes, na procura pela verdade, é preciso fazer exatamente o contrário, “rejeitar como absolutamente falso” tudo que possua qualquer tipo de dúvida, para esperar que depois disso, haja uma crença que seja irrefutável. E é neste processo que o conhecimento verdadeiro emerge.

1.2.2 A construção do cogito

Diante da afirmação incontestável da dúvida no caminho para se chegar à verdade irrevogável, Marques (1993) aponta a forma crescente que a dúvida cartesiana se estabelece no centro de sua filosofia, isto é, chega-se a colocar o mundo em questão. Descartes, em sua obra, começa a questionar até mesmo o que é a realidade, e se não há, por algum erro dos sentidos, uma confusão entre sonho e realidade. Segundo ele:

E finalmente, considerando que todos os pensamentos que temos quando acordados também nos podem ocorrer quando dormimos, sem que nenhum seja então verdadeiro, resolvi fingir que todas as coisas que haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. (DESCARTES, 1996/sec.17, p. 38)

Para Marques (1993), Descartes concluirá que as coisas que até então ingressam no espírito não passam de ilusões como nos sonhos. Nesse ponto, a filosofia cartesiana chega ao máximo da dúvida, que é a incerteza da própria existência real das coisas. Entretanto, estabelecido este pressuposto, Descartes irá inaugurar um novo tipo de pensamento. Segundo ele:

Mas logo depois atentei que, enquanto queria pensar assim que tudo era falso, era necessariamente preciso que eu, que o pensava fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade – *penso, logo existo* – era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cépticos não eram capazes de a abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava. (DESCARTES, 1996/séc. 17, p. 38)

Assim, o princípio do cogito *penso, logo sou* está estabelecido. Ao se chegar ao ponto extremo da dúvida, dúvida da realidade material, a única certeza que pode advir é que há um eu pensante. E pela primeira vez, inaugurando a ciência moderna, um eu subjetivo e particular

é elucidado. Da dúvida, e do pensamento que tudo era enganoso, Descartes chega ao primeiro princípio contundente, que é o cogito. Ele ainda continua no exame do eu:

Depois, examinando atentamente o que eu era e vendo que podia fingir que não tinha nenhum corpo e que não havia nenhum mundo, nem lugar algum onde eu existisse, mas que nem por isso podia fingir que não existia; e que, pelo contrário, pelo próprio fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, decorria muito evidentemente e muito certamente que eu existia; ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeiro, não teria razão alguma de acreditar que eu existisse; por isso reconheci que eu era uma substância [...] (DESCARTES, 1996/séc.17, p.38)

Logo, um eu substância é novamente retomado. Porém, esse eu substância não é dado da mesma forma que fora elaborado pela filosofia grega e pela escolástica, pois há algo específico que o distingue de outros seres vivos; sua essência é necessariamente o de pensar, ao passo que, para isso, não é necessário ter algum lugar ou coisa alguma material. Descartes ainda pontua que esse eu se encontra separado do corpo e que, mesmo que o corpo não estivesse presente, ele não deixaria de existir.

Ao chegar a essa certeza *penso, logo existo*, pode-se conceber outra regra geral, de que as coisas que são julgadas de maneira muito clara e distinta são verdadeiras, e a questão que é retomada aqui é saber quais são as que se concebem distintamente. Nesse sentido, o pensamento cartesiano não duvida de que a certeza e a verdade existem, o que é questionável nesse pensamento são as formas que são utilizadas para chegar a elas. Em sua obra, encontramos até mesmo uma crítica aos céticos, que duvidavam por duvidar; segundo ele, seu propósito não é esse, e sim a dúvida para cultivar a razão e chegar ao conhecimento da verdade.

Após o processo de descrição do método, Marques (1993) vai questionar como Descartes aprendeu a duvidar sobre as coisas, já que o fato de duvidar revela a essência imperfeita do ser pensante. E como “conhecer era a maior perfeição que duvidar”, essa perfeição só poderia estar em algo mais perfeito ainda que o próprio eu; está na plenitude divina de Deus. Dessa forma, compreende-se que na filosofia cartesiana a centralidade de toda a discussão repousa sobre uma causa divina; é a partir da perfeição de Deus que o homem se espelha para assim construir modos de reconhecer essa perfeição através do conhecimento verdadeiro das coisas.

Portanto, conclui-se que é com Descartes que um eu, substância própria do humano, um eu imaterial e subjetivo, é elucidado. E é a partir desse princípio filosófico que será possível

um método com vistas ao conhecimento verdadeiro das coisas, do qual toda a ciência moderna irá partir. Sobre isso, Elia (2004) comenta: “Pela primeira vez na filosofia, o discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo tomá-lo, ele próprio, como questão de saber” (p. 12). Assim, o que se destaca, nesse marco histórico e filosófico, reclina na certeza em afirmação do eu, certeza de que o próprio ato de pensar já revela uma substância incontestável e irrevogável. Entretanto, esse eu indestrutível só é possível de ser achado através da dúvida, que encaminha ao perfeito método para o conhecimento. E será nessa dúvida, fundante de toda a causalidade do eu, que a Psicanálise irá repousar para criar as condições de operar com essa noção de sujeito.

1.3 Freud e a Questão do Sujeito

A questão do sujeito percorre em toda a sua extensão a perspectiva analítica. É a partir de uma dada concepção específica sobre o sujeito, que se encontra na escuta analítica, que está o cerne de todos os conceitos fundamentais sobre os quais constituem a Psicanálise. Entretanto, basta recorrer aos escritos de Freud para constatar que lá não há uma definição explícita do sujeito do ponto de vista psicanalítico. Na verdade, essa nunca foi a preocupação do autor ao instaurar e fundamentar o pensamento analítico. Foi Lacan, em sua retomada do texto freudiano, que se propôs a estruturar essa questão em uma tentativa de fundamentar em seu ensino os principais conceitos da Psicanálise.

Para Cabas (2010), Freud nunca se propôs a elaborar uma epistemologia própria, muito menos apresentar uma formalização. Há em Freud, sobretudo, uma tentativa de fundamentar as bases sobre as quais o pensamento analítico iria se estruturar. Para o autor, Freud, ao contrário, contentou-se em tomar a epistemologia de sua época, escolhendo os princípios presentes na filosofia de seu tempo. Sobre a questão do sujeito, verifica-se que Freud trabalha com as noções de um *eu*, de um *si-mesmo*, de um *selbst*, formulados pela dialética de Herbart, Wundt e principalmente Brentano. Entretanto, ao passar essas referências sob um debate crítico e um crivo da experiência analítica, há uma subversão de tais conceitos levando-o a uma redefinição do que é a experiência humana. Logo, a elaboração freudiana criou um novo saber sobre o ato enquanto humano. E é nesse novo saber que se encontra toda a questão sobre o sujeito, para além da filosofia cartesiana e científica da época.

1.3.1 A noção de sujeito no texto freudiano.

Encontramos, no texto freudiano, uma única vez em que Freud menciona a palavra sujeito, que se encontra no texto *Pulsões e Destinos da Pulsão* (1915/2004). A partir desse dado, é possível perceber que a palavra sujeito não faz parte do vocabulário regular de Freud, sendo uma noção a ser depreendida de sua obra. Em seu texto, ao discorrer sobre a definição de pulsão e suas características, são apresentados quatro destinos possíveis que a pulsão poderia ter: a transformação em seu contrário, o redirecionamento contra a própria pessoa, o recalque, e a sublimação. Discorrendo sobre os pares de opostos sadismo/masiquismo e escopofilia/exibicionismo, ele afirma que o retorno da pulsão em direção ao próprio eu tem em sua essência a mudança do objeto, sendo que a finalidade permanece a mesma. Segundo ele, no caso do par de opostos sadismo/masiquismo o mecanismo é o seguinte:

a) O sadismo consiste em violência, em exercício de poder contra outra pessoa tomada como objeto. b) Esse objeto é deixado de lado e substituído agora pela própria pessoa. O redirecionamento contra a própria pessoa transforma, ao mesmo tempo, a meta pulsional ativa em passiva. c) Novamente outra [*fremde*] pessoa é procurada como objeto, a qual, devido à transformação ocorrida na meta, tem então de assumir o papel de sujeito. (FREUD, 1915/2004, p. 153)

E assim, pela primeira vez Freud utiliza a palavra sujeito para dizer que o imperativo de satisfação pulsional necessita de algo ou alguém que realize o papel de agente do tormento. Numa outra tradução desse mesmo texto (Freud, 1915/2006), podemos encontrar o seguinte comentário de Strachey (2006), comentador da primeira tradução portuguesa das obras completas de Freud, há uma certa confusão no uso da palavra sujeito. Segundo ele:

Embora o sentido geral desses trechos seja claro, pode verificar-se certa confusão no uso da palavra - sujeito -. Em geral, sujeito e objeto são empregados respectivamente para a pessoa na qual um instinto (ou outro estado de espírito) se origina, e a pessoa ou a coisa para a qual é dirigido. Aqui, contudo, sujeito parece ser utilizado para a pessoa que desempenha a parte ativa na relação – o agente. (p.133)

Assim, o comentador se encontra na necessidade de destacar esse termo, já que em sua opinião ele estava sendo interpretado de forma equivocada. Portanto, para ele, no texto freudiano, a palavra sujeito se refere ao agente físico da ação, ao que possui atividade. E é precisamente essa função de atividade do sujeito que Freud faz questão de discutir. Freud

aponta justamente o equívoco que há em tomar o sujeito da ação, no lugar do sádico, enquanto lugar ativo do circuito. Pois é preciso que haja uma atividade do masoquista, a atividade de instituir a um outro, no campo do Outro, a missão de encarnar a função de sujeito da ação para que ele (masoquista) capitalize o fim do circuito pulsional. Encontramos aqui uma relação dialética, pois no lugar do masoquista, do que sofre a ação, há também um lugar de potência. Ao eleger o outro como mestre – “tu és meu mestre” – elege ao mesmo tempo o “eu sou...”, revelando assim um lugar de pura atividade. No lugar do masoquista, fazer-se ninguém frente ao outro revela, a partir da construção freudiana, um lugar de atividade de potência, indicando dessa forma a tensão sempre existente entre atividade e passividade.

Neste sentido, Cabas (2010) defende o caráter subversivo em que o sujeito é tratado no texto freudiano. Trata-se de uma experiência na qual o autor material e o sujeito formal se separam e ocupam lugares opostos conforme a dualidade presente em toda teoria freudiana. Pois, ao passo que há no sádico a atividade de infligir dor a um passivo que a recebe de bom grado, há em primeiro lugar a atividade do masoquista em designar este outro como objeto para alcançar seu prazer. Freud institui sua tese que desconstrói o que havia sido postulado pela psicologia a respeito do eu/outro e das formas da lógica convencional de espaço entre o dentro/fora. Há uma subversão desses lugares, pois existe, nessa operação, uma balança entre um objeto paradoxal e um sujeito subvertido.³

Vivès, em seu livro *A voz na clínica psicanalítica* (2012), discute como o circuito da pulsão invocante se estabelece na clínica. Ao fazer o paralelo com a pulsão escópica, ele retoma o texto de Freud quando o autor refere-se a um novo sujeito na dinâmica da pulsão. Segundo ele, Freud, ao falar sobre a transformação em seu contrário, trabalha os mecanismos psíquicos em pares de opostos referentes à vontade de olhar, prazer de olhar, escopofilia; o que Lacan posteriormente irá chamar de pulsão escópica. A ambivalência se encontra no ato de ficar olhando e de se mostrar. Nesse sentido, é possível encontrar três etapas distintas, de acordo com Freud:

- a) o ato de ficar olhando como atividade voltada para um objeto estranho;
- b) a renúncia ao objeto, a reorientação da pulsão de olhar agora voltada em direção a uma parte do próprio corpo e, com isso, a transformação da atividade em passividade e a escolha de uma nova meta: a de ser olhado;

³ O autor utiliza este termo para designar a dimensão esvaecida do sujeito, isto é, um sujeito falido em sua dimensão de ser. Há portanto um furo na ideia do ser enquanto sujeito, utilizado pela tradição psicológica, que pressupõe uma assertividade na dimensão subjetiva ao postular o sujeito como dono da razão (CABAS, 2010).

c) a introdução de um novo sujeito, ao qual nos mostramos para sermos contemplados por ele (FREUD, 1915, p.154).

Com isso, Freud defende toda a ambivalência presente no par de opostos atividade/passividade que está presente em olhar e ser olhado, isto é, o ato de olhar antecede o de ser olhado. Logo, Vivés (2016) defende que o novo sujeito do qual Freud fala refere-se ao que na teoria lacaniana está como Outro, aquele que detém o tesouro dos significantes. Assim, pode-se dizer que primeiro há a atividade de olhar, para se seguir a da passividade em ser olhado, para por último se fazer ser visto. Nesta última fase, há presente a todo momento uma passividade-atividade, a ascensão enquanto sujeito desejante no ato de se fazer, o que já pressupõe uma criação, ser olhado por esse Outro, por esse novo sujeito.

Logo, conclui-se que é o sujeito, enquanto subvertido em sua função subjetiva, que institui um novo sujeito ideal, o Outro, um sujeito que só é sujeito pleno por se tratar de um ideal no qual esse sujeito subvertido almeja chegar. Na clínica, é possível compreender essa dinâmica a partir da escuta de que todas as palavras do texto falado só se fazem presentes através de um endereçamento a esse lugar do Outro. Todos os sintomas carregam em si as formas com que cada sujeito instituiu o Outro como lugar de endereçamento.

Nesse sentido, Cabas (2010) defende, assim como o comentador Strachey (1915/2006) e Vivés (2016) apontam, que em toda literatura freudiana há somente uma referência em que a noção de sujeito aparece de maneira clara e explícita. E não por acaso, Freud faz questão de apresentá-la de forma a estar relacionada diretamente aos destinos da pulsão, elucidando que os caminhos para a construção da noção de sujeito estão associados às exigências e às determinações da satisfação pulsional, desconsiderando dessa forma a tradição idealista de uma ideia de si, do sujeito centrado no eu subjetivo e na razão, como havia na psicologia da época.

1.3.2 A formação do Eu na metapsicologia freudiana.

Diante dos principais conceitos que se pode depreender para a noção de sujeito, há um marco proposto por Freud para pensar a questão: ela se encontra na divisão subjetiva. Ela está estruturalmente dividida em duas dimensões que integram a dissociação da personalidade psíquica, o Eu e o Isso.⁴ Tratando-se dessas instâncias, da mesma forma que para investigar o

⁴ Também traduzido nas obras freudianas e na literatura psicanalítica como Ego e Id.

inconsciente foi preciso partir dos dados da consciência, para investigar o Isso, Freud parte do Eu.

Logo, o que pode ser atribuído a uma essência da experiência subjetiva está na instância psíquica do Eu, por ser a sua própria constituição fruto de uma divisão. Entretanto, Garcia-Roza (1991a) aponta para o risco que há em se tomar no campo psicanalítico a história do Eu como ascensão do sujeito. Segundo ele: “Sujeito e Eu não são termos que se recobrem” (GARCIA-ROZA, 1991a, p. 196). Portanto, o Eu não pode ser entendido como o sujeito, pois para a construção freudiana é uma formação do sistema psi, articulado com uma rede de neurônios que tem como função defender o indivíduo, em um primeiro momento da teoria, para depois ser situado, na segunda tópica metapsicológica, como uma das instâncias que compõem o funcionamento psíquico em conjunto com o Isso e o Supereu. No final de seus escritos, Freud aponta o Eu como uma instância que advém da percepção e que faz contato direto com o mundo material, mas que é, portanto, advinda da instância psíquica do Isso. Segundo Freud, o Eu é definido a partir da influência do mundo externo que faz com que o Isso sofra um desenvolvimento especial. Logo:

Do que era originalmente uma camada cortical, equipada com órgãos para receber estímulos e com disposições para agir como um escudo protetor contra estímulos, surgiu uma organização especial que, desde então, atua como intermediária entre o id e o mundo externo. [...] demos o nome de ego (FREUD, 1940/2006, p. 156)

Logo, o Eu se define por sua capacidade de consciência, ao passo que ele não é identificado à consciência, ou com o sistema pré-consciente. Para Freud, grande parte do Eu é inconsciente, tendo apenas uma parte de seu núcleo abrangida pelo pré-consciente (FREUD, 1920/2006). Entretanto, Cabas (2010), aponta para o fato de que a experiência que se concentra na instância do Eu é vivenciada, a todo tempo, passivamente. Essa passividade se dá por conta de um determinante cujo traço característico é ser estranho e alheio ao Eu, o Isso. No texto O Eu e o Isso, de 1923, Freud aponta para algo no Eu da ordem inconsciente que se comporta como o reprimido, e que por ser desconhecido ao próprio Eu, exige todo um trabalho especial antes de ser tornado consciente. Logo, o Eu está em um lugar de ocultamento. De acordo com Freud, o Isso que é ativo no Eu pode ser definido como aquele que:

[...] contém tudo que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição – acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da

organização somática e que aqui [no id] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas (FREUD, 1915/2006, p. 156).

Logo, o Isso se trata da parte obscura e inacessível da nossa personalidade, o que leva a ser descrita como antitética do Eu. Assim, a face desconhecida do destino do homem está no lado obscuro de si mesmo que está apoiado na pulsão de morte, que tem por objetivo, segundo Freud, desfazer conexões e destruir coisas levando a um estado anterior (FREUD, 1920). Essa noção será melhor discutida no próximo capítulo. Portanto, há por trás da atividade psíquica situada no Eu um constante pulsionar que tem por destino um aspecto mortífero.

Por um lado, há um Eu psíquico consciente e identificável, e por outro há um Isso psíquico desconhecido, alheio e antitético. De acordo com Cabas (2010), ao se tratar de Freud, uma certa noção de sujeito pode estar em seu escrito quando ele diz que o indivíduo é um Isso psíquico estranho e inconsciente em cuja superfície aparece um Eu, que se desenvolve a partir do sistema percepção-consciência. Dito isso, a questão que perdura está em como compreender a fronteira que os separa.

De acordo com o autor, a primeira consideração de Freud é tópica. No texto O Eu e o Isso, de 1923, Freud argumenta: “O Eu nunca retorna por completo ao Isso, limita-se a ocupar uma parte de sua superfície e tampouco se encontra precisamente separado dele, pois conflui com ele na sua parte inferior” (FREUD, 1923/2006, p.38). Assim, há dois princípios, uma borda que se diferencia por dois modos de funcionamento. Há a percepção que está respaldada pelo princípio da realidade e pelo princípio de prazer. E por outro lado, está o campo pulsional ligada a um mais além da satisfação onde se situa a pulsão de morte. Ao sintetizar esses dados é possível que se conceba operacionalmente esta estrutura no conhecido enunciado freudiano: A percepção é para o Eu o que a pulsão é para o Isso. É através do sistema percepção-consciência que o ser passa a ter acesso ao Eu em sua dimensão consciente. Ao passo que é por meio da percepção que o Eu enquanto sistema psi é formado. Da mesma forma que o acesso ao Isso se dá através dos efeitos da pulsão. Ele opera no psiquismo humano como representante desses efeitos.

Portanto, ao discutir sobre a estrutura freudiana do Eu, para se pensar a noção do sujeito, é possível concluir que há dois regimes de funcionamento, pautados na percepção e na pulsão. Logo a clínica psicanalítica se estabelece a partir da necessidade de se dar conta do Isso,

que ele é pulsional, e por ser assim é uma instância ativa. Desse modo, a definição freudiana de uma divisão psíquica será uma primeira abordagem para se pensar a subversão do sujeito.

Para Freud, tudo o que o Isso possui são cargas pulsionais que exigem derivação. Isto é, a exigência de satisfação no Isso, através de seu caráter pulsional, demanda toda uma rede de sentidos a serem construídos pelo Eu, para que possa ser alcançado o objetivo de satisfação. E assim, chega-se à fórmula dos fins da análise defendida por Freud na Conferência XXXI, que diz: “Onde o Isso era, o Eu deve advir” (FREUD, 1933/2006, p.72). O que pode ser dito da seguinte forma segundo Lacan: Onde o Isso era, Eu devo advir (LACAN, 1959-60/2008). Essa frase exprime diretamente que se trata de levar o Eu a reconhecer os efeitos do Isso, reconhecer a demanda inerente à própria constituição do ser e ao mesmo tempo assumir a responsabilidade dessa derivação. Isto é, dar-se conta de que o fundamento humano está na demanda pura e simples, destituída de conteúdo, sentido e objeto, ao passo que se assume a responsabilidade da forma como ela comparece no ato humano. O que o leva a dizer que, no campo do desejo, o objeto para a satisfação é o de menor importância em sua dimensão palpável. O objeto ganha importância somente através de sua condição metonímica, isto é, enquanto representante substituto de um outro funcionamento, inconsciente.

Vemos, portanto, que um Eu não existia antes da formação do psiquismo, e que será preciso que haja um nascimento do Eu para que o desenvolvimento do psiquismo possa avançar ao longo da espécie. O lugar do eu é o lugar do objeto, um recurso para o Isso, o que faz com que ele esteja em um lugar onde ele pensa não estar, já que não é possível falar de autonomia do Eu. Para Cabas (2010), esses são os princípios que sintetizam a noção freudiana a respeito do sujeito. Segundo ele: “Eis o modo freudiano de se referir à noção do sujeito: situando o traço que lhe é constitutivo – a divisão – sem, contudo, atribuir-lhe um nome próprio fora do jargão” (p. 86).

Verifica-se então, que Freud compartilha do mesmo pensamento de sujeito que foi inaugurado por Descartes; para ambos, há um sujeito que pensa. O ponto de disjunção dessa visão está na operação freudiana segundo a qual o sujeito não pensa em seu lugar da razão, mas há pensamento inconsciente, atribuindo-lhe uma barra, que o faz funcionar como sujeito dividido. Logo, o pensamento é efeito do inconsciente. Nesse ponto, há uma subversão do sujeito, feita em seu lugar da razão. Assim como o autor defende, essa é a noção que a história da transmissão da Psicanálise definirá como o sujeito freudiano.

1.4 Lacan e a Questão do Sujeito

De acordo com Vorsatz (2015), Lacan, ao retomar a leitura de Freud, afirma, em primeiro lugar, que pensar a relação entre Psicanálise e ciência só é possível através da noção de sujeito. Logo, destaca-se o quanto as atribuições à noção de sujeito são estruturantes para a Psicanálise. Como foi dito anteriormente, Freud estabeleceu as bases fundamentais para pensar o sujeito. Mas é Lacan, em seus seminários, que irá definir traços estruturais ao se tratar da noção do sujeito. Nesse sentido, *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (1964/2008) ganha destaque por ser ele o que irá delinear com maior precisão a noção do sujeito. E seu ponto de partida será a origem no sujeito cartesiano. Segundo ele:

A Psicanálise não é uma Weltanschauung nem uma filosofia que pretende dar a chave do universo. Ela é comandada por uma visada que é historicamente definida pela elaboração da noção de sujeito. Ela coloca esta noção de maneira nova, reconduzindo o sujeito à sua dependência significante. (LACAN, 1964/2008, p. 55)

Assim, na teoria lacaniana a noção de sujeito é o ponto de convergência e de disjunção entre Psicanálise e ciência. O surgimento do sujeito está na *démarche* cartesiana, e seu momento inaugural se situa na dúvida de Descartes. Entretanto, o próprio Lacan salienta que somente por meio de um paradoxo o sujeito com o qual se opera na Psicanálise pode ser esse mesmo sujeito da ciência moderna.

Essa relação não leva necessariamente a dizer que o sujeito da Psicanálise é o mesmo que o dos conceitos internos da filosofia, ou tributário do sujeito do conhecimento e da representação, e muito menos da noção de homem na antropologia e na sociologia. Não é portanto, na ciências humanas que Lacan localiza o sujeito, mas sim no advento da ciência moderna, o que para ele é a verdadeira ciência. Pois não haveria outro momento histórico em que o inconsciente freudiano poderia emergir. Não haveria lugar antes, pois na centralidade do conhecimento aristotélico não houve falta, não houve espaço para dúvida, já que tudo estava em seu devido lugar. É com a modernidade que o mundo fechado e hierarquizado da idade média se descompassa em um universo de pontos infinitos os quais comporão o objeto da busca científica. Segundo Vorsatz (2015): “A ciência não dá lugar ao homem, mas ao sujeito – elemento que, por sua vez, escapa às suas malhas, vindo a ser recolhido pela Psicanálise”

(VORSATZ, 2015, p. 253). Dessa forma, o homem não se sente em casa, pois todos os seus pilares estão à revelia. Será essa a possibilidade para o surgimento do campo psicanalítico.

Logo, o paradoxo se estabelece à medida que Lacan situa o sujeito da Psicanálise no lugar do sujeito da ciência, aquele que se tornou passível de ser suturado pelo cogito cartesiano. Vorsatz (2015) aponta para um aspecto importante nessa determinação lacaniana, o lugar dado ao cogito enquanto *Grundbegriff*, conceito fundamental. No início do *Seminário livro 11*, Lacan põe em questão a cientificidade da Psicanálise, ao tomar a ciência como uma determinada práxis, enquanto atividade humana, que busca tratar o real pelo simbólico, assim como a arte, a religião, etc. Lacan vai identificar que essa questão está centralizada sobre o que opera o desejo do analista. E é ao retomar o desejo do analista, sobre que desejo é este, que o faz operar de “maneira correta”, que se chega ao desejo daquele que fundou os conceitos fundamentais, isto é, ao desejo de Freud. De acordo com Lacan: “[...] pôr em questão a origem, isto é, por qual privilégio o desejo de Freud tinha podido encontrar, no campo da experiência que ele designa como o inconsciente, a porta de entrada” (LACAN, 1964/2008, p. 19). Através do trabalho com a histeria, da exposição do desejo insatisfeito, o desejo de Freud pôde ser colocado em questão.

Logo, retomar a origem está em questionar sobre que meios o desejo de Freud pôde ser elucidado. E assim chega-se ao desejo de Descartes, enquanto fundador do cogito cartesiano. É por meio do cogito cartesiano que o sujeito faz seu ingresso no mundo. Segundo Vorsatz (2015), sujeito e ciência são sincrônicos, isto é, o cogito inaugura ao mesmo tempo a ciência e seu sujeito. Pois é através do cogito que o sujeito emerge em descompasso, tropeçante à ordem das razões enquanto ponto de certeza que parte de uma dúvida.

1.4.1 Lacan e o cogito cartesiano.

Ao tratar da discussão da noção de sujeito para a Psicanálise, questão central no desenvolvimento deste capítulo, a resposta a partir da literatura analítica está centrada no que se define como sujeito do inconsciente. É com essa discussão que Lacan incita ao desenvolver seu *Seminário 11*, podendo ser traduzida por nossas palavras em: do que se trata o sujeito do inconsciente? O que traz de novo para esta discussão ao introduzir a dimensão do inconsciente no lugar do sujeito?

Questionar sobre o sujeito e sobre essa dimensão inconsciente traz o que nas ciências está como a noção de ontologia. Quanto a isso, Lacan defende que a primeira emergência do inconsciente não se presta à ontologia, mas que há uma função ontológica situada na função do inconsciente, a função da hiância, do falta-a-ser. No entanto, a hiância do inconsciente é pré-ontológica, ao passo que ela não se presta à ontologia por se tratar justamente de algo que não é realizável. O inconsciente não é um ser, assim como não é um não-ser, mas é algo de não-realizado. É essa dimensão de não realizável do inconsciente que não sustenta a noção de um ser, assim como o de uma subjetividade, ao passo que só pode ser essa a sua dimensão ontológica. Logo, o que é ôntico na função do inconsciente está na fenda por onde algo passa se prestando ao caráter evanescente. Assim, o inconsciente lacaniano se situa no tempo lógico evanescente, demarcando a diferença com a estrutura freudiana que está como aquilo que insiste.

Contudo, posta essa fragilidade ôntica que persiste no inconsciente, Lacan vai dizer que o estatuto do inconsciente é ético. Ao dizer isso, ele retoma a frase de Freud que diz: “O que quer que seja, é preciso chegar lá”, visto que de alguma forma esse inconsciente se mostra. Não priorizar a forma, mas sim o que se mostra da realidade mais recusada que se encontrava nas históricas, isto é, a marca do signo do engano; faz apontar para uma ética contraditória à ética filosófica, para a ética da visada de seu desejo, mais ainda, do desejo de Freud. É por esse desejo que Freud nos convida a todo tempo a desviar do fascínio das formações do inconsciente, como chistes, sonhos, atos falhos, etc, para se prestar ao valor da transmissão do sujeito por essas formações. De acordo com Dor (1995), mesmo que o sonho nos faça duvidar, há algo de verdadeiro que a dúvida testemunha.

Ao discutir isso, Lacan faz questão de situar o termo *Gewissheit*, certeza, em contraposição com o termo verdade. Logo, segundo ele: “O encaminhamento de Freud é cartesiano – no sentido de que parte do fundamento do sujeito da certeza” (LACAN, 1964/2008, p. 41). Lacan situa Freud e Descartes no ponto em que se trata da certeza, pois é daquilo que pode estar certo que se trata. E estar certo significa superar a dúvida – aquilo que flutua por toda parte; superar o “não estou certo”. Portanto, a dúvida é o que valida, apoia e permite a certeza.

Enquanto Descartes está seguro porque duvida, duvida que pensa, e por pensar assim é possível existir, Freud também vai situar que há um pensamento fundante. Esse pensamento

só pode ser de pensamento inconsciente. Logo, é um pensamento ausente. De acordo com Lacan, é no lugar do *eu penso* que se revela o sujeito. Segundo ele:

Há pensamentos nesse campo do mais-além da consciência, e é impossível representar esses pensamentos de outro modo que não dentro da mesma homologia de determinação em que o sujeito do *eu penso* se acha em relação à articulação do *eu duvido*. (LACAN, 1964/2008, p. 50)

Portanto, para Freud e para Descartes, é por haver pensamento que o sujeito existe. Segundo Vorsatz (2015), visto que Descartes e Freud partem do fato de haver pensamentos para fundar o eu, Freud estabelece que esse pensamento é sem qualidade já que esse pensamento não advém de um si mesmo ou consciência de si. Mas há alguém que pensa, e Freud vai situá-lo no Isso, a partir de sua frase “Wo es war, soll Ich werden”. É do Isso pensante que o Eu deve advir. Logo, o Eu se constitui por um pensamento, mas um pensamento que é inconsciente, colocando em xeque, assim, a autonomia do Eu em si mesmo.

Assim, o que marca a diferença do pensamento freudiano, para o cartesiano, está no ponto em que Freud postula que é o pensamento ausente, o pensamento inconsciente, que pensa no lugar do sujeito, distanciando-se assim do *eu sou*. A dúvida é o que aponta para a certeza que o Eu é o lugar completo e total da rede de significantes. Segundo Lacan, quando Freud prioriza a discursividade em detrimento do significado *eu sou*, é da rede de significantes que Freud fala. Já que o pensamento é um dos efeitos do inconsciente, como veremos no próximo capítulo.

Portanto, a dissimetria entre Freud e Descartes está nas bases de onde se postula a certeza. Para ambos o sujeito existe porque pensa, mas ao contrário de Descartes em que se assegura da verdade pelo Outro, Deus, Freud vai dizer que o *eu penso* se distancia do *eu sou*, pois o pensamento é ausente, o inconsciente não se apresenta de forma clara e objetiva. Encontramos em Descartes a inauguração do sujeito e a sua própria decomposição quando ele postula que só se faz sujeito por haver pensamento. Freud irá sustentar a ideia desse mesmo sujeito, subvertendo assim a origem desse pensamento, deslocando-o da razão para o estatuto do inconsciente. Pontuar o pensamento como efeito do inconsciente é deslocar o indivíduo como produtor do pensar, substituindo-o por algo que pensa em seu lugar resultando em um constante não-ser, já que o inconsciente é sempre algo de não realizável. Será essa uma das bases para sustentar a ideia de que, no campo psicanalítico, não é possível falar em

subjetividade (PORGE, 2014). Mas, antes de tratar essa questão, é preciso questionar que lugar restaria para o eu sou.

1.4.2 A construção do Eu na teoria lacaniana.

Garcia-Roza (1991a), ao discutir sobre o estatuto do sujeito no campo psicanalítico, retoma o questionamento de Lacan a respeito do fundamento mais originário do sujeito – o que significa dizer Eu afinal? O Eu é o Ego freudiano? Nesse ponto o autor vai salientar uma nova visada posta pela teoria lacaniana a partir de como Lacan concebeu a formação do Eu no *infans*.

Assim, o Eu não se coloca como o lugar da verdade, mas sim como uma imagem que a pessoa tem de si mesmo. Em análise, o Eu se caracteriza como uma função de defesa, certificando uma posição fundamental que é a do desconhecimento, o que Lacan posteriormente pontuará com o termo *afânise* (LACAN, 1958-59/2016). Sendo assim, o Eu vai se configurar naquilo que Lacan chamou como *Estádio do Espelho*.

No livro *Escritos* (1966/1998), encontramos um dos textos fundamentais de Lacan, escrito para ser apresentado no Congresso Nacional de Zurique em 1949, cujo título é *O estádio do espelho como formador da função do eu*. Nele Lacan apresenta sua forma de compreender como a linguagem constitui e forma o filhote do humano como sujeito. De acordo com Lacan, o estádio do Espelho é definido pela fase em que a criança, a partir dos seis meses de idade, já reconhece sua imagem no espelho. Segundo Lacan, esse fenômeno dado ao filhote do humano não deve ser tomado como irrelevante, pois ele demonstra o primeiro passo a dar para a ascensão ao estatuto de sujeito.

Esse estádio é o momento em que o bebê percebe que tudo que está em volta e que parece disforme, forma uma representação de uma unidade corporal por identificação com a imagem do outro. Geralmente essa experiência é acompanhado de uma assunção jubilatória, que demonstra segundo Lacan: “[...] a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1949/1998, p.97). Logo, o estádio do espelho pode ser compreendido pelo momento em que o Eu, isto é, a instância do Eu freudiano a partir de sua característica principal de ser consciente, é formado, dando bases para que posteriormente o sujeito possa advir em sua relação com o Outro. Logo, no campo psicanalítico não podemos tomar o Eu como correspondente ao sujeito, ambos representam dimensões distintas.

Cabas (2010) vai dizer que o estágio do espelho é o momento em que o real, enquanto tudo que é irrepresentável por se tratar de todas as turbulências das demandas pulsionais, encontra um correlato em uma imagem virtual apreendida no espelho. Por seu caráter de síntese, essa imagem passa a ter o peso de uma referência por mais que seja antecipatória. Segundo Lacan, esse processo para o ser humano não se restringe somente a uma impressão, mas sim a uma marca. Lacan vai relacionar essa identificação ao que na teoria freudiana está como eu-ideal, isto é, o fundamento para que haja a formação do sujeito, na medida em que, a partir dessa experiência, é possível estar entrelaçado na rede de significantes e referenciado ao Outro.

A respeito do eu-ideal, Freud defende em seu texto *Sobre o Narcisismo*, de 1914, que se trata de todo amor próprio, narcísico, experimentado na infância, enquanto plena completude e onipotência imaginária do ser. É no momento do estágio do espelho, mesmo que o ser ainda esteja mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação, que é possível, através do Eu, conciliar parcialmente as suas exigências pulsionais com a teia da rede de significantes advinda pelo outro do qual é dependente. É se apoiando ao Outro que o narcisismo começa a ser vivido pela criança, pois é nesse momento que se estabelece uma relação do organismo com seu entorno e sua realidade.

Garcia-Roza (1991a) salienta que esse momento proposto por Lacan não pode ser compreendido como a ascensão do sujeito, pois se trata de uma construção imaginária. De acordo com ele: “O sujeito será produzido somente quando da passagem do imaginário ao simbólico, isto é através da linguagem” (GARCIA-ROZA, 1991a, p. 212).⁵ Pois, esse estágio demarca muito mais do que a experiência efetiva da criança com o espelho, já que, poderia ser tanto em face do espelho, quanto em face do rosto de outra pessoa, ela atribui uma delimitação da totalidade do seu corpo através de um processo de identificação ao outro. Logo, o que passa a ser demarcado é também aquilo que Lacan definiu como *Innenwelt* e o *Umwelt*, isto é, a distinção entre interior e exterior. De acordo com Lacan:

Assim, essa *Gestalt*, cuja pregnância deve ser considerada como ligada à espécie, embora seu estilo motor seja ainda irreconhecível, simboliza por esses dois aspectos de seu surgimento, a permanência mental do [eu], ao mesmo tempo que prefigura sua destinação alienante; é também preenche das correspondências que

⁵ O autor define os três registros essenciais do campo psicanalítico lacaniano como sendo; o real, aquilo que é impossível de ser definido, logo impossível de ser simbolizado pois se trata genuinamente da pulsão freudiana. Já o simbólico refere-se à Ordem, à Lei, o que distancia o homem do animal e que funda o inconsciente. E o imaginário, que se caracteriza por uma relação à imagem advinda do outro através de uma identificação; é o registro que contém toda forma primitiva de apreender o real anterior à captura do simbólico. Esses registros estão sempre ao longo da vida do sujeito entrelaçados (GARCIA-ROZA, 1997).

unem o [eu] à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam [...] (LACAN, 1949/1998, p. 98).

Assim, a criança, ao procurar a realidade de si, depara-se de imediato apenas com a imagem de outro percebida como semelhante, fazendo com que um Eu seja formado em contraposição a um outro. Será esse Eu que irá em um segundo momento se identificar e se alienar a esse outro, que será registrado como Outro em sua dimensão simbólica. Essa experiência corresponde também a uma perda de si mesmo, sendo a primeira das séries de alienações das quais o falante se sujeita.

Cabas (2010) vai dizer que, nesse sentido, Lacan afirma o princípio de que o Eu carece de consistência, uma vez que a causa é a inexistência de toda referência material que possibilite dar substância à função subjetiva. Isso implica a defesa de que não há nenhum elemento que faça com que o Eu consista. Logo, significa dizer que o que seria uma subjetividade tem por característica ordinária ser acéfala e, ao mesmo tempo, reduz tudo o que se depara pela frente com o único fim de satisfação pulsional. Por isso, o sujeito pode ser considerado como uma função definida por sua inconsistência radical. Sendo assim, no campo psicanalítico, em contraposição a outras ciências e à Psicologia, não é possível sustentar a ideia de uma subjetividade.

1.4.3 A retificação subjetiva e a assunção subjetiva.

Uma das atribuições de Lacan para a prática clínica refere-se ao que ele definiu por retificação subjetiva enquanto um tipo de interpretação subjetiva. Em seu ensino, que visou retomar Freud e atestar a primazia do simbólico, Lacan nomeia como retificação subjetiva a prática de Freud de buscar a verdade nos sintomas, através de uma série de inversões dialéticas. O que implica um corte, um corte do enunciado do sujeito para que sua enunciação se prontifique, causando assim uma inversão no curso dos enunciados. Logo, o efeito de acordo com Cabas (2010) é um novo redirecionamento dialético.

Lacan retoma a técnica de Freud pontuando essa operação como retificação subjetiva, pois ela afeta a cristalização dos modos pelos quais a satisfação neurótica configura seus objetos. É, desse modo, um efeito esperado pela intervenção do analista, pois através do resultado de uma inversão dialética é possível que haja uma implicação de si em seus próprios enunciados.

Quinet (1991) vai dizer que a retificação subjetiva é o primeiro reconhecimento dialético operado por Freud, o qual consiste em perguntar: Qual é a sua contribuição na desordem da qual você se queixa? Segundo o autor: “A retificação subjetiva aponta que, lá onde o sujeito não pensa, ele escolhe; lá onde pensa, é determinado, introduzindo o sujeito na dimensão do Outro” (QUINET, 1991, p. 38). Logo, trata-se, sobretudo, de incluir o sujeito em seu comprometimento na escolha de sua neurose e em submissão ao desejo como desejo do Outro.

Assim como aponta Quinet (1991), Garcia-Roza (1991a) diz que é a partir do lugar do Outro que se pode entender a diferença entre Ego e Eu. Segundo o autor, o sujeito desde o seu nascimento é atropelado por um outro que desconhece e que lhe imprime uma fala não familiar, lacunar e sem sentido. É neste lugar lacunar, que é formado o Outro compreendido como a ordem simbólica, concebida pela linguagem e composta de elementos significantes preceptores do inconsciente. De acordo com Lacan (1958-59/2016), essa relação é feita à medida que há um apelo de presença do sujeito ao Outro, uma presença que está sobre um fundo de ausência, isto é, sobre toda inexistência de uma ordem simbólica própria do sujeito. Assim também, será o Outro que fará com que um significante ou outro esteja ou não existente na cadeia significante.

Retomando essas questões sobre a técnica analítica, Dor (1995), ao resgatar as contribuições de Lacan, diferencia dois conceitos fundamentais: o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Lacan, ao discutir a divisão do sujeito entre inconsciente e consciente, sendo a linguagem o que possibilita o surgimento do sujeito ao mesmo tempo em que há algo de inapreensível que sempre escapa, delimita as diferenças que há no discurso de cada sujeito. Dessa forma, o sujeito nunca pode dizer a verdade por si mesmo, pois ele mesmo é representado pelo seu próprio discurso, isto é, ele está oculto pela dimensão da linguagem na verdade de seu desejo.

Isso faz com que o discurso do sujeito seja marcado por essa divisão, o que, de acordo com Dor (1995), Lacan retoma do que a linguística teoriza sobre a divisão entre o enunciado e a enunciação. Para a linguística, o enunciado refere-se à sequência finita de palavras emitidas por um locutor, já a enunciação é um ato individual da língua, isto é, o constante dizer como um ato da língua que tem por resultado o enunciado. Nesse contexto linguístico, a enunciação é uma iniciativa daquele que fala e o principal parâmetro dela está em colocar em cena o sujeito de seu enunciado.

Utilizando-se desses conceitos, para a Psicanálise, pode-se distinguir o sujeito da enunciação do sujeito do enunciado, a partir da própria implicação no discurso. Dessa forma, o discurso parte do sujeito da enunciação, referindo-se ao ato do constante dizer que tem como seu representante o sujeito do enunciado – o que é propriamente dito. Essa distinção é de grande importância, à medida que o sujeito do inconsciente se encontra no meio-dizer. O sujeito advém da articulação da enunciação, pois, por ele advir da linguagem, ele se perde em sua própria fala enquanto sujeito barrado, a partir de um real inapreensível. A verdade do sujeito está, assim, na articulação da linguagem, em sua enunciação.

Todas estas discussões se fazem imprescindíveis à clínica, pelo fato de a escuta do analista estar ligada na verdade do sujeito, isto é, no dizer, e não no dito. É no dizer que há o comparecimento do sujeito do inconsciente por ser sempre um meio-dizer, um dizer que não se comporta, que não se satisfaz, ou seja, um constante dizer em torno do sujeito barrado. Ao passo que, no dito, essa verdade do sujeito se perde, por aparecer apenas sob a máscara do sujeito do enunciado. Sendo assim, a chave da escuta do analista repousa na escuta do sujeito da enunciação, no dizer, e ao desvencilhar-se da atenção ao sujeito do enunciado, ao dito. É essa diferença que Lacan pontua quando diz que Freud foi o primeiro a fazê-la, ao colocar no lugar do analista a técnica da atenção flutuante, e no lugar do analisando, a associação livre. O lugar da intervenção do analista será então no nível do dizer, isto é, ao pontuar o dizer do sujeito para além do dito, pois um dito sempre carece de se dizer.

Nesse sentido, Lacan, a partir do princípio da primazia do simbólico, que tem por função definir as condições da interpretação analítica a partir da dimensão significante, aponta para o achado freudiano a respeito da influência do significado estar enquanto face oculta da significação, de forma que o significante é a forma manifesta. Dessa forma, o que há é uma questão, uma pergunta, um enigma. Já que a descoberta da Psicanálise recobre justamente o fato de não haver um significado no final da cadeia significante, logo ela não tem finitude sendo sempre uma questão a partir da articulação de significantes incomensuráveis. Logo, é justamente sobre a questão, o enigma que se encontra a dimensão do sujeito.

No lugar do significado, encontra-se uma questão validando que o sujeito seja idêntico à sua questão. A assunção subjetiva seriam os fins que supõem uma cura pela via do simbólico dessa questão. Lacan, em *O Seminário, livro 1: os Escritos Técnicos de Freud*, de 1953-54/1996, defende ao retomar Freud que o fim último do trabalho analítico é a reconstituição da história do sujeito, isto é, tomar cada caso em sua singularidade. Segundo ele:

[...] o interesse, a essência, a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis, isto é, até uma dimensão que ultrapassa de muitos os limites individuais (LACAN, 1953-54/1996, p. 21).

Logo, a forma da restituição do sujeito se faz pela procura da restituição do passado. Isso implica levar o sujeito do enunciado a reconhecer a determinação inconsciente de seus atos e do seu sintoma, mesmo que o inconsciente seja sempre inapreensível. De acordo com Lacan, o mais importante não está no fato de que a pessoa reviva e rememore os eventos formadores de sua existência, mas sim o que disso ele reconstrói, isto é, de que forma passa a lidar com sua questão. É nesse sentido que o trabalho analítico vai ao encontro de sua proposição com o termo análise, apontando para a dimensão de que analisar é fragmentar, investigar cada elemento para identificá-la a um todo.

Entretanto, Cabas (2010) aponta que o mesmo aparelho que serve ao falante para construir uma imagem de si é o mesmo que lhe serve para nada querer saber do que se inscreve como questão, como pergunta. Isso recai sobre a função do Eu no trabalho analítico, o que no final do ensino de Lacan estará como parceiro-sintoma, denotando que o Eu é a máxima expressão da doença mental por excelência do ser falante. O Eu se constrói como uma forma de recobrir o falta-a-ser, uma forma de lidar com a inconsistência própria do humano. Assim, essa imagem que o Eu possui de si e do mundo é a mesma que enraíza uma resolução ideal da divisão subjetiva, isto é, a cristalização de um Eu-Ideal, no qual o sujeito se refugia para pautar a sua vida.

Dessa forma, o que está como maior obstáculo à assunção subjetiva é a própria formação do Eu, que é construída por uma série de traços de si familiares. De acordo com Lacan: “O ego aí se manifesta como defesa, recusa. Aí está inscrita toda a história das oposições sucessivas que o sujeito manifestou à integração de [...] suas pulsões as mais profundas e as mais desconhecidas” (LACAN, 1953-54/1996, p. 67). Na perspectiva clínica, a questão recai em saber que tipo de reconhecimento ou aceitação é necessário retirar da instância do Eu, de forma que produza, no fim último da análise, a assunção subjetiva. E ela está na forma do reconhecimento da exigência de satisfação pulsional que se faz a qualquer custo.

A partir da leitura de Freud e de Lacan, podemos constatar que o sujeito do inconsciente não tem congruência, isto é, não existe *O sujeito*, por conta da inconsistência de cada ser humano como efeito da não satisfação pulsional, ou seja, a demanda não é jamais

comunicada. É a divisão subjetiva que faz com que não haja objeto da pulsão, por isso se faz necessário elaborar um aparelho psíquico cuja principal função está em obter uma imagem de si a partir de um outro de referência. Como essa imagem está em constante reelaboração, ela é, portanto, fugaz, um momento de apreensão. Resta ao falante que, dessa imagem de si, irá advir o desejo inconsciente, pois é a partir da dimensão do desejo que o sujeito pode lidar com a exigência de satisfação pulsional, que não é satisfeita. Portanto, a marca do sujeito está no desejo inconsciente enquanto recurso para que um Eu seja apreendido pela rede de significantes.

Através desse percurso foi possível compreender que Freud foi o primeiro a fazer uma subversão do sujeito em seu lugar de razão. A partir da divisão subjetiva o Eu não é mais o senhor de si mesmo, já que é construído por essa divisão. Serão esses os fundamentos para depreender das produções freudianas uma noção de sujeito, que não é, portanto, correspondente ao Eu freudiano. Será Lacan que ao retomar a subversão do sujeito pontuará que nele opera uma dialética do desejo, sendo a porta de entrada para construir uma noção de sujeito para a Psicanálise tomado agora como sujeito de desejo.

1.5 Um sujeito sem subjetividade

*“É preciso desenlamear o sujeito do subjetivo [...]”
(LACAN, 1967/2003, p. 253)*

É com essa frase escrita por Lacan, que chegamos ao fim deste capítulo como conclusão do que pode ser depreendido da obra freudiana e da leitura lacaniana para a questão do sujeito. A partir de todos os elementos acima apresentados, chegamos à noção de que o sujeito para a Psicanálise só consiste pela subversão que ele faz no lugar da verdade, e do lugar da razão. A condição humana exposta pela descoberta freudiana do inconsciente faz uma cisão no campo subjetivo apontado pela ciência moderna, onde a psicologia, a filosofia, a sociologia e outros campos de saberes se situam. Essa cisão a partir da noção de sujeito dividido faz sucumbir em si próprio a noção de subjetividade. Onde está o sujeito, há um declínio da subjetividade, levando a noção de sujeito, segundo Porge (2017), a ser o símbolo do nada.

Torna-se imprescindível o ponto de partida sob o qual esta noção de sujeito é construída, pois o modo de operação que a Psicanálise propõe do ponto de vista teórico e clínico se fundamenta nesse pilar. É a distinção em que a Psicanálise trata o sujeito, e não a pessoa em sua subjetividade, que irá determinar como esse discurso marca o corpo daqueles que estão

sobre o seu registro. Mas, antes de se haver com esta conclusão, a partir dos elementos pontuados por Descartes, Freud e Lacan, é preciso percorrer um caminho para que se chegue a essa posição radical.

Leite (2017), em seu texto *Padecer do significante: a questão do sujeito*, defende que esse ponto de partida consiste na posição em que a Psicanálise subverte a questão do sujeito e que há nesse lugar um padecer do significante. O termo "subversão" nos diz: sub + versão, uma versão que passa por baixo e que pode assumir a conotação de revolta contra a ordem social, política, econômica, em uma oposição sutil. Logo, dizer que há um sujeito subvertido é dizer que essa noção de sujeito se opõe no lugar que até então ocupava a razão, no lugar de uma subjetividade. Mas, ao mesmo tempo, a autora se questiona: O que fica subvertido na subversão da questão do sujeito? O que fica de fora? E o que isso guarda em si para que seja possível nomear como sujeito?

Nesse sentido ela aponta para o padecer do significante. O verbo padecer é compreendido segundo ela como: “[...] sofrer mal físico ou moral; aguentar, suportar; implica ato que altera condições biológicas ou condições ditas normais” (LEITE, 2017, p. 28) e pode ser tomado aqui na medida em que o significante faz suportar e subverter o estatuto de sujeito. Isso é, será por meio do significante que o ser irá se registrar enquanto sujeito. Logo, o que faz dar estatuto de sujeito ao ser vivente se encontra no significante. Essa será a nova condição humana criada a partir do campo psicanalítico revelando que há um sujeito sem subjetividade, isto é, sem qualidades. Será nesse sentido que a defesa de Lacan, de que o sujeito sobre o qual se opera na Psicanálise é o mesmo que o da ciência, revela a marca de um sujeito sem qualidades, destituído de consciência classificatória. Será a partir desse ponto que a autora começa a abordar o estatuto do sujeito.

Ela aponta que há um parentesco compartilhado entre o surgimento da ciência moderna e o nascimento da Psicanálise no ponto em que ambas partem de um sujeito sem qualidades. Como vimos anteriormente, o sujeito da Psicanálise é o mesmo que o sujeito da ciência na medida em que a Psicanálise surgiu da ciência moderna, e ambas partem do cogito no *eu penso*. Segundo Leite (2017) há um compartilhar de discurso entre a Psicanálise e a ciência moderna, já que o nascimento desta última foi marcada pela física matematizada que eliminou todas as qualidades dos existentes. Assim, uma teoria do sujeito que estivesse de acordo com os padrões da ciência moderna deveria também retirar do sujeito qualquer qualidade. Logo, o sujeito não tem marcas qualitativas da individualidade empírica já que a dúvida metódica possibilita o nascimento do sujeito sem qualidade. Essa dúvida advém de um pensamento que se faz

enquanto um mínimo comum de todo pensamento possível. Seja qual for o pensamento, conclui-se o *existo*, pois é através do pensamento que a dúvida possibilita a existência. Segundo a autora, esse existente resultante dessa operação Lacan nomeará de sujeito.

A partir dessa análise foi possível à autora concluir várias implicações. Uma delas está em pensar que, no *eu penso* assim como no *eu existo*, não há pensamento com qualidade, por isso não é possível extrair dessa relação uma subjetividade, compreendida aqui como a qualidade/características da existência do ser no plano da consciência. E que foi esse o fator que possibilitou fundar o inconsciente freudiano já que Freud pontuou que o determinante não está no plano do pensamento consciente, mas sim que há pensamento no sonho, que o pensamento em sua origem é inconsciente, levando a um pensamento sem ser sustentado por um Eu. Sendo assim, o pensamento sem qualidade foi a condição necessária para que pudesse emergir o inconsciente freudiano. Segundo a autora: “[...] a consciência de si não é uma propriedade constitutiva do pensamento enquanto revelado pela descoberta freudiana e em acordo com o pensamento sem qualidades do primeiro tempo do Cogito.” (Leite, 2017, p.29). Assim, o “sujeito pensa onde não está, e está onde não pensa” marcando a entrada do pensamento inconsciente na determinação do campo do sujeito.

A subversão do sujeito posto pela Psicanálise está no fato de que tanto o sujeito quanto o pensamento não exigem a consciência como o fundamento da qualidade. A partir de Freud, é possível destacar que a consciência de si consiste numa individualidade empírica. Segundo a autora: “Se o gesto inaugural cartesiano revelou as propriedades de um sujeito sem qualidades, propriedades estas que na sequência ficaram esquecidas ou apagadas, coube a Freud reabrir, como disse Lacan, a hiância entre verdade e saber” (LEITE, 2017, p.36).

Todos esses fatores nos levam a apontar a posição radical de Porge a respeito do sujeito enquanto símbolo do nada. Nesse sentido, em sua obra *Fundamentos da Clínica Psicanalítica*, de 2014, ele tenta resgatar aquilo que segundo ele se constrói como fundamentos de uma clínica que se apoia a partir no legado freudiano, onde as leituras lacanianas encontram voz. A questão problematizada em todo seu escrito está em pensar sobre os ditos “novos sujeitos” contemporâneos, que, de acordo com alguns círculos psicanalíticos, se fazem como desafios à clínica psicanalítica atual. A partir disso, para que se discuta essa questão, Porge (2017) faz uma retomada dos fundamentos freudianos e da leitura lacaniana para trazer o que está como fundamento da clínica e o quanto esses fundamentos anulam a ideia de uma “nova”, ou “decaída” clínica psicanalítica por conta desses “novos” sujeitos. Chega à noção de sujeito enquanto símbolo de nada, pois, segundo ele, o “sujeito é um corte” (p. 70), está como “função

de borda” (69). Ao longo dessa construção, ele chegará à conclusão de que o que se encontra será um sujeito sem subjetividade.

Para chegar a essas noções ele aponta um percurso a se fazer estabelecendo a relação de que o sujeito está como corte a partir da noção de um sujeito dividido como apontado por Saussure na linguística, por Freud com o inconsciente, e para Lacan a partir de sua visada topológica na noção de corte. Ele começa apontando que a linguagem se estabelece como corte, e a partir da ideia do inconsciente estruturado como uma linguagem, conforme Lacan, o inconsciente é também corte. Tem-se, então, linguagem e inconsciente como corte.

Esse corte da linguagem está no que Saussure também debatia com a noção de “delimitação” da linguagem, enquanto consistência de uma unidade linguística que tivesse sentido. Assim, ao verificar que essa consistência não existe, a teoria saussuriana irá apontar o signo em seu corte duplo de palavras e coisas, e de significantes e significados, como forma de fixar um limite para a irrepresentabilidade do corte fundador na inexistência de delimitação na língua. Segundo Porge (2014), “o dualismo do signo funciona graças a um outro dualismo interno a cada um dos domínios” (p.65). Esse dualismo interno está entre o fato físico objetivo e o fato físico-mental subjetivo, fazendo com que o dualismo persista entre o fenômeno vocal como tal e o fenômeno vocal como signo, fazendo com que haja uma significação relativa a uma forma, e, portanto, nunca uma correspondência entre forma e significação. Logo, o que fica é uma diferença confusa entre ideias e formas sendo que jamais terão uma relação de correspondência, e por isso será uma diferença como tal. Segundo o autor: “a positividade do signo, a combinação de significante e significado, é uma ‘ficção’, necessária sem dúvida, mas ficção ao fim e ao cabo. É um ‘expediente’ que Saussure qualifica de imaginário” (PORGE, 2014, p.67). Logo, a unidade do signo faz recobrir a diferença e a não correspondência, que não é representável de forma fictícia, imaginária.

Outro autor importante no campo da linguística ao qual Porge recorre será Benveniste, que irá pontuar a relação da frase enquanto unidade do discurso como instrumento de comunicação, mas que, ao fazer a entrada na língua por ela, marca a entrada do ser numa relação de endereçamento. Aqui, verifica-se o quanto a linguística Saussuriana pressupõe a linguagem como corte, corte naquilo que é irrepresentável. A língua, o signo, se faz enquanto o resultado de uma não correspondência, delimitação da cadeia de ideias com a forma, isto é, expressão de um corte. E mais ainda, aponta a língua em sua relação primordial com o endereçamento, apontando a relação do outro na construção da língua. Serão desses fundamentos que Lacan irá se apropriar, juntamente com a ideia do sujeito dividido freudiano, para fundamentar o

inconsciente estruturado como uma linguagem. Se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, e se a linguagem é corte, o sujeito será resultante dessa relação, será um corte da linguagem.

Segundo Porge (2014), “o corte funda a estrutura do significante e do objeto em sua relação ao sujeito como função de borda” (p.69). Essa borda se encontra enquanto aquilo que faz um limite, mas que não é ao mesmo tempo fronteira, separando dessa forma domínios heterogêneos, como foi apontado por Lacan na determinação do sujeito pela relação alienação-separação (LACAN, 1964/2008). O que leva ao sujeito como função de borda está no corte da pulsão e no corte da linguagem, sendo a sexualidade através das pulsões parciais o resultante dos cortes da pulsão que recobre o corte da linguagem. E por isso, no campo do humano, as zonas erógenas possuem uma estrutura de borda, já que não há pulsões parciais totais, não há identidade discernível entre masculino e feminino, isto é, algo que a represente.

O sujeito como corte da pulsão e como corte da linguagem encontrará no significante, assim como no objeto *a* enquanto objeto da pulsão, a sua determinação. Será nesse sentido, que se pode compreender o padecimento do sujeito através do significante, aquilo que irá sustentá-lo como tal, ao passo que o subverte em seu lugar da razão, como foi apontado por Leite (2016). Segundo Porge:

Os dois acessos à borda do corte, pela língua e pela pulsão, correspondem às duas determinações do sujeito: pelo significante (que representa o sujeito para outro significante) e pelo objeto *a* que o cinde (na fantasia, claramente). Isso não é casual, dado que o corte é, pode-se dizer, um nome do sujeito. O sujeito é corte, corte pelo significante, corte pelo objeto. (PORGE, 2014, p. 70)

A partir disso pode-se pensar que o sujeito se institui, destituindo-se, que se esvai, pois está a todo tempo ligado a uma relação temporal em que um significante se apresenta a outro significante. A essa significação aleatória entre dois significantes o sujeito pode emergir enquanto “signo de nada”. Como afirma Lacan:

Se o significante se define como representando o sujeito ante a outro significante – reenvio indefinido de sentidos – e se isso quer dizer alguma coisa, é porque o significante significa ante o outro significante essa coisa privilegiada que é o sujeito enquanto nada. (LACAN, 1962-63/Inédito, *apud* PORGE, 2014, p. 71)

Se é pelo corte do significante e pelo corte da pulsão que o sujeito pode advir, é preciso retomar a implicação que o termo significante possui no campo psicanalítico, assim como a sua

relação com a pulsão, bases essas que serão necessárias para a construção do campo do desejo. O significante será então a possibilidade da imersão do sujeito, e, como afirma Leite (2017), para a Psicanálise, diferente da linguística, o significante pode ser definido por representar um sujeito para outro significante, por isso mesmo ele só pode se apresentar enquanto dividido. Segundo a autora: “[...] mais ainda, esse sujeito apresenta-se no intervalo, como corte” (p. 28). Assim, o sujeito dividido é o resultado do S1 em S2; só se tem notícia de S1 através do S2 que não o representa.

Será no lugar do Outro que o Isso fala, isto é, assim como foi abordado anteriormente, será no Outro que o ser encontra o tesouro dos significantes para que sejam eles a representar o sujeito que irá se tornar. Por isso, o sujeito do inconsciente enquanto sujeito de desejo articula-se no lugar do Outro, marcado pelo desejo fundamental de desejo, desejo do Outro constituindo-se como demanda. Segundo Burgarelli (2017), “o significante existe para exprimir uma demanda” (p.43); já que será através da demanda que a necessidade pode existir somente por estar endereçada a um Outro pela via do significante. Mas, será ao preço de uma divisão, de uma fenda, que o sujeito encontra seu lugar, que é de endereçamento. Pois é através de uma borda entre alienação e separação que o sujeito dividido pelo significante, que advém do Outro, toma para si os significantes que o definem.

Nessa relação, restará ao sujeito buscar no Outro os significantes que o representariam como sujeito, e será na impossibilidade dessa resposta pelo Outro que a autora aponta o que Lacan nomeou como “tragédia comum”, em que o sujeito e o outro se encontram. Segundo a autora: “esse encontro marcado com a incompletude do Outro [...] constitui o ponto dramático da castração do Outro, que não deixará de incidir sobre o sujeito, embora este venha a se estruturar de forma a recusá-la”. Será nesse ponto, na falha do Outro, que o sujeito se desvanece e portanto precisa, para conseguir se sustentar, recorrer aos meios imaginários que possui.

Tendo em vista a estrutura da linguagem no inconsciente, pode-se depreender de que não há subjetividade para o sujeito, pois não há como representar o irrepresentável. Porge (2017) argumentará: “ora, ele [o sujeito] não é nada para a Psicanálise. Sujeito e subjetividade são dois termos disjuntos que se excluem um ao outro no tempo em que aparecem” (p. 16). Eles são termos disjuntos pois o sujeito não se subjetiva, ele se “institui na sua destituição”, já que ele é apenas representado no intervalo de um significante para outro significante tornando-se “pura hipótese”. É da pura hipótese que falamos ao nomear o sujeito no campo psicanalítico; por ser irrepresentável não pode coexistir em si uma essência classificada por subjetividade.

Segundo Bugarelli (2017), nessa consideração sobre o sujeito pode-se ao mesmo tempo extrair um movimento desejante, e será essa operação o que resulta do corte da pulsão, corte do objeto *a*. Segundo o autor “[...] na operação concernente à divisão do sujeito é importante considerar esse ponto em que Freud tanto insistiu, quer seja, a relação, sempre em falta, com o objeto de satisfação de uma pulsão” (p.46). Fica evidente então a relação do sujeito com o corte da pulsão e com o objeto *a*. ele é resultante dessa operação. Será com a inscrição do objeto *a* que o sujeito terá o desejo como um de seus nomes. É então no campo da fantasia que o desejo opera como corte do objeto *a*. Seguiremos com essas noções para a construção dos próximos capítulos.

2. A noção de Desejo em Freud

Passaremos agora ao primeiro passo em direção à noção que é o objetivo principal deste trabalho, isto é, discutir a respeito dos pilares sobre os quais está fundamentada a teoria freudiana do desejo. De acordo com a discussão do capítulo anterior, o sujeito é tomado pela Psicanálise a partir de seu aspecto de emergência por se tratar de uma inconsistência subjetiva, revelando assim seu aspecto fugaz. Essa noção de sujeito só foi possível através da subversão que Freud fez da razão cartesiana. A partir da descoberta freudiana do inconsciente e do Eu na metapsicologia enquanto sujeito dividido, Freud inaugurou um novo campo em que o Eu não é mais o senhor de si mesmo. Logo, a noção de sujeito da razão perde o sentido frente a algo que o constitui, mas que ao mesmo tempo é impossível de ser apreendido. Essa subversão do sujeito na teoria freudiana consiste em deslocar seu aspecto central da razão para outro lugar, em que há um imperativo desconhecido, inapreensível, sendo que, através da escuta analítica, é possível reconhecer seus efeitos, isto é, efeitos do desejo inconsciente. É nesse sentido que muitos autores pós-freudianos defendem a noção de um sujeito de desejo.

A partir destas questões, chegamos à noção de *desejo*. Freud o coloca enquanto noção axial, pois está diretamente relacionado aos destinos da pulsão. Logo, ele se encontra articulado de forma primordial à toda a clínica *sinto-mal* a partir da qual Freud elaborou a técnica analítica que persiste até os dias de hoje. Encontramos na linguagem o material pelo qual o filhote do humano poderá emergir enquanto sujeito. Pois, será ela a responsável pela imersão desse falante a uma rede de significantes que se constitui enquanto ponto de ligação do ser ao mundo em que vive, relacionando-o ao Outro.

Para compreender a noção de sujeito enquanto sujeito de linguagem, é necessário identificar os efeitos da pulsão, uma vez que o inconsciente é formado pelos representantes psíquicos. O conceito de pulsão é compreendido a partir da fronteira entre o somático e o psíquico. É característico dela a inexistência de um objeto específico, o que permite diferenciar o campo do humano do campo do animal, fator relevante para atribuir ao sujeito do inconsciente a característica de sujeito de desejo.

De acordo com Freud (1900; 1901/1996), a pulsão advinda dos órgãos excitados buscando a satisfação no corpo se liga ao objeto e é satisfeita, tornando-se o que pode ser chamado de vivência de satisfação original, como nos primeiros momentos de vida do bebê. O efeito dessa satisfação cria no psiquismo uma identidade de percepção, ou seja, há a inscrição no psiquismo de uma satisfação original em forma de completude mítica. A partir do momento

em que a pulsão não mais encontra satisfação por conta das condições da vida, o bebê passa a rememorar essa satisfação original em forma de alucinação, como uma tentativa inconsciente de reviver aquela primeira satisfação mítica (FREUD, 1900; 1901/1996; MAURANO, 1999).

É nessa perspectiva que Freud funda uma nova visada, na qual estamos tomando a noção de desejo. Ele o define a partir das moções pulsionais em busca da reprodução de uma satisfação original, todavia de forma alucinatória, fazendo referência ao que pode ser chamado de objeto desde sempre perdido, pois o que está relacionado à satisfação original não é mais encontrado nem inserido na realidade.

Uma menção importante de Freud ao termo desejo é feita na obra *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900, momento em que Freud relaciona a elaboração dos sonhos ao desejo inconsciente. Entretanto, uma primeira menção a essa noção é feita antes, em 1895, no texto *Projeto para uma Psicologia Científica*, que só veio ao público em 1950, isto é, cinquenta e cinco anos depois. Nesse texto, Freud busca identificar precisamente a formação do aparelho psíquico humano, em que a noção de desejo se insere diretamente. Optamos, na elaboração deste capítulo, por seguir a cronologia da escrita de Freud em seus textos principais, para uma melhor compreensão de como este conceito é construído por ele ao longo de sua elaboração.

2.1 O Aparelho Psíquico

A intenção é prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição. (FREUD, 1895/2006, p. 355)

É dessa forma que Freud, em 1895, começa seu texto *Projeto para uma Psicologia Científica*. De acordo com sua ambição, essa elaboração se tornaria um dos textos centrais da teoria psicanalítica. Não só de acordo com sua ambição, esse trabalho possui aspecto central em toda construção da Psicanálise pós-freudiana e até hoje ainda é retomado por diversas áreas, como a neuropsicologia por exemplo. De fato, nesse trabalho Freud, com seu arcabouço teórico médico, traz uma série de postulações que permitirão a construção do campo psicanalítico. Em vários momentos de sua obra, Freud mesmo tendo abandonado esse trabalho, refuta-o, assim

como o confirma, com base nos novos dados de experiência conquistados e desenvolvidos por ele. Trata-se, portanto, de um passo inicial em que estão apresentados os conceitos centrais da metapsicologia e, assim, os pilares para a construção da noção de desejo.

Garcia-Roza (1991a) aponta o que poderia estar implícito na frase inicial do projeto. Segundo ele, o termo *ciência natural* traz, em si, a história de filiação de Freud aos teóricos e aos estudos desenvolvidos em sua época no campo da construção da ciência psicológica. O Projeto não é, dessa forma, alheio a sua época e faz parte de discussões apontadas por autores como Herbert, Fechner, Helmholtz, Meynert, Brucke, Brentano, etc, que se esforçaram para que o campo da psicologia se constituísse enquanto ciência e tivesse o mesmo valor de experiência que as ciências naturais e biológicas. Além do mais, para Freud a ciência se constituiria enquanto produção suprema do homem e via pela qual se chega ao conhecimento. Logo, o autor defende que há probabilidade de que o termo *ciência natural* apontado no texto se colocaria enquanto sinônimo de ciência e não uma tendência para a concepção naturalista dos processos psíquicos.

A proposta de Freud ao elaborar o projeto é construir uma teoria do funcionamento psíquico a partir de uma abordagem quantitativa e da sintetização de determinadas conclusões retiradas da psicopatologia. Por isso mesmo, Freud define o psiquismo como um aparelho que tem a capacidade de alterar uma energia determinada. Logo, ele estabelece dois princípios básicos, a de que há uma energia Q, que é definida por se distinguir da atividade de repouso, e a de que os neurônios devem ser encarados como partículas materiais. Assim, há um princípio de regulação da atividade psíquica, o princípio da inércia, segundo o qual os neurônios tendem a descarregar toda a quantidade que recebem (FREUD, 1895/2006).

Garcia-Roza (1991b) pontua que o aparelho psíquico não tem uma realidade ontológica; trata-se de uma espécie de demonstração explicativa que não tem sentido real, sendo assim um modelo termodinâmico. Os neurônios aos quais Freud se refere não condizem com as descobertas da histologia do século XIX. Para o autor: “[...] o projeto não é, portanto, uma tentativa de explicação do funcionamento do aparelho psíquico em bases anatômicas, mas, ao contrário, implica uma renúncia à anatomia e à formulação de uma metapsicologia” (GARCIA-ROZA, 1984, p. 47), já que o aparelho neuronal construído por ele pode transmitir e transformar uma energia específica.

A partir dessas premissas básicas estabelecidas por Freud, há uma noção de quantidade específica. Ele traz a noção de que existiria um *neurônio catexizado*, isto é, cheio de

determinada Q, de forma que ele também possa esvaziar dessa corrente de energia. Assim, os neurônios que ora estão investidos de energia e ora estão livres dela tendem a se ver livres, fator que irá posteriormente influenciar na configuração do *Princípio de Prazer*, texto de 1920. A origem da excitação neuronal, compreendida como uma quantidade em estado de fluxo, pode tanto advir do mundo externo, através das vias sensoriais, como internamente, de modo intercelular. Para Garcia-Roza (1991b), é a forma como Q interage, de um neurônio para outro, tomando vários caminhos possíveis por meio das bifurcações neuronais, que vai delimitar, no campo da metapsicologia, o ponto de vista econômico em Freud. Essa economia é regulada através de dois princípios essenciais: o princípio da inércia e o princípio da constância.

De acordo com Freud (1985/2006), o princípio básico da atividade neuronal é o princípio da inércia neuronal, que presume que os neurônios tendem a se livrar de Q. Mas, além da função de descarga, enquanto função primária do sistema nervoso, há uma função secundária que faz com que, para além de se livrar de Q, seja preciso conservar as vias de escoamento que permitem permanecer afastado das fontes de excitação, isto é, a fuga do estímulo. Logo, há um segundo princípio vigente, o princípio da constância que permite com que o sistema nervoso se adapte às condições impostas pela vida. Por mais que a tendência original seja manter $Q = 0$, quando exigências são impostas, o sistema precisa tolerar esse aumento, e ele tolera fazendo com que Q seja constante. De acordo com Freud:

[...] o sistema nervoso é obrigado a abandonar sua tendência original à inércia [...]. Precisa tolerar [a manutenção de] um acúmulo de Q_n suficiente para satisfazer as exigências de uma ação específica. Mesmo assim, a maneira como realiza isso demonstra que a mesma tendência persiste, modificada pelo empenho de ao menos manter a Q_n no mais baixo nível possível e de se resguardar contra qualquer aumento da mesma – ou seja, mantê-la constante. (FREUD, 1985/2006, p. 349)

De acordo com Garcia-Roza (1991a), Freud no Projeto levanta uma hipótese que é fundamental para a explicação de uma das funções mais importantes do aparelho neuronal, a memória. A hipótese está na ideia das barreiras de contato, compreendida como o que irá fazer a distinção entre os neurônios permeáveis e impermeáveis ao fluxo de Q. A permeabilidade deles vai depender da existência de barreiras de contato que têm por função reter uma certa quantidade de Q. De acordo com Freud:

Há duas classes de neurônios: (1) os que deixam passar a Q_n como se não tivessem barreiras de contato e que, da mesma forma, depois de cada passagem de excitação permanecem no mesmo estado anterior, e (2) aqueles cujas barreiras de contato se

fazem sentir, de modo que só permitem a passagem de Qn com dificuldade ou parcialmente. Os dessa última classe podem, depois de cada excitação, ficar num estado diferente do anterior, fornecendo assim uma *possibilidade de representar a memória*. (FREUD, 1885/2006, p. 351-352)

Neste sentido, sem essa capacidade de armazenar informações devido à existência de barreiras de contato, o aparelho ficaria reduzido a um mero condutor em sua função de descarga; não seria um “aparelho” composto de distintas partes. Não se trata, portanto, de uma memória consciente, mas de uma habilidade do tecido nervoso de ser alterado de forma permanente (GARCIA-ROZA, 1991a).

A partir disso, Freud irá distinguir dois sistemas do aparelho psíquico, o sistema de neurônios Φ e o sistema de neurônios Ψ . O primeiro, composto por neurônios permeáveis, que não oferecem resistência e nada retêm, designados à percepção. O segundo, dotado de neurônios de resistência e retentivos de Q, que são portadores de memória e provêm de excitações endógenas. Garcia-Roza (1991b) atenta para que tanto os neurônios Φ como os Ψ possuem barreiras de contato, isto é, sinapses. A diferença está que, no primeiro sistema, as barreiras de contato permanecem inalteradas após a passagem de Q, e no segundo elas se alteram de forma permanente. Sendo assim, essa resistência ao fluxo de Q fornecido pelas barreiras de contato do sistema Ψ altera, através da memória nelas registradas, o grau de facilitação, de forma que elas se tornam menos impermeáveis e assim mais próximas do sistema Φ . Segundo Freud: “[...] a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios Ψ ” (FREUD, 1885/2006, p. 352). Assim, a memória facilita em determinadas situações o percurso de Q, a depender da magnitude da impressão e da frequência com que a mesma impressão se repete.

Segundo Garcia-Roza (1991b), o atributo crucial do aparato anímico que Freud defende no projeto é a memória. Para ele, dizer que o aparato anímico é um aparato de memória implica fundamentar que desde o início da formação desse aparelho ela está presente. Sua presença se deve à função primária de descarga, que não se faz sem a função secundária de fuga ao estímulo e ação específica. Logo, esses processos precisam da memória para que se realizem. Entretanto, a memória não pode ser referenciada ao ressurgimento da lembrança ou de acontecimentos, e sim à permanência de traços, que segundo Freud está na diferença de trilhamentos. Desse modo, mesmo que os traços sejam permanentes, a memória é tida sempre como uma memória diferencial. Segundo o autor: “a memória não é um processo mecânico pontual, não é a reprodução sempre idêntica de um traço imutável, mas um processo que implica um diferencial de valor entre caminhos possíveis” (GARCIA-ROZA 1991b, p. 35). Portanto, a

memória é elaborada como a capacidade que uma vivência tem de permanecer produzindo efeitos.

Já a experiência da dor pode ser compreendida como uma falha desse sistema. De acordo com Freud, ela está na irrupção de Q s excessivas no sistema Ψ . Ela se manifesta quando há um aumento do estímulo sensorial, denunciando uma falha do dispositivo; e quando há uma interrupção da continuidade, ou seja, uma Q externa que possui maior magnitude dos estímulos que são registrados por Φ . Logo, a dor cria facilitações permanentes no sistema Ψ . Posto isto, Freud não deixa de apontar que a consciência, de onde se tem notícia da sensação de dor, não provê aspectos fiéis e fidedignos sobre os aspectos neuronais, mas que devem ser considerados em sua totalidade como dados inconscientes e por isso devem ser validados assim como os fenômenos naturais, apontando que tanto os fenômenos do sistema Φ como do sistema Ψ estão escritos no registro inconsciente.

Desse modo, é possível questionar: de onde provém a qualidade das sensações, a consciência? Ao responder essa questão, Freud diz que há entre os Φ e os Ψ um outro, do qual provêm as sensações, o sistema ômega, ω . Seu funcionamento parte da mesma excitação que o sistema Φ , isto é, ele é excitado com Q a partir da percepção; e seus estados de excitação têm quantidades ainda mais reduzidas que o sistema Ψ , por onde é possível produzir as diversas qualidades. Mas, logo Freud revisa sua teoria sobre a Q dizendo que o sistema ω , na verdade, é incapaz de receber Q , pois ele se apropria dos períodos de excitação dos órgãos dos sentidos, ou seja, do sistema Φ via o sistema Ψ . Garcia-Roza (1991b) pontua que os neurônios ω , por não serem capazes de receber Q , recebem uma temporalidade, isto é, um período de excitação advinda do sistema Ψ , que permite a eles uma carga mínima de Q necessária para a consciência. Logo, eles não necessitam de descarga, o nível de excitação aumenta e diminui pela excitação recíproca com Ψ sendo eles que guiam a descarga de energia livre dos neurônios Ψ . Segundo Freud, essa é a base para o funcionamento da consciência.

A partir destes pressupostos, Freud conclui que é possível compreender como se transforma a quantidade em qualidade fazendo funcionar a consciência. Garcia-Roza (1991a) aponta que a consciência é a pura qualidade, que é resultante do próprio aparato neuronal. Esse aparato se forma simultaneamente com a transformação da qualidade em quantidade. E essa noção condiz com o princípio básico da inércia, ao presumir que o desprazer seria um aumento do nível de Q ou de um aumento da pressão quantitativa no sistema Ψ , e que há uma tendência para evitar o desprazer em favor da permanência do prazer. Logo, o prazer corresponderia à sensação de descarga, de rebaixamento dessa tensão. Segundo Freud: “o prazer e o desprazer

seriam sensações correspondentes à própria catexia de ω , ao seu próprio nível; e aqui Φ e Ψ funcionariam, por assim dizer, como vasos comunicantes” (FREUD, 1885/2006, p. 364).

A partir desses pressupostos é possível associar que, no Projeto, Freud já identifique o Princípio de Prazer a partir do princípio da inércia. A tendência primária para evitar o desconforto decorre, então, do fato de que não há barreira de contato habilitada de barrar um estímulo doloroso, já que a própria lembrança desse estímulo pode provocar o desconforto. Deste modo, pode-se concluir que os processos quantitativos que percorrem Ψ chegam à consciência através das qualidades; prazer/desconforto se inscrevem como registros primários permitindo que todas as outras sensações registradas pela consciência possam surgir (GARCIA-ROZA, 1984).

2.1.1 A experiência de satisfação

Todos estes processos acima discutidos são imprescindíveis para compreender o que Freud começa a delimitar como a experiência do desejo, a partir do registro no aparato psíquico da vivência de satisfação. São os resíduos das experiências de satisfação que irão formar os afetos e os estados de desejo. Para isso, Freud pontua que antes é necessário identificar que há, entre as vias que conduzem energia a Ψ , uma via direta que parte do interior do corpo, uma energia endógena, além da excitação provinda pela percepção do sistema Φ . É esse fato que, segundo o autor, está como mola mestra do mecanismo psíquico e que permitirá criar registros mnêmicos de memória (FREUD, 1885/2006).

Os estímulos endógenos, nesse momento da teoria freudiana, estão inscritos como originários, de natureza intercelular, que se constituem de forma contínua e que só periodicamente se inscrevem enquanto estímulos psíquicos. Essas excitações são delimitadas como a origem das vontades, que segundo Freud podem ser definidas como pulsões.⁶ Segundo ele: “aqui, Ψ está à mercê de Q , e é assim que surge no interior do sistema o impulso que sustenta toda a atividade psíquica. Conhecemos esta força como *vontade* – o derivado das *pulsões*” (FREUD, 1885/2006, p.369). Assim encontramos, pela primeira vez, a menção de Freud à ideia das pulsões, enquanto excitação por fontes endógenas, a quais, como visto no capítulo anterior, dizem da noção de energia que advém da barreira entre o somático e o psíquico.

⁶ Termo utilizado pelo editor das obras completas de Sigmund Freud James Strachey, que identificou, no Projeto, a presença da ideia de pulsão, que será melhor trabalhada por Freud em 1915.

Logo, por mais que haja uma alteração interna, como por exemplo o choro e o grito, que vise rebaixar a quantidade de tensão em Ψ por meio do sistema Φ , há sempre uma alteração interna precursora das emoções, sendo que nenhuma descarga pode produzir resultado de alívio, já que o estímulo endógeno continua a ser recebido e restabelecido em Ψ . O objetivo da descarga motora por meio da alteração interna é o alívio da tensão em Ψ . Entretanto, esse objetivo só pode ser alcançado se for eliminado o estímulo na fonte, pois a alteração interna por meio da agitação motora do bebê (estado de urgência da vida) não é capaz de trazer alívio, já que a tensão produzida pelos estímulos internos persiste. Ela somente será rebaixada através de uma ação específica no mundo externo que suspenda a descarga de Q no interior do corpo. Isso se dá, a partir do fornecimento por algum outro ser vivo de “víveres” ou “objeto sexual”, exemplo citados por Freud.

Nesse momento do Projeto, Freud faz questão de pontuar que o organismo humano difere de outros seres vivos em sua incapacidade de fornecer essa ação específica por conta própria, devido à sua prematuração e fragilidade, precisando, desde o nascimento, que tenha algum outro que forneça ações que tenham o poder de rebaixar, mesmo que momentaneamente, a tensão em Ψ oriunda dos estímulos endógenos. Essa intervenção de uma pessoa experiente adquire, segundo Freud, uma importantíssima função de comunicação, o que será visto em Lacan como a imersão do sujeito a uma ordem simbólica, pois faz com que haja uma saída da situação de desamparo (GARCIA-ROZA 1991a).

Segundo Freud, a totalidade desses eventos constitui a experiência de satisfação, que tem consequências radicais no desenvolvimento do indivíduo. Dentre essas consequências, ele enumera: atua uma descarga permanente eliminando o desprazer em ω ; produz-se no neurônio a catexização que corresponde à percepção do objeto; e em outros pontos do neurônio chega-se a informação sobre a descarga do movimento reflexo que se seguiu à ação específica. Todo esse mecanismo produzido pela experiência de satisfação serve para que se estabeleça uma facilitação entre os estímulos e os neurônios nucleares, isto é, forma-se uma “imagem motora” em Ψ , cria-se um registro de memória.

Nesse sentido, Freud a partir dos pressupostos apresentados vai associar diretamente a experiência de satisfação com a ativação dos estados de desejo. Segundo ele:

Assim, como resultado da experiência da satisfação, há uma facilitação entre duas imagens mnêmicas e os neurônios nucleares que ficam catexizados em estado de urgência. Junto com a descarga de satisfação, não resta dúvida de que Q_n se esvai também das imagens mnêmicas. Ora, com o reaparecimento do estado de *urgência*

ou de *desejo*, a catexia também passa para as duas lembranças, reativando-as. É provável que a imagem mnêmica do objeto será a primeira a ser afetada pela ativação do desejo. (FREUD, 1885/2006, p. 371)

A partir dessas consequências enumeradas por Freud, é possível compreender que assim que surgir novamente um estado de necessidade, ou “estado de desejo”, surgirá de imediato um impulso psíquico que buscará reinvestir a imagem mnêmica do objeto com o objetivo de fazer reproduzir a satisfação original através da *alucinação*. Logo, com um novo estado de desejo, o investimento passa para as duas imagens-lembranças, imagem mnêmica do objeto e imagem mnêmica da ação específica, reativando-as em busca da satisfação mesmo que momentânea. Todavia, o objeto real não está presente, e o que ocorre, portanto, é uma alucinação com a sua correspondente frustração, já que não há uma satisfação total, e sim parcial, pois não há o rebaixamento da tensão causada pelos estímulos endógenos.

Aqui identificamos que o desejo está ainda associado ao estado de necessidade que tem sua origem no orgânico, através dos estímulos internos. Sendo assim, o desejo, aqui no Projeto, corresponde a uma necessidade que requer satisfação. Mas não uma necessidade qualquer, uma necessidade que convoca uma satisfação por meio da qual será possível registrar um traço de memória, uma vivência de satisfação que a alucinação busca reevocar. A alucinação provém desse campo necessidade-satisfação, que será registrada de forma particular em cada sujeito. Será no campo do particular que esse mecanismo se inscreve no psiquismo permitindo que o desejo inconsciente possa advir.

2.1.2 Processo primário e secundário

A partir dos processos acima descritos e da memória criada por meio da vivência de satisfação, Freud no Projeto vai elaborar uma das primeiras teorias a respeito do eu. Segundo ele, o eu diz respeito a uma organização de neurônios em Ψ que interfere nas passagens de quantidade, que em sua primeira vez ocorrem com base nas experiências de satisfação e dor. Segundo ele: “o ego deve, portanto, ser definido como a totalidade das catexias Ψ existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar um componente permanente e outro mutável” (FREUD, 1885/2006, p. 375). Isto é, as facilitações criadas no sistema Ψ compõem o eu.

Garcia-Roza (2008), ao comentar a formação do eu descrito no Projeto, diz que ele surge justamente para impedir o desprazer que decorre da confusão da alucinação. Essa confusão se dá pelo fato de o recém-nascido não ser capaz de distinguir o objeto de desejo real do alucinado, criado a partir de uma imagem mnêmica da primeira experiência de satisfação. Logo, com sua reação ao objeto alucinado, irrompe conseqüentemente a frustração. Tendo em vista que o aparato psíquico precisa se manter constante e em estado de inércia, visando evitar o desprazer, um novo mecanismo é criado para desempenhar a função de inibição do desejo quando se trata de um objeto alucinado. Logo, de acordo com Freud, o eu é uma formação do sistema Ψ , e não ω , e sua finalidade é dificultar as passagens de Q que originalmente foram acompanhadas com satisfação e dor. Essa ideia está presente em Freud quando ele diz que o eu:

[...] deva esforçar-se por se livrar de suas catexias pelo método da satisfação, isso não pode acontecer de nenhuma outra maneira senão por ele influenciar a repetição das experiências de dor e dos afetos, e pelo método seguinte, que é geralmente descrito como inibição. (FREUD, 1885/2006, p.375).

A partir disso, é possível compreender que o eu do Projeto não é similar ao eu da segunda tópica. Esse eu do qual Freud fala no Projeto é uma formação particular e interior ao sistema Ψ , não dispondo de acesso à realidade, já que essa disposição é dada ao sistema ω , do qual ele não faz parte; ele não é então o eu da percepção, da consciência e do desejo. Ele está inscrito em uma parte do sistema Ψ , que possui uma função sobretudo inibidora, de forma que impede o investimento da imagem mnêmica do primeiro objeto satisfatório, e assim evita a alucinação e a conseqüente decepção (GARCIA-ROZA, 1991).

Logo, Freud defende que o sistema Ψ é incapaz de distinguir entre a percepção do objeto real e a ideia, isto é, a alucinação. Assim, é preciso de uma adaptação do aparelho psíquico para evitar a recatexização de uma memória mnêmica hostil, ou de desejo, já que pela falta do objeto real ela age com aumento de sua quantidade fornecendo um estímulo à descarga. Segundo Freud:

Ambas, a catexia de desejo e a liberação de desprazer, quando a lembrança em questão é de novo catexizada, podem ser biologicamente nocivas. É o que acontece na catexia do desejo sempre que ela ultrapassa determinada quantidade e, desse modo, age como um estímulo à descarga; e é o que acontece também na liberação de desprazer, pelo menos quando a catexia da imagem mnêmica hostil emana (por associação) do próprio Ψ , e não do mundo externo. Aqui, mais uma vez trata-se, portanto, de encontrar uma indicação para distinguir entre percepção e lembrança (ideia). (FREUD, 1885/2006, p. 377)

Essa indicação da realidade será, de acordo com Freud, feita pelo sistema ômega. E assim os processos primários corresponderiam a esse primeiro tempo de investimento na imagem mnêmica através da alucinação, em que não há uma distinção entre fantasia e realidade; e o processo secundário está marcado pela existência do eu em Ψ , que inibe a recatexização da imagem mnêmica a partir dos dados da realidade para se defender do desprazer. Garcia-Roza (1991b) fala que tanto os processos primários quanto os secundários correspondem do ponto de vista econômico à energia livre e à energia ligada. A energia livre condiz com o processo primário, pois inclina-se para a descarga da forma mais direta possível; e está ligada com o processo secundário, pois sua descarga é retardada ou controlada através da ação do eu com os dados da realidade.

De acordo com Freud:

A catexia de desejo levada ao ponto da alucinação e a completa produção de desprazer, que implica o total consumo da defesa, foram por nós consideradas como *processos psíquicos primários*. Em compensação, aqueles processos que só se tornam possíveis mediante uma boa catexia do ego e que representam versões atenuadas dos mencionados processos psíquicos primários, foram considerados como *processos psíquicos secundários*. (FREUD, 1885/2006, p. 379)

Freud defende que essa operação é resultante de um longo período de desdobramento do aparelho psíquico. Desse modo, os sonhos e os sintomas se tornam o privilégio de Freud por se constituírem como processos psíquicos primários, enquanto o pensamento da vigília, a atenção, o raciocínio e a linguagem são exemplos dos processos psíquicos secundários. Passaremos, agora, a discutir pormenorizadamente esse fenômeno em que Freud apostou em toda a sua construção da teoria psicanalítica e que se encontra como objeto privilegiado da clínica enquanto uma das formações do inconsciente, os sonhos.

2.2 A Interpretação dos Sonhos⁷

Quando, após passarmos por um estreito desfiladeiro, de repente emergimos num trecho de terreno elevado, onde o caminho se divide e as mais belas vistas desdobram por todos os lados, podemos parar por um momento e considerar em que direção deveremos começar a orientar os nossos passos. (FREUD, 1900/2006, p. 157)

⁷ Título original: “*Die Traumdeutung*”, publicado no ano de 1900.

Com essas palavras, em 1900, Freud publica seus estudos na obra que será considerada como a fundadora do método psicanalítico, *A Interpretação dos Sonhos*. Não só é considerada por toda a literatura analítica, mas já era desde o início de acordo com a presunção de Freud, a obra que iria marcar o século e revolucionar o campo científico. Exemplo disso está na pretensão de publicá-la no ano de 1900, início do século. É com as descobertas do método psicanalítico no campo dos sonhos que Freud irá reconhecer que há de se escolher qual direção tomar, quais os pilares que devem se seguir e o que será reconhecido como válido no tratamento das psiconeuroses, já que havia vários estudos sendo desenvolvidos na época.

Com isso, ele diz: “Encontramo-nos em plena luz de uma súbita descoberta” (p.157), que estaria no equívoco em reconhecer os sonhos como absurdos e destituídos de sentido. Mas eles são na verdade “[...] fenômenos psíquicos de inteira validade, realizações de desejos; podem ser inseridos na cadeia dos atos mentais inteligíveis de vigília; são produzidos por uma atividade mental altamente complexa” (p.157). É a partir dessas descobertas que Freud introduz o método psicanalítico por meio da associação livre e atenção flutuante, e desenvolve seus estudos em torno da metapsicologia, abandonando de uma certa forma a estrita referência aos mecanismos neurofisiológicos como apresentados no Projeto. Por mais que haja sempre a preocupação com o aspecto econômico na construção da metapsicologia, agora ele se faz em conjunto com a perspectiva dinâmica e topológica.

Sendo assim, é possível reconhecer que é com a *Interpretação dos Sonhos* que a categoria desejo ganha aspecto central na construção psicanalítica. Ao defender que todo sonho é em alguma medida a realização de desejos, Freud se atenta para o aspecto central da produção humana, já que o sonho é considerado como um exemplo análogo a todas as outras formações do inconsciente. Assim como o sonho, encontramos os sintomas, o chiste, e o ato falho como a forma pela qual o sujeito pode emergir. Logo, dizer que os sonhos preservam em si a realização de desejos, é dizer que os sintomas preservam o desejo, e que o aparelho psíquico busca em última instância a realização de desejos. Nesse sentido, Freud desenvolve a ideia de pulsão, Princípio de prazer e a técnica analítica para que se possa delimitar como a experiência do desejo rege a atividade humana delimitando a clínica psicanalítica.

Entretanto, a primeira referência de Freud às descobertas no campo dos sonhos já estava inserida no Projeto de 1895. Mesmo que o Projeto tenha sido publicado cinquenta anos após a sua escrita, isto é, vários anos após a *Interpretação dos Sonhos*, consideramos válido retomá-lo para o estudo dos sonhos. No Projeto, Freud dedica uma parte de seu escrito para

defender a constituição da “natureza onírica propriamente dita”. Ele começa dizendo que os sonhos fazem parte dos processos primários no sistema Ψ , portanto não correspondem a um compromisso com a realidade através da ação do eu. Logo, se apresentam diariamente através dos sonhos os processos de Ψ , assim como aqueles que foram por conta do desenvolvimento suprimidos de Ψ .⁸ Tem-se, como sua precondição, a queda da carga endógena no núcleo de Ψ , especificadamente no eu, o que faz supor que é a descarga do eu que determina e caracteriza o sono, possibilitando a ação dos processos psíquicos primários.

Sobre os aspectos que formam a “natureza onírica propriamente dita”, Freud defende que, em primeiro lugar, os sonhos são destituídos de descarga motora, pois ficamos paralisados. Em segundo, as conexões são parcialmente absurdas e sem sentido, pois há nos sonhos uma *compulsão a associar*, do qual Freud defende que também possui em larga escala na vida psíquica em geral. Aqui, já é possível identificar uma primeira referência ao mecanismo de condensação, que ele irá desenvolver posteriormente. Em terceiro, as ideias oníricas possuem o caráter alucinatório, mas despertam a consciência. Nesse sentido, ele aponta que a vivacidade da alucinação é diretamente proporcional à importância da catexia quantitativa da ideia original do sonho. Além da catexia quantitativa da ideia, operam também, através do sistema ômega, as qualidades advindas da consciência.

Em quarto lugar ele diz: “O objetivo e o sentido dos sonhos (dos normais pelo menos) podem ser estabelecidos com certeza. Eles [os sonhos] são *realizações de desejos*” (FREUD, 1895/2006, p. 392). Logo, são processos primários que acompanham as experiências de satisfação. Continua: “[...] e só não são reconhecidos como tal porque a liberação de prazer [a reprodução de traços das descargas de prazer] neles é escassa, pois, em geral, eles seguem seu curso sem afeto [sem liberação motora]” (p. 393). Com isso, é possível perceber que a dimensão do desejo, enquanto propósito da atividade psíquica humana, está aqui no Projeto, delimitado pelo seu aspecto econômico, em que há o predomínio da alucinação em Ψ , de forma que não há descarga desta tensão. Isso faz com que Freud suponha que a catexia de desejo primária tenha sido de caráter alucinatório.

Em quinto lugar, ele aponta para o fato de como a lembrança dos sonhos é fraca. Isso se deve, segundo ele, ao fato de os sonhos seguirem as “velhas” facilitações em Ψ e não produzir

⁸ Nesta passagem, podemos supor que ele diz dos processos do aparelho psíquico que passaram de processos primários, para processos secundários, isto é, passaram através da ação do eu a considerar a realidade em sua operação. Portanto, os sonhos preservam em si esse aspecto rudimentar dos processos psíquicos primários regidos pela alucinação.

nenhum efeito nelas, isto é, modificar ou criar novas facilidades, como as que produzem as percepções do sistema Φ . Por último, ele atenta para o fato de que a consciência opera fornecendo qualidade da mesma forma que na vida desperta. Isso demonstra que a consciência não está presa ao eu, mas que pode sim se associar a qualquer processo de Ψ .

A partir desses pressupostos apresentados, é possível concluir que no Projeto Freud já desenvolve a ideia de que os sonhos se constituem enquanto realizações de desejo, sendo que esse mecanismo se assemelha com a vida psíquica normal e principalmente com o trabalho dos sintomas nas psiconeuroses. Ele diz: “[...] verificaremos que o significado dos sonhos como realizações de desejo se acha encoberto por uma série de processos Ψ : todos os quais são reencontrados nas neuroses, de cuja natureza patológica são característicos” (FREUD, 1895/2006, p. 393). Compreendemos, assim, que o passo está dado para a definição do método psicanalítico quando Freud aproxima os sintomas com a formação dos sonhos, pois eles defendem a formação de um compromisso entre a exigência de satisfação pela via do desejo e as normas impostas pela realidade, o que nos sonhos será posteriormente apontado como o trabalho das resistências. Seguiremos agora para a *Interpretação dos Sonhos*.

2.2.1 O sonho modelo

Todo psicólogo é obrigado a confessar até mesmo as suas próprias fraquezas, se acreditar que assim lança luz sobre algum problema obscuro. (DELBOEUF, apud FREUD, 1900a/2006, p.140).

Freud inicia sua obra *A Interpretação dos Sonhos* deixando claro que seu objetivo é demonstrar que os sonhos são possíveis de serem interpretados. Para isso, ele traz inicialmente um vasto resultado de pesquisas desenvolvidas no campo dos sonhos de sua época. Ele aponta para a tendência dominante de todas as pesquisas até então realizadas, a de conceber os sonhos enquanto um simples processo somático que por sua ocorrência é registrada no aparelho mental, e não como um ato mental em si, isto é, provido de validade assim como os outros processos mentais. Com exceção do autor Scherner, essas pesquisas não têm em pauta a possibilidade de interpretação, a busca por um sentido. Nesse contexto, Freud destaca que, a despeito de todos, a opinião leiga, por mais que considere os sonhos como processos ininteligíveis e absurdos, supõe interpretações através de determinadas e pré-estabelecidas substituições a serem feitas

no conteúdo do sonho. Segundo ele, o agravante dessa condição é alienar as pessoas que apostam nessas interpretações a sua economia psíquica.

Nessa perspectiva, ele destaca as duas formas populares de tratar a interpretação dos sonhos. A primeira delas através do método da interpretação simbólica, que tem por objetivo substituir todo o conteúdo do sonho por outro que seja inteligível e de forma que seja correlativo ao sonho original. E o segundo, através do método de decifração, pois concebe os sonhos como uma espécie de criptografia em que cada signo é possível de ser traduzido por outro signo que possui um significado específico de acordo com um código fixo. E assim a interpretação não é feita como um todo, mas sim a partir da análise de cada parte de forma independente, segundo um livro dos sonhos (FREUD, 1900a/2006).

Com isso, Freud defende que a sua proposta se dá a partir de uma inovada forma de ver os sonhos, pois ele afirma que os sonhos realmente possuem sentido e que é possível haver um método científico para interpretá-los. Esse método foi obtido a partir de suas descobertas no campo terapêutico, no tratamento com as psiconeuroses, quando ele entendeu que as decomposições das estruturas patológicas correspondiam diretamente à sua solução, e a inovação está no sentido de que agora essa decomposição é feita pela fala. Quando as representações patológicas podem ser identificadas em sua origem na vida mental dos pacientes, a representação desaparece, e o que surge é a cura do sintoma. Será nessa perspectiva que Freud vai delimitar a Interpretação dos sonhos. Ele diz:

Faltava então apenas um pequeno passo para se tratar o próprio sonho como um sintoma e aplicar aos sonhos o método de interpretação que fora elaborado para os sintomas. Devemos ter em mira a promoção de duas mudanças nele: um aumento da atenção que ele dispensa a suas próprias percepções psíquicas e a eliminação da crítica pela qual ele normalmente filtra os pensamentos que lhe ocorrem. (FREUD, 1895/2006, p. 135)

E assim o método psicanalítico se estabelece em oposição ao método catártico, pois encontramos aqui na *Traumdeutung* os pressupostos da associação livre e, assim, a posterior contrapartida, a atenção flutuante, enquanto métodos que operam na cura através do encontro com as representações patológicas pela fala dos pacientes.

Chegamos então ao sonho exemplo de interpretação sonhado pelo próprio Freud. Mesmo reconhecendo os equívocos que possa haver em sua auto-análise, ele considera válido por se tratar de um sonho cotidiano que revela vários aspectos dos processos oníricos revelados

pelo método da interpretação. Esse sonho, *Injeção de Irma*, é retomado em vários momentos em sua obra para apontar diferentes aspectos do desenvolvimento do método psicanalítico (FREUD, 1900a/2006).

O sonho se inicia com um grande salão em que Freud estava recebendo vários convidados, inclusive sua paciente Irma, que decidira encerrar o tratamento precocemente por não aceitar a “solução” dada por Freud. Com intuito de repreendê-la, ele disse: “Se você ainda sente dores, é realmente apenas por sua culpa”. Logo ela respondeu: “Ah! Se o senhor pudesse imaginar as dores que sinto agora na garganta, no estômago e no abdômen... isto está me sufocando” (p.141). Ele então começou a duvidar se não haveria cometido o erro de não identificar causa orgânica em sua doença, pedindo assim, que ela abrisse a boca para que ele pudesse examinar sua garganta. Segundo ele: “Em seguida, ela abriu a boca como devia e, no lado direito, descobri uma grande placa branca; em outro lugar, vi extensas crostas cinza-esbranquiçadas sobre algumas notáveis estruturas recurvadas, que tinham evidentemente por modelo os ossos turbinados do nariz” (p.141-142). Com isso ele chamou imediatamente o Dr. M, e logo apareceram mais dois amigos, Otto e Leopold, que disseram se tratar de uma infecção que se curaria através de uma disenteria em que a toxina seria liberada. No sonho Freud lembrou que seu amigo Otto aplicara em Irma uma injeção com seringa suja de um preparado de “[...] propril... propilos... ácido propriônico... trimetilamina” (p. 142). No momento em que lembrou, ele começou a ver nitidamente esse preparado no sonho.

Desse sonho, Freud desenvolveu criteriosamente várias interpretações. Seguiremos, aqui, algumas das mais importantes em que ele defende o método de interpretação apontando minuciosamente para a sua elaboração sobre a realização de desejos. Em primeiro lugar, destaca-se o motivo pelo qual o sonho em suas características principais emergiu. Freud aponta para o que ocorrera no dia anterior, em que seu amigo Otto, após visitar Irma, diz ao responder à questão de como ela estaria: “Está melhor, mas não inteiramente boa” (p. 141). Suas palavras assim como seu tom foram sentidas por Freud como uma recriminação, em que a justificativa supostamente estaria no fato de ter prometido demais à paciente sua cura, tendo ainda em consideração a impressão de que os parentes dela nunca viram com bons olhos o tratamento. Na mesma noite, Freud redigiu o caso clínico para que o Dr. M o analisasse. E ao adormecer, foi despertado com a lembrança desse sonho.

Freud identifica aqui o desejo que supostamente estaria nesse sonho, o de se livrar, de certa forma, de uma suposta culpa pelas dores que Irma ainda sentia. A conversa com seu amigo Otto o atingiu justamente por reconhecer que estaria errado em sua atitude, ao término do caso,

de sentir que sua tarefa estaria cumprida no momento em que informava à paciente o sentido oculto dos seus sintomas. Segundo ele, não se considerava responsável pelo fato de Irma aceitar ou não sua solução, embora, no momento em que esteve analisando o sonho, reconheça que era desse aspecto que dependia o sucesso. De acordo com Freud (1900a/2006):

Notei, contudo, que as palavras que dirigi a Irma no sonho indicavam que eu estava especialmente aflito por não ser responsável pelas dores que ela ainda sentia. Se fossem culpa dela, não poderiam ser minha culpa. Seria possível que a finalidade do sonho tivesse esse sentido. (p. 143)

Logo, pela forma como Irma compareceu no sonho, foi possível a Freud identificar que estaria de uma certa forma substituindo sua paciente por sua amiga que sofria dos mesmos sintomas histéricos, mas que era, entretanto, supostamente mais conveniente com o tratamento. As características de Irma no sonho condiziam com duas outras pessoas que apresentavam as mesmas semelhanças e que eram, da mesma forma, resistentes ao tratamento. Aqui, verificamos que Freud identifica os dois processos do trabalho dos sonhos, condensação e deslocamento, os quais serão trabalhados a seguir. Segundo ele, a razão da substituição de Irma por sua amiga, seria:

[...] talvez sentisse mais simpatia por sua amiga, ou tivesse uma opinião mais elevada sobre a inteligência dela, pois Irma me parecera tola por não haver aceito minha solução. Sua amiga teria sido mais sensata, isto é, teria cedido mais depressa. Assim, teria aberto a boca como devia e me dito mais coisas do que Irma. (p. 145)

Assim, Freud conclui que o conteúdo do sonho foi uma realização de desejo, e seu motivo foi um desejo. O desejo que estaria no cerne do sonho seria o de se ver livre da responsabilidade pela persistência das dores de Irma, deslocando-o para Otto, quando identifica, no sonho, a seringa suja dada pelo amigo, que teria feito com que Irma se sentisse mal. Através de seu aborrecimento com Otto pelas observações da cura incompleta de Irma, o sonho possibilitou sua vingança, devolvendo a causa dos sintomas a Otto. Com isso Freud conclui sua análise do sonho dizendo: “Quando o trabalho de interpretação se conclui, percebemos que o sonho é a realização de um desejo” (p.155).

2.2.2 O trabalho do sonho: condensação e deslocamento

Freud, ao desenvolver sua teoria dos sonhos enquanto realizações de desejos, deparou-se com as várias possibilidades em que o desejo se apresenta, como é o caso dos sonhos de conveniência e compensação. O primeiro, de conveniência, Freud identifica relatando vários sonhos a que teve acesso a partir de sua clínica: o sonho toma o lugar da ação de que o corpo necessita. Exemplo disso são os sonhos em que há a satisfação ao beber água, urinar, ou até mesmo agir de determinada forma que deveria ser feita ao acordar. Já os de compensação se fazem quando há no decorrer do período de vigília “momentos de desejos”, mas que não são satisfeitos. Logo, os sonhos viriam compensar essa frustração ao fornecer o objeto de satisfação almejado pela vida em vigília.

Diante de todas as modalidades de sonhos apresentadas por Freud, o autor destaca que há primordialmente um trabalho a ser feito pelo sonho, e ele está em articular de formas determinadas o seu conteúdo manifesto, isto é, o conteúdo a ser lembrado pelo sonhador, e o conteúdo latente, os “pensamentos dos sonhos”, aqueles que fazem produzir os sonhos. Portanto, Freud, ao identificar como se dá o trabalho do sonho, defenderá que, para método psicanalítico, será nos pensamentos dos sonhos, e não seu conteúdo manifesto, que será obtido o sentido dos sonhos. De acordo com Freud: “[...] o conteúdo do sonho é como uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução” (FREUD, 1900a/2006, p. 303). Assim, a tarefa de identificar e distinguir o conteúdo manifesto do conteúdo latente se dá de forma a descobrir por quais meios estes últimos se transformaram nos primeiros.

Nesse sentido, nunca é possível ter certeza de que um sonho foi completamente interpretado. Mesmo que se esgotem as análises, sempre restará a possibilidade de surgir um novo sentido, pois há no trabalho do sonho um elemento essencial que constitui a natureza dos sonhos em si, a condensação. Segundo Freud, ela se traduz pelo processo de omissão, em que não é possível ao sonho ser uma tradução fiel ou uma projeção detalhada dos pensamentos dos sonhos, mas sim uma versão totalmente incompleta e segmentária dele. Sendo assim, podemos identificar que é através do trabalho de condensação que há nos sonhos uma distinção entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente, impossibilitando que o sonho lembrado corresponda ao sonho sonhado, consequentemente, ao que Freud chama de “conteúdo dos sonhos”. De acordo com Freud: “[...] o sonho que recordamos ao acordar seria apenas um remanescente fragmentário de todo o trabalho dos sonhos [...]” (p.305). Por conta disso, não é possível esgotar os sentidos dos sonhos, pois é impossível delimitar o trabalho de condensação. Freud, ao

delimitar o trabalho de análise como a possibilidade do encontro de novos sentidos dos sonhos, diz:

As novas ligações são, por assim dizer, circuitos fechados ou curtos-circuitos possibilitados pela existência de outras vias de ligação mais profundas. Deve-se admitir que a grande maioria das ideias que são reveladas na análise já estava em ação durante o processo de formação do sonho, uma vez que, depois de se elaborar uma sucessão de ideias que parecem não ter qualquer ligação com a formação de um sonho, de repente se esbarra numa ideia que está representada em seu conteúdo e que é indispensável para sua interpretação, mas que não poderia ter sido alcançada senão por essa linha específica de abordagem. (FREUD, 1900a/2006, p. 306-307)

Logo, percebemos que os pensamentos dos sonhos não são a única forma de se deparar com o desejo inconsciente, mas que é característica dele se estabelecer em curtos-circuitos entre a fala e os processos primários, o que será designado posteriormente como formações do inconsciente. Há também, no trabalho dos sonhos, a ação da desproporção dos pensamentos dos sonhos no conteúdo dos sonhos. Isso se dá porque não há uma proporcionalidade entre o aspecto central, mais importante ou até mesmo mais conflituoso dos pensamentos dos sonhos, com o que ganha maior importância no conteúdo manifesto. E assim há uma sobredeterminação no conteúdo dos sonhos, criando novos valores a partir de elementos de baixo valor psíquico, já que, segundo Freud, o que aparece nos sonhos não corresponde ao que é importante nos pensamentos do sonho, e sim o que há de repetição neles. Há uma transferência e um deslocamento de intensidades psíquicas no processo de formação dos sonhos.

Assim, os processos de condensação e deslocamento ganham importância na teoria freudiana, pois correspondem ao aspecto central da experiência do desejo, o trabalho das resistências. Na *Interpretação dos Sonhos*, em 1900, Freud identifica essa força que faz com que haja uma distorção dos pensamentos dos sonhos em seu conteúdo; ela está na censura da defesa endopsíquica. Os sonhos precisam “escapar da censura imposta pela resistência”, pois eles em sua origem, ameaçam o trabalho do aparelho psíquico com carga de desprazer. Aqui encontramos a origem da ideia de recalque.

Portanto, com o trabalho dos sonhos, a partir da condensação e deslocamento, Freud demarca a sua inovação no campo da interpretação dos sonhos ao postular que o conteúdo dos sonhos não é o mais importante. E embora eles sejam realizações de desejo, eles não se dão livremente e claramente à pessoa como o sonho manifesto ao ser lembrado. Essa visão é de imprescindível importância na construção do método psicanalítico, pois delimita que o âmago

do desejo está no nível do inconsciente e que as produções humanas, sejam ações, sonhos, etc, preservam em si esta origem. O desejo desloca-se de certa forma da vontade, e a conceituação de Freud quanto ao *Wunsch* diz de algo a ser muito mais investigado e aprofundado enquanto categoria central que cerca toda a construção psicanalítica.

2.2.3 O trabalho das resistências

Diante das investigações apresentadas por Freud a respeito da formação dos sonhos, ele identifica que todo sonho lembrado foi conseqüentemente alterado pela infidelidade da memória. Há sempre a sensação de que há muito mais sonho sonhado e não lembrado, assim como ao longo do tempo o sonho sonhado vai perdendo o seu conteúdo principal. Logo, a lembrança do sonho é sempre fragmentada, imprecisa e falsificada. Então, podemos nos questionar junto a Freud quais forças fazem com que o aparelho psíquico tendenciosamente se esqueça dos sonhos.

Para compreender essa questão é preciso, em primeiro lugar, que a escuta do analista se preste ao texto do sonho, tomado todo ele em sua real importância. Diferente de como os autores precedentes tratavam o material do sonho no aspecto das expressões linguísticas e dos detalhes do sonho falado pela pessoa, enquanto totalmente arbitrários e sem importância, Freud identifica que é preciso reconhecer neles a porta de entrada para a interpretação. Mesmo o texto do sonho sendo sem sentido e insuficiente, o esforço de relatá-lo de forma correta, por mais que seja fracassado, deve ser levado em consideração. Pois, há nesse texto cheio de falhas e criações a extensão do determinismo nos eventos psíquicos, isto é, cada elemento lançado à luz na análise só foi possível advir por uma determinação de certa cadeia de pensamentos. Se ele não está presente, há uma outra determinação que o faz ser ausente. Logo, o material para a interpretação dos sonhos está na escuta desta “cadeia de pensamentos.” Segundo Freud:

[...] as modificações a que os sonhos são submetidos na redação [*Redaktion*] da vida de vigília tampouco são arbitrárias. Estão associativamente ligadas ao material que substituem e servem para indicar-nos o caminho para esse material, que, por sua vez, pode ser substituto de alguma outra coisa. (FREUD, 1900b/2006, p.542)

Portanto, a distorção do sonho, à medida que é colocada em palavras pelo falante, já revela uma cadeia de pensamentos comandada, de onde sairá o material para que a interpretação dos sonhos aconteça, tendo-se preservado o âmago do desejo. Aqui, podemos identificar todos

os pressupostos que posteriormente Lacan vai defender a partir da relação significado-significante e cadeia significante, elementos retomados da linguística estrutural. Será nesse sentido que ele irá dizer que, no relato do sonho enunciado, contém uma enunciação que preserva um valor. Esses elementos serão trabalhados no capítulo a seguir.

Freud diz: “o empenho do sonhador em impedir a solução do sonho fornece-nos uma base para inferir o cuidado com que seu manto foi tecido” (FREUD, 1900b/2006, p. 543). E esse empenho se faz necessário por conta da censura, resistência, com que o material do sonho pode chegar à consciência. Essa resistência não foi sanada com o trabalho da condensação e deslocamento, persistindo assim sobre a dúvida que o sonhador possui ao lembrar e relatar o sonho, de forma com que haja uma interrupção dos pensamentos oníricos na consciência.

Freud adverte que há uma tendência a interpretar mal a dúvida já que ela sempre se dá em elementos aparentemente triviais no sonho, não interferindo nos elementos mais intensos. Entretanto, ele adverte que a distorção feita pela resistência é a retirada de seu valor psíquico, e, quando ela é feita por esse meio, não é necessário que haja nenhum trabalho a mais. Já os elementos fracos e indistintos, que são atacados pela dúvida, demonstram que houve uma falha da resistência e que, por preservarem mais de seu aspecto original, é preciso que faça com que o sujeito duvide. É em seu aspecto de fazer uma interrupção da análise que a dúvida se presta como um derivado da resistência psíquica. Assim, o valor do sonho está em seus elementos coadjuvantes, sem importância ou incertos diante do essencial que se apresenta no conteúdo manifesto.

A interpretação parte então das associações que o paciente irá fazer dos elementos dos sonhos, e são elas que vão conduzir a interpretação e, conseqüentemente, o tratamento. Nesse sentido, Freud opondo-se aos críticos de sua teoria, diz que não há associações-meta que conduzem o tratamento, isto é, associações centrais e conhecidas que são dadas ao paciente. Mas que elas são na verdade substituídas pelas associações-meta desconhecidas, ou até mesmo superficiais, pois são elas que irão determinar o caminho das representações involuntárias, inconscientes. Essas associações superficiais na verdade substituem as associações ditas normais entre os elementos, pois essas se encontram sob o efeito da pressão da censura, já que instaura todo o trabalho do sonho a partir da condensação e deslocamento. Essas ligações normais tendem a estar vinculadas com um complexo de representações muito diferente das que são as essenciais.

E assim Freud conclui: “[...] a pressão da censura resultou num deslocamento de uma associação normal e séria para uma associação superficial e aparentemente absurda” (FREUD, 1900b/2006, p. 558). Compreendemos assim como o trabalho da resistência tem por objetivo velar o desejo, de forma que o que se apresenta ao sujeito é somente um derivado sem conexão. Por isso, Freud conclui que, a respeito da interferência da resistência no trabalho dos sonhos, não é possível supor que todas as associações feitas em vigília a respeito do sonho tenham tido lugar no trabalho do sonho à noite. Portanto, o sonho se insere como um recurso a ser interpretado de forma que o sujeito apresente em seu discurso toda a cadeia de pensamentos que o determina, revelando assim sua condição de falha, furo, que tem por trás o desejo desde sempre impossível de ser alcançado.

2.2.4 A realização de desejos

Após percorrer uma profunda investigação sobre a natureza dos sonhos e de como se dá o trabalho dos sonhos, Freud passa a se questionar de forma criteriosa e atenta sobre a formação que produz o sonho, isto é, o desejo inconsciente. Nesse sentido, ao longo de seu escrito uma questão central desponta: de onde se originam os desejos que se realizam no sonho?

Para responder a essa questão, ele apresenta quatro fontes dos desejos oníricos. A primeira diz da possibilidade de um desejo ser desperto durante o dia e que, mesmo com seu reconhecimento, a pessoa não se atentou para ele deixando-o propenso para a noite. Esse desejo está localizado no sistema pré-consciente. A segunda delas aponta que, da mesma forma que a primeira, ele pode ter surgido durante o dia, mas que diferente dela, a pessoa não se apropriou, fazendo com que fosse suprimido. Assim, o desejo passou do sistema pré-consciente para o inconsciente. A terceira demonstra que eles não possuem nenhuma ligação com a vida diurna e que surgiram da parte omissa da *psique* para se tornar ativos durante a noite, pois estão restritos ao sistema inconsciente. Na última, Freud menciona os desejos atuais que surgiram durante o período de sono e que interferem no curso do sonho, como as necessidades de urinar, sede, etc.

Diante disso, faz-se necessário retomar algumas das principais conclusões que Freud retirou para a estrutura do funcionamento psíquico a partir da análise dos sonhos. Compreendemos, conforme já foi apresentado, que no Projeto, de 1885, Freud já havia retratado a estrutura do sistema anímico a partir de seu ponto de vista econômico, localizando assim seus primeiros estudos sobre o eu e o inconsciente. Já aqui, na Interpretação dos Sonhos, Freud desenvolve essas ideias concluindo que é possível falar do aparelho psíquico como um

instrumento composto por instâncias, ou sistemas psíquicos, apontando sua crítica para teóricos que o travavam enquanto uma localização psíquica anatômica, semelhante aos estudos da fisiologia.

Logo, esse aparelho composto por sistemas, que pode ser identificado também por sistemas- Ψ , possui um sentido e direção, isto é, toda atividade psíquica se inicia a partir de estímulos internos e externos e termina em inervações, propenso à descarga. Esses processos decorrem da extremidade perceptual para uma extremidade motora. As percepções que incidem sobre ele são definidas como traços mnêmicos, sendo esses os formadores da memória, pois produzem modificações que persistem nos sistemas. Assim, temos no aparelho a função de receber os estímulos perceptivos, mas que não preserva nenhum traço deles, não possuindo assim memória, de forma que não produz nenhuma associação entre os traços mnêmicos. Essa parte, Freud define essa função como sistema pré-consciente, situando-o como uma região que liga a consciência ao sistema inconsciente, em que há o registro da memória por transformar as excitações momentâneas desse primeiro momento em traços mnêmicos, isto é, permanentes.

Segundo Freud: “é o sistema pré-consciente, desprovido da capacidade de reter modificações, e, portanto, sem memória, que supre nossa consciência de toda a multiplicidade das qualidades sensoriais” (FREUD, 1900b/2006, p. 566). É esse o sistema que permite que os processos excitatórios possam penetrar na consciência ao passo que é partir dele que o inconsciente tem acesso à vida consciente através de suas formações. Nesse momento da obra freudiana, não há uma delimitação específica da segunda tópica, isto é, a identificação do eu, isso e supereu em sua relação com as instâncias consciência, pré-consciente e inconsciente. Freud aponta, no entanto, que há na extremidade do aparelho psíquico uma instância crítica que dirige a nossa vida delimitando as ações voluntárias e conscientes e que age sobre o material disposto pelo sistema pré-consciente situado no sistema inconsciente, apontando para o trabalho realizado pelo eu. Diante disso, ele mesmo se questiona: onde é possível localizar o impulso que atua nos sonhos? A resposta se encontra precisamente no sistema inconsciente.

É nesse sentido que ele vai dizer que o lugar de onde parte o desejo para a formação dos sonhos não tem nenhuma interferência na capacidade de provocar o sonho, pois, se há de certa forma uma distorção apresentada no conteúdo dos sonhos, o desejo que o formou surgiu do inconsciente e não pôde ser percebido durante o dia. E assim Freud apresenta sua suposição de que um desejo consciente só conseguirá instigar um sonho se de alguma forma se relacionar com o desejo inconsciente. Essa afirmação traz diversas implicações para a teoria da realização de desejos. A principal delas está no sentido de delimitar que, independente de como o conteúdo

do sonho é vivenciado pelo sonhador, isto é, sejam sonhos que estão próximos à realidade, sejam sonhos absurdos e maltratados pela moral, eles possuem uma relação com um desejo inconsciente, pois só assim foi possível produzir o sonho. Os sonhos desprazerosos, assim como os de angústia, são da mesma forma que os sonhos de plena satisfação, realizações de desejo. Consequentemente, o sonho deixa de ser visto como algo à parte do sonhador, como algo versátil, alheio ao sonhador, mas sim convoca o ser falante a se reposicionar perante eles, a tomá-los como parte integrante das suas produções psíquicas.

Nessa perspectiva, Freud realiza uma análise criteriosa com vistas a delimitar o campo de onde se origina o desejo inconsciente e explicitar sobre que meios é possível que ele se relacione com o material consciente da vida de vigília. Logo, ele refaz sua suposição de que a origem dos desejos é indiferente, para afirmar que o desejo que é desempenhado nos sonhos é precisamente um desejo infantil. Ou seja, nos adultos o desejo se encontra no inconsciente e está na associação feita dos traços mnêmicos que constituem o sujeito. Portanto, nada do resto diurno que aparece nos sonhos se dá ao acaso. Segundo Freud:

Não há, portanto, nenhum outro caminho aberto às excitações que ocorrem à noite no pré-consciente senão o que é seguido pelas excitações de desejo que provêm do inconsciente; as excitações pré-conscientes têm de buscar reforço no inconsciente e acompanhar as excitações inconscientes ao longo de seus caminhos tortuosos. (FREUD, 1900b/2006, p. 581)

A partir dessa premissa, é possível se ater às condições que fazem com que os restos diurnos pré-conscientes se submetam à formação dos sonhos. De início, é possível compreender que há um desejo recalcado e inconsciente que não pode tornar-se consciente, mas, ao aproveitar de determinados e específicos restos diurnos que persistiram para a atividade onírica, eles se apoiam para permanecer nos sonhos de maneira disfarçada. Da mesma forma, os sonhos de punição podem ter na formação do sonho não um desejo inconsciente derivado do recalcado, mas sim um desejo punitivo que reage contra este por sua má avaliação por parte do eu, que é ao mesmo tempo inconsciente. De todas as formas, trata-se do desejo inconsciente e infantil, isto é, recalcado, pois são os traços anímicos inconscientes e, portanto, esquecidos, que fazem a formação dos sonhos.

Freud conclui que os sonhos têm em sua natureza os restos diurnos da atividade psíquica do sonhador, mas eles por si só não formam o sonho; é preciso que esses restos estejam apoiados sobre algum desejo, pois só assim será possível estabelecer as relações entre

determinados tipos de restos diurnos, indagando inclusive por que uns comparecem e não outros. Nesse sentido, Freud faz uma interessante comparação:

A situação pode ser explicada por uma analogia. O pensamento diurno pode perfeitamente desempenhar o papel de empresário do sonho; mas o empresário, que, como se costuma dizer, tem a ideia e a iniciativa para executá-la, não pode fazer nada sem o capital; ele precisa de um capitalista que possa arcar com o gasto, e o capitalista que fornece o desembolso psíquico para o sonho é, invariável e indiscutivelmente, sejam quais forem os pensamentos do dia anterior, um desejo oriundo do inconsciente. (FREUD, 1900b/2006, p. 586)

É bastante recorrente o capitalista também ser o empresário, isto é, um desejo inconsciente é estimulado pela atividade diurna e passa a formar um sonho. Ao mesmo tempo, é possível encontrar mais de um desejo para a formação dos sonhos. Outro elemento que Freud relaciona a essa analogia é a quantidade posta à disposição para o empresário, fornecida pelo capitalista, isto é, a energia psíquica do desejo inconsciente.

Quanto ao aspecto da quantidade, devido à observação de um ponto central marcado por uma intensidade sensorial peculiar nos sonhos, foi possível identificar que ao analisá-lo se verifica que houve uma substituição da intensidade psíquica onírica dos desejos a serem representados pela intensidade sensorial dos elementos do conteúdo do sonho. Sendo assim, os elementos que estão próximos da realização de desejos habitualmente não têm nada a ver com seu sentido; podem até mesmo ser pensamentos aflitivos contrários ao desejo, mas passam a ter papel principal no sonho, pois receberam toda a intensidade psíquica dos desejos inconscientes. Segundo Freud:

[...] uma representação inconsciente, como tal, é inteiramente incapaz de penetrar no pré-consciente, e que só pode exercer ali algum efeito estabelecendo um vínculo com uma representação que já pertença ao pré-consciente, transferindo para ela sua intensidade e fazendo-se ‘encobrir’ por ela. (FREUD, 1900/2006, p. 588)

E assim o mecanismo de “transferência” está elucidado na teoria freudiana. Freud utiliza desse termo para dizer da transferência da intensidade que ganha as representações psíquicas diurnas e por muitas vezes insignificantes transferidas pelo desejo inconsciente, que está de certa forma relacionado com essas representações. Essa transferência por vezes pode fazer com que essas representações estejam inalteradas no conteúdo dos sonhos, assim como pode alterá-las trazendo modificações em seu conteúdo. O fato de o desejo se ligar a representações indiferentes, muitas vezes banais da vida de vigília, se justifica por serem elas

as que menos têm a temer da censura imposta pela resistência. Elas passam despercebidas pela censura, pois ainda não possuem cadeias de associação suficientes com o material recalcado e podem assim ganhar, no trabalho do sonho, associação com o conteúdo recalcado de forma dissimulada, que será despercebido ao acordar. Sendo assim, essas representações pré-conscientes oferecem o ponto de ligação necessário e livre para uma transferência do conteúdo recalcado.

A partir desses pressupostos, Freud, ao retomar sua questão da causa para que o sonho seja somente uma realização de desejo, discute criteriosamente a natureza de que se trata no desejo inconsciente, de como ele se insere na atividade psíquica humana. Desse modo, Freud retoma toda a discussão realizada no Projeto para uma Psicologia Científica, de 1895, identificando que o aparelho psíquico tenha passado por um longo processo até alcançar seu estado atual, em que pode ser observada a passagem dos processos primários para os secundários. Todos esses processos só foram possíveis graças à vivência de satisfação, que põe fim ao estímulo interno, criando uma percepção específica de forma que sua imagem mnêmica fica associada ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. Segundo Freud:

Em decorrência do vínculo assim estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo: o reaparecimento da percepção é a realização de desejo [...]. (FREUD, 1900b/2006, p. 591)

Encontramos aqui a definição de desejo realizada por Freud, que traz de certa maneira todo o estudo realizado até aquele momento. Toda a complexidade de pensamentos que se desenrola desde a imagem mnêmica até o momento em que a identidade perceptiva é encontrada na realidade, isto é, todos os recursos utilizados no estado de desejo, seja primeiro pela alucinação, seja depois pela rede de pensamentos complexos fornecidos ao longo do desenvolvimento, são os caminhos indiretos para que haja a satisfação. Logo, os pensamentos dos sonhos são precisamente a forma como o desejo é satisfeito, isto é, a força motriz para que o conteúdo latente se manifeste é em si própria a realização do desejo. Nesse sentido, Freud (1900b/2006) conclui que “[...] os sonhos têm de ser realizações de desejos, uma vez que nada senão o desejo pode colocar nosso aparelho anímico em ação” (p. 592). Por isso, aquilo que comandou a vida psíquica nos primeiros tempos foi ao longo do desenvolvimento banido para

a noite. E é nesse sentido que Freud conclui dizendo que “O sonho é um ressurgimento da vida anímica infantil já suplantada” (p. 592).

Podemos compreender, então, o quanto todo o estudo sobre a teoria dos sonhos enquanto realização de desejos demarcou o campo psicanalítico possibilitando que a Psicanálise enquanto teoria e prática pudesse advir. Através desse estudo, Freud descobre e evidencia o que faz com que o aparelho psíquico opere, a força motriz da atividade humana e o que está no cerne das motivações inconscientes, isto é, o desejo inconsciente. Logo, o sujeito do ponto de vista psicanalítico passa a ser visto sob a ótica do desejo, possibilitando que a prática clínica seja a todo tempo uma forma de convocar a pessoa a se posicionar perante o seu desejo que comparece. É a partir do desejo inconsciente que o falante passa a existir enquanto sujeito, pois o desejo irá marcar as balizas para a sua construção.

O estudo sobre os sonhos modifica de forma radical o campo psicológico e psicanalítico, pois delimita que qualquer atividade humana por mais banal que possa parecer tem por detrás um complexo funcionamento psíquico que a faz operar, e ele está em última medida referenciado à realização de desejos. Será desse ponto de partida, da definição de desejo inconsciente, que Freud delimita seus posteriores estudos naquilo que será considerado como metapsicologia. Passaremos agora a identificar as principais contribuições da definição de desejo inconsciente para a construção do campo metapsicológico.

2.3 Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico

A partir da definição da noção de desejo realizada nos principais textos, *Projeto para uma Psicologia Científica*, de 1895, e a *Interpretação dos Sonhos*, de 1900, Freud, apoiado na constatação dos principais pilares do campo psicanalítico, isto é, da estruturação do conceito de inconsciente e da forma como ele opera no aparelho psíquico, sendo o desejo inconsciente o produto desta operação, vai desenvolvendo a teoria psicanalítica ao mesmo tempo que fundamenta os pilares da clínica. Nesse sentido, ele elabora uma série de textos que compõem a metapsicologia.

Um dos textos iniciais que compõem esse campo é o ensaio *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*, de 1911, que tem por objetivo elencar as principais consequências que a vivência de satisfação e o surgimento do campo do desejo criaram no psiquismo mediante o princípio de realidade. Freud investiga como se dá a relação dos indivíduos com a realidade com vistas a compreender como é construído para cada pessoa o

significado psicológico do mundo real externo, isto é, a passagem de um Eu-Prazer para um Eu-Real. Desse modo, ele elenca algumas consequências dessa passagem do princípio primário para o princípio secundário.

A primeira delas diz respeito a uma série de adaptações de que o aparelho psíquico necessitou para conseguir sobreviver. Uma delas está na função da consciência, que deixou de somente captar qualidades de prazer-desprazer, para captar também as qualidades sensoriais, construindo uma função fundamental, a atenção. Logo, ao invés de se colocar enquanto receptor das impressões sensoriais, a consciência passa a ir ao encontro delas fazendo uma busca periódica no mundo externo através de um sistema de notações, isto é, construindo memória. Outra adaptação foi a substituição do recalque que eliminava as representações mentais desprazerosas para a construção de uma parcial avaliação de juízo. Ela passa a avaliar se determinada representação está de acordo com a realidade e se condiz com os traços de lembranças deixados pela realidade, função exercida pelo eu.

Houve também uma substituição da remoção pela via motora dos estímulos que causavam desprazer de acordo com o princípio de prazer. Nesse texto, Freud defende que o princípio de prazer é a orientação dominante a que os processos primários obedecem. Tudo que causa desprazer a atividade psíquica recolhe através do recalque. Sendo assim, a descarga, que antes era feita no interior do corpo através da mímica, emoções, etc, será posta a favor do agir, modificando a realidade de forma eficaz. Mediante isso, fez-se necessário ter que postergar esses estímulos, o que vai se realizar pelo processo de pensar. Segundo Freud: “o pensar é, em essência, um agir por ensaios deslocando pequenas quantidades de cargas de investimento em condições em que há o menor dispêndio (remoção) delas” (FREUD, 1911/2004, p. 67). Ou seja, o pensar enquanto um ato de conceber mentalmente permite que o aparelho psíquico suporte o aumento da tensão acumulada durante a postergação.

Com a instauração do princípio de realidade, o aparelho psíquico, que é regido pelo princípio de prazer, tende a poupar esforço mediante ao desprazer posto pela realidade, adaptando um tipo de atividade do pensar. Essa adaptação fez com que houvesse pensamentos livres dos objetos reais para ser comandados pelo princípio de prazer, constituindo assim a fantasia, que sempre estará presente na vida das pessoas. Esse é o ponto inicial que Freud aponta para se pensar a constituição da fantasia e seus efeitos.

Uma outra questão está na distinção que Freud começa a fazer entre as pulsões sexuais e as pulsões do Eu. Será no texto *Sobre o Narcisismo*, de 1914, que ele irá trabalhar

detalhadamente com essa suposta dicotomia pulsional. Entretanto, aqui ele traz alguns apontamentos indicando que, ao longo do desenvolvimento que ele chama de substituição⁹ do princípio de prazer pelo princípio da realidade, as pulsões do Eu se separam das pulsões sexuais. Entretanto, as pulsões sexuais, que buscam os objetos para a satisfação, interrompem sua busca por conta do autoerotismo em que o objeto é o próprio eu, e pelo período de latência em que não há um rebaixamento do investimento libidinal. Resulta desse processo a formação de um forte vínculo entre as pulsões sexuais e a fantasia, e também entre as pulsões do eu e a atividade da consciência. Nesse constante fantasiar em que o autoerotismo se encontra privilegiado, o recalque não opera, trazendo uma série de sintomas quando há uma demora da pulsão sexual para levar em consideração a realidade. Segundo Freud, é esse mecanismo que está no cerne dos sintomas neuróticos (FREUD, 1911/2004).

Sendo assim, há uma projeção mítica de uma reviravolta psíquica, presente na relação do Eu-Prazer com o Eu-real. Segundo Freud, há, nessa inscrição psíquica da substituição, um mito religioso de que, em algum momento, virá uma compensação pelo abandono do prazer. Culturalmente, esse mito está alicerçado nas atividades humanas, como por exemplo nas religiões e de certa forma na ciência.

Freud identifica, por fim, por meio da análise das atividades humanas, que a arte se encontra de forma especular enquanto uma conciliação dos dois princípios. Segundo ele, os artistas, por não conseguirem se haver com a renúncia à satisfação pulsional exigida pela realidade, utilizam-se da fantasia para construir sua obra. Eles conseguem encontrar um caminho de volta da fantasia à realidade por meio de obras aceitas pelas pessoas como imagens valiosas da realidade. São justamente aceitas, pois as pessoas que as apreciam renunciaram o seu prazer e encontram na arte uma fonte das fantasias a que não é possível mais ter acesso (FREUD, 1911/2004).

Assim, da mesma forma que o Eu-prazer é substituído por um Eu-real, também decorre que o autoerotismo inicial é substituído pelo amor objetual com fins para a reprodução. Esse percurso representa um longo processo em que o filhote do humano passa por vários momentos que há a concentração da libido em zonas erógenas. Logo, identifica-se que a disposição para um adoecimento neurótico está na inibição do eu e da libido. Portanto, faz parte, no percurso

⁹ No texto, Freud já reconhece, em 1911, a permanência do princípio de prazer. Quando ele defende a ideia de uma certa substituição do princípio de prazer pelo o princípio da realidade, ele diz que a diferença não está na interrupção do primeiro princípio, mas sim na interrupção de sua continuidade. Esse mecanismo será melhor trabalhado por ele em *Introdução ao Narcisismo*, de 1914, que iremos trabalhar a seguir.

do neurótico durante o tratamento analítico, tocar em como se deu essa passagem do Eu-prazer para o Eu-real.

Segundo Freud, o que se verifica é que a realidade dos processos inconscientes torna-se compatível com a realidade exterior e que, da mesma forma, o mero desejar já equivale à própria realização de desejos, ou até mesmo à ocorrência do evento desejado. Ou seja, todo funcionamento inconsciente acontece como decorria do princípio de prazer nos primeiros tempos de vida. Por isso, uma das dificuldades que se encontram no trabalho analítico é distinguir as fantasias inconscientes das lembranças que se tornaram inconscientes. Diante disso, Freud alerta para não subestimar o papel das fantasias nas formações do sintoma, o fato de não corresponderem à realidade não retira o seu valor, pois o campo da neurose não é delimitado pela realidade objetiva.

Diante disso, verifica-se o quanto esse texto é central na construção do campo metapsicológico pois ele apresenta os principais fundamentos que Freud irá desenvolver em seus seguintes escritos. Ele nos convoca, aqui, a nos atentar ao quanto a experiência de satisfação e a inscrição do desejo são imprescindíveis para a construção do sujeito, da mesma forma que também se dá a passagem desse princípio primário de um Eu-prazer para o princípio secundário de um Eu-Real. É a partir dessa passagem, que não se dá por etapas específicas, identificáveis e distintas, que o filhote do humano torna-se sujeito, pois ele será construído mediante esse percurso. Isto é, nessa passagem se encontra o cerne da neurose. Por fim, Freud identifica o quanto a soberania do inconsciente sobre o aparelho psíquico se faz presente, e sua presença estará sempre remetida a um funcionamento anterior, arcaico e primário da vida infantil.

2.4 Introdução ao Narcisismo

Freud em 1914 publica um dos textos centrais da construção psicanalítica de forma a elucidar processos que estão por detrás dos sintomas neuróticos, mas que acabam sendo reconhecidos como integrantes do indivíduo. É nesse sentido que ele se propõe a estudar o estado narcísico, que, por ser tão peculiar e recorrente em sua clínica, o faz questionar sobre a interferência desse estado no desenvolvimento do aparelho psíquico. O narcisismo designa um estado em que a pessoa trata o próprio corpo como normalmente trataria um objetosexual, isto é, se satisfaz por meio da contemplação e manipulação de si mesmo. A libido ligada aos objetos do mundo exterior é retirada e direcionada ao próprio eu. Consequentemente, há um delírio de

grandeza e desligamento do interesse pelo mundo exterior. Nesse sentido, há vários traços marcantes do estado narcísico nos sintomas perversos, ao mesmo tempo em que desempenha um importante papel na sexualidade do ser humano, pois Freud conclui que ele é resultante de uma amplificação de um estado que já existia antes.

Ao analisar o narcisismo, Freud aponta para a suposição da existência de duas energias psíquicas que regem o aparelho psíquico, a libido objetal e a libido do eu, que decorreram respectivamente das pulsões sexuais e das pulsões do eu. Após o nascimento essa diferenciação ainda não é feita, o que se encontra será um autoerotismo, que visa em última instância à conservação por meio das zonas erógenas, isto é, localizações no corpo que permitem a inscrição psíquica de estímulos sexualmente excitantes, em que opera a pulsão. Logo, a vida psíquica se vê forçada a ultrapassar esse narcisismo depositando libido nos objetos quando a libido do eu ultrapassa determinadas quantidades. O que se verifica é que, mediante esta dicotomia, quanto mais uma se consome, mais a outra se esvazia.

As primeiras satisfações autoeróticas se dão em favor da conservação. Nesse primeiro momento, as pulsões sexuais que atuam por meio das zonas erógenas se alicerçam nas pulsões do eu para só depois se desprender delas. Por isso, a veiculação aos primeiros objetos sexuais se dá por um tipo de escolha por veiculação sustentada, como por exemplo a mãe, que nutre não só com alimentos, mas com afeto e cuidado, permitindo a conservação do bebê. Ao longo do desenvolvimento, será necessário que haja uma transferência da escolha objetal narcísica para um outro objeto de amor exterior que satisfará a mesma fonte de excitação, isto é, que haja um maior investimento nas pulsões sexuais ligada aos objetos.

A partir dessas constatações, Freud passa a se questionar qual foi o direcionamento da libido do eu. Quando a libido objetal está investida fortemente nos objetos, em que investimento se encontra a libido do eu? A partir dessa questão Freud postula uma das principais contribuições para a teoria psicanalítica, as categorias conceituais de Eu-Ideal e Ideal-do-Eu. Segundo ele, o que se identifica é que as pulsões autoeróticas vão ao longo do tempo entrando em conflito com as representações culturais, sociais e educacionais, que tem por objetivo instigar a renúncia a autossatisfação em consideração aos outros próximos, sejam pessoas, instituições, a moral, etc. A consequência disso será o recalque dessas pulsões que partem do eu.

Entretanto, Freud identifica que o recalque parte na verdade da avaliação que o eu faz de si mesmo. Cada indivíduo, de acordo com sua particularidade, impõe a ele mesmo um ideal

formado a partir de sua história com o mundo exterior, pelo qual mede o seu eu atual. Logo, a condição para que o recalque possa operar é a existência de um ideal por parte do eu. Mas, anterior a isso, o que se verifica é que o narcisismo surge numa espécie de Eu-ideal, que se encontra em plena satisfação autoerótica, com perfeição e completude, previamente à formação dessa instância avaliadora. O Eu-ideal, em seu caráter imaginário, desfruta de toda fantasia de onipotência, pois está regido fundamentalmente pelo princípio de prazer.

Mediante a educação imposta e o desenvolvimento da capacidade de julgar, esse Eu-ideal narcísico necessita se submeter à formação dessa avaliação por parte do eu de forma a não abandonar a satisfação uma vez desfrutada, transformando-se assim em seu próprio ideal, na forma de um Ideal-do-Eu. Segundo Freud: “assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal” (FREUD, 1914/2004, p. 112).

Logo, ao passo que há uma elevação das exigências vindas do eu, há duas saídas a que o aparelho psíquico poderá corresponder. Uma através do recalque, a partir da formação do Ideal-do-Eu; e a outra pela via da sublimação, que segundo Freud responde ao processo em que a pulsão é satisfeita em sua dimensão de libido objetal. A partir desses processos, Freud identifica que se forma uma instância psíquica especial, a que futuramente será dado o nome de supereu e que corresponde à formação da consciência moral. De acordo com ele, há: “[...] uma instância psíquica especial que, atuando a partir do Ideal-de-eu, se incumbe da tarefa de zelar pela satisfação narcísica e que, com esse propósito, observasse o Eu atual de maneira ininterrupta, medindo-o por esse ideal” (p.113). A formação desse ideal se deu pela incorporação da crítica parental de início para somar-se à crítica da sociedade posteriormente. Algo a ser sentido como uma intromissão profunda do mundo exterior no eu do falante.

Vemos que aqui, em 1914, Freud apresenta os caminhos em que a pulsão e o desejo, comandados pela dicotomia ainda existente entre libido objetal e libido do eu, serão conduzidos. O progresso do eu está em processos de distanciamento com o narcisismo primário, isto é, de afastamento de toda onipotência do Eu-ideal, de forma que abrir mão dessa satisfação requer utilizar de outro recurso para que ela ainda permaneça. Assim, esse distanciamento se faz por meio de um deslocamento da libido a um Ideal-do-Eu, de forma que a satisfação agora será obtida através da realização desse ideal. Concomitantemente com essa mudança de um narcisismo primário para um secundário, o eu lança mão da libido para os objetos externos, de forma que o sujeito passa a se ligar mais com o mundo em que vive.

Com a formação de um ideal e com os investimentos nos objetos, o eu vai empobrecendo, ao passo que são os objetos e a realização desse ideal os meios para que o eu se satisfaça. Portanto, o aparelho psíquico precisou fazer modificações para permanecer no princípio de prazer. Os elementos específicos e inconscientes determinados, que compõem o ideal a ser exigido pelo sujeito, e a escolha dos objetos de satisfação serão, portanto, demarcados precisamente pelas balizas que a inscrição do desejo impõe ao aparelho psíquico em um tempo anterior. Pois é a inscrição dos traços mnêmicos advindos da vivência de satisfação que faz com que o desejo ouse sempre recuperar essa satisfação mítica anterior. Logo, a formação do ideal que estabelece a forma como a pessoa se relaciona com os objetos tem por detrás a fomentação do desejo inconsciente que produziu determinados caminhos para a satisfação.

2.5 Pulsões e Destinos da Pulsão

2.5.1 O termo *trieb*.

Em 1915, Freud conclui seu artigo *Pulsão e Destinos da Pulsão* que também ocupa papel central na teoria psicanalítica. Na época de Freud, e principalmente para os pós-freudianos, nos processos de tradução das obras completas, o termo pulsão, em seu original alemão *Trieb*, passou por várias traduções, sendo a principal delas entendida como instinto. Este fator gera até os dias atuais uma grande discussão no meio analítico, pois a oposição entre os termos pulsão/instinto de certa forma interfere na compreensão do conceito e das seguintes construções freudianas.

A respeito disso, James Strachey (2006), editor de uma das principais traduções das obras completas de Freud no Brasil, aponta que Freud em outros textos já havia formulado essa concepção. No texto também concluído em 1915, *O inconsciente*, Freud utiliza o termo *Trieb* como “[...] um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático, o representante psíquico dos estímulos que se originam de dentro do organismo e alcançam a mente” (FREUD, 1915/2006, p. 127-128). Em outros dois momentos anteriores, Freud também defendeu a mesma ideia de forma semelhante. No caso Schreber, de 1911, *Trieb* está escrito como: “[...] o conceito na fronteira entre o somático e o mental, o representante psíquico das forças orgânicas [...]” (FREUD, 1911/2006, p. 250). Já em 1915, na terceira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* escrito, em 1905, que foi acrescido de comentários de Freud, ele descreve o termo *Trieb* como “[...] o representante psíquico de uma fonte de estímulo endossomática, continuamente a fluir [...] um conceito que se acha na fronteira entre o mental e o físico”

(FREUD, 1905/2006, p.171). A partir da retomada desses textos, compreende-se que Freud ainda não distinguia o termo pulsão de seu representante psíquico; a pulsão seria então o representante psíquico das forças somáticas.

De acordo com os comentários do editor brasileiro Luiz Alberto Hanns (2004),

o termo *Trieb* já era amplamente empregado antes de Freud e já havia diversas concepções biológicas, filosóficas e psicológicas sobre *Trieb*. A inovação de Freud não reside em ter teorizado o conceito de *Trieb*, mas em tê-lo inserido no arcabouço de uma teoria do conflito psíquico e, portanto, psicodinâmica. (p. 139)

Segundo o autor, o termo *Trieb* era corriqueiro no alemão para dizer de duas ideias principais, como “força impelente” ou “força que coloca em movimento”. Por isso é utilizado a partir de diversas formas que, correspondendo ao português, se traduziria por: impulso, vontade imensa, carência, desejo, necessidade, tendência/inclinação, energia entre outros. A partir de Freud, esse conceito passa a ser referenciado ao conflito psíquico, pois antes esse conflito era visto a partir da oposição entre ideias e representações. Com o conceito de pulsão ele passa a ser compreendido em sua profundidade, agora como um conflito entre as pulsões.

Assim, ao empregar o termo pulsão, Freud dispõe à sua teoria uma ampla abrangência de significação. Ele inclui: a história da espécie; a pulsão como estoque da evolução filogenética e sua estabilização na fisiologia; as leis da natureza, isto é, como manifestação de princípios e leis; e a concepção de vontade, que surgiu da pulsão em seu âmbito psíquico. Isso irá respaldar a construção da teoria do desejo inconsciente. Logo, essa energia ou força que circula se dá de forma contraditória e conflituosa, sendo, portanto, uma condição permanente ao ser vivo, que se manifesta psiquicamente pelos afetos, imagens e, acima de tudo, pela linguagem.

De acordo com Hanns (2004), o termo *Trieb* ultrapassa a noção simplista de estar numa fronteira entre o somático e o psíquico, por isso sua definição não poderia se restringir a ela. Segundo ele:

[...] *Trieb* emana da natureza, precipita-se historicamente nas espécies, ancora-se no somático e invade a vida psíquica arcaica como imperativo, por um lado, no psiquismo e na esfera da linguagem, embora continue a carregar essas dimensões anteriores, ele as ultrapassa e se ressignifica, alterando-se profundamente, sem contudo jamais desligar-se do corpo. (HANNS, 2004, p.143)

Logo, o termo pulsão carrega uma abrangência muito maior do que se restringir ao seu representante psíquico do nível somático, mesmo que sua fonte somática seja decisiva para sua

constituição. Apesar de Freud por algumas vezes ter utilizado a palavra *Instink* como sinônimo, ele restringiu esse termo aos animais, já que são neles que comparece o aspecto impositivo e imperativo da biologia sobre o comportamento. Por mais que nos seres humanos esse imperativo esteja presente, há algo a mais. Este algo a mais Freud vai situá-lo na pulsão, por ser ela que reivindica o patamar mais arcaico e geral que tem bases em princípios e leis da filosofia, biologia, metafísica e principalmente por estar mais ligado à uma esfera volitiva relacionada ao pensamento e às representações que excedem às determinações naturais. Diante disso, escolhemos o termo pulsão por pensar que ele melhor compreende o novo campo que Freud propôs, ao levar em consideração as implicações desse conceito.

2.5.2 O conceito pulsão

Freud inicia seu trabalho apontando para a necessidade que surgiu mediante a construção da teoria psicanalítica de lançar luz sobre aquilo que parece ser o fundante para que o psiquismo se constitua, isto é, os estímulos internos/endógenos, que são os primordiais para o progresso do psiquismo ao longo da espécie. Ao tentar definir o que seria a pulsão, ele apresenta uma série de características. A principal delas está no fato de que a pulsão se encontra como um dos estímulos para o psíquico. Esse estímulo se encontra enquanto força constante, que nem mesmo as ações de fuga que o indivíduo desenvolve para os estímulos externos são capazes de eliminar. Logo, atribui-se ao sistema nervoso o trabalho de lidar com esses estímulos, de forma a renunciar sua tendência ideal de manter os estímulos afastados de si, pois os estímulos de natureza pulsional seguem de modo contínuo e inevitável. Todos esses fatores levaram Freud a definir o conceito de pulsão da seguinte maneira:

Se abordarmos agora a vida psíquica do ponto de vista biológico, a ‘pulsão’ nos aparecerá como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo. (FREUD, 1915/2004, p.148)

Nesse sentido, ele continua definindo as características de sua natureza. A primeira delas está na pressão, que segundo Freud é a sua própria essência. A pressão se constitui enquanto fator motor, isto é, a medida da condição de trabalho que ela representa. A meta da pulsão está referida à satisfação que se dá assim que o estado de estimulação pulsional é extinto, de acordo com o princípio de prazer que concebe a satisfação como o rebaixamento das tensões. Entretanto, para que a meta final ocorra, a pulsão poderá percorrer variáveis caminhos,

construindo dessa forma metas parciais que requerem, em última medida, a meta final de satisfação. Já o objeto da pulsão é aquilo por meio do qual a pulsão pode alcançar sua meta. Freud define que é aquilo que se encontra de mais mutável. Segundo ele: “ele é o elemento mais variável na pulsão e não está originalmente vinculado a ela, sendo-lhe apenas acrescentado em razão de sua aptidão para procriar a satisfação” (FREUD, 1915/2004, p. 149). Esse objeto poderá ser a qualquer momento substituído por outro, ao passo que um mesmo objeto pode servir à satisfação de várias pulsões, isto é, cabe a ele o movimento de deslocamento. Esse aspecto variável e por isso indefinido do objeto da pulsão será o que irá inovar, no campo psicanalítico todo, a referência do funcionamento humano e permitir a inscrição do desejo no psiquismo enquanto desejar, e não desejo do objeto em sua fixidez. Por fonte da pulsão, Freud entende o processo somático que ocorre em um órgão ou em alguma parte do corpo do qual vai emergir um estímulo psíquico enquanto representação da pulsão. Sendo assim, a fonte é indeterminada e não compete à psicologia sua tentativa de localização, já que a pulsão só passa a ser conhecida através de suas metas. A respeito da questão do que tornaria uma pulsão diferente das outras, se estaria restrito à suas metas, Freud diz que a diferença entre seus efeitos está na magnitude de sua excitação, isto é, na carga quantitativa que ela representa. Logo, a qualidade das pulsões está limitada à magnitude que sua energia evoca no psiquismo.

Ao retomar a dicotomia antes apresentada entre as pulsões do eu/autoconservação e as pulsões sexuais, Freud busca compreender como se deu o trabalho das pulsões. Para definir o que seriam as pulsões sexuais, Freud diz que elas são numerosas, derivam de várias fontes orgânicas, exercem sua atividade independente uma da outra de início, e que só mais tarde encontramos uma síntese de todas elas. De início, ele diz que em um primeiro momento as pulsões sexuais estiveram apoiadas nas pulsões do eu, como foi anteriormente apresentado em *Sobre o Narcisismo*, por isso o eu é tomado como objeto da pulsão em seu estado narcísico. Logo, encontramos para as pulsões do eu um Eu-Ideal, para depois se transformar em Ideal-do-Eu.

As pulsões sexuais exercem na infância, sua atividade de forma independente, pois há nesse caminho as formações psicosssexuais, que, embora Freud não desenvolva nesse texto, diz de processos em que há zonas erógenas preponderantes sobre as outras, como a oral, anal, fálica e genital. Entre essas fases que se dão de forma mútua e que não seguem uma ordem, há um período de suspensão dessa preponderância, para que depois a pulsão em sua dimensão genital apresente a junção de todas elas na vida psíquica do adulto. Diante disso, as pulsões sexuais podem se substituir de forma “vicariante” uma pelas outras e trocar seus objetos com facilidade.

Sobre os destinos da pulsão, Freud apresenta quatro, sendo eles: a transformação em seu contrário, o redirecionamento contra a própria pessoa, o recalque e a sublimação. Nesse artigo ele decide trabalhar somente com a transformação em seu contrário e o redirecionamento contra a própria pessoa. A respeito da transformação em seu contrário, ele apresenta dois processos distintos, o redirecionamento da pulsão da atividade para a passividade e a inversão do conteúdo. A transformação em seu contrário, que é encontrada no par de opostos sadismo/masiquismo e na vontade de olhar/exibição, refere-se à meta da pulsão, que passa da ativa – torturar, ficar olhando – para a passiva – ser torturado e ser olhado. Já a inversão de seu conteúdo é encontrada no caso da inversão do amor em ódio.

No redirecionamento contra a própria pessoa, o que se encontra é a troca do objeto sem alteração da meta, que está por exemplo no masiquismo, pois ele se dá em um sadismo voltado ao próprio eu, isto é, a meta de satisfação ao torturar permanece, mas agora voltado contra a própria pessoa. Da mesma forma, o exibicionista, em quem o prazer de olhar toma como objeto o eu, se compraz com seu próprio desnudamento. Freud diz que esses dois processos, a transformação em seu contrário e o redirecionamento contra a própria pessoa, coincidem. Mediante essas transformações, as moções pulsionais perduram lado a lado, ou seja, o sadismo e o masiquismo coexistem, assim como o voyeurismo e o exibicionismo estão presentes em um mesmo momento. É nesse sentido que Freud introduz o termo ambivalência para falar da natureza da pulsão de coexistir ao lado da moção pulsional que é exatamente o seu oposto.

Logo, há uma subsistência e uma coexistência continuada das fases intermediárias que revelam a herança arcaica que está presente na pulsão. Freud conclui que, a respeito desses pares de opostos e de sua transformação, “[...] as atividades desses componentes são autoeróticas, isto é, que o aspecto mais importante é o órgão do qual emanam, sua fonte, e que o objeto é o elemento de menor importância, e quase sempre coincide com o próprio órgão” (FREUD, 1915/2004, p. 156). Novamente Freud retoma que, a respeito do objeto da pulsão, ele é o de menor importância já que o que predomina é sua fonte, que requer ser satisfeita seja por sua moção pulsional original, seja por seu oposto. Assim, podemos dizer que à medida que o aparelho psíquico se constitui, mais abrangente se tornam os recursos de que a pulsão utiliza para alcançar sua meta final.

Diante disso, Freud ainda apresenta outras polaridades às quais a moção pulsional está submetida. Além da atividade/passividade, encontramos a dicotomia entre o Eu-mundo interior e o Objeto – mundo exterior, e a dicotomia entre Prazer e Desprazer. A respeito da ambivalência

entre o eu e o objeto, Freud retoma todo o processo do eu a partir do estado narcísico, portanto será na passagem dos processos primários para os secundários que o objeto, mundo exterior, relacionado a seu nível de prazer/desprazer, será levado em consideração. E é dessas relações que emerge o que será material de estudo para Freud, a ambivalência entre o amar e o odiar e a sua relação com o odiar.

Segundo ele, o amar está inscrito na dimensão dos primeiros momentos de vida, em que opera o estado narcísico; o eu está imerso em tudo aquilo que é prazeroso a partir de seu autoerotismo. Assim, o mundo externo não desperta seu interesse, e por isso o eu ama a si mesmo na medida em que prepondera a sua relação com suas fontes de prazer em que o mundo exterior é irrelevante. Como o eu é autoerótico, ele não necessita do mundo externo, pois está totalmente imerso em seu estado narcísico. Logo, há uma polaridade entre o eu com prazer e o mundo exterior com indiferença, que depois vai ser sentido como despreazer. Entretanto, à medida que ele necessita dos objetos do mundo externo para cessar o despreazer pelas pulsões, o eu passa a receber objetos do mundo externo que causam satisfação e os integra a si mesmo introjetando-os, por meio do que poderia ser definido como um Eu-prazer. Tudo que causa despreazer o Eu expelle de si, ou seja, passa a ser hostil; a indiferença original transforma-se em odiar.

Quando a etapa narcísica se recolhe para a imersão da etapa objetal o Eu Prazer/Despreazer passa a significar a relação com o objeto. Se o objeto traz sensações prazerosas, podemos dizer que amamos o objeto; se ele causa despreazer o que restará será ódio e talvez uma possível repulsa ao objeto. Assim, o amor se dá a partir da dimensão da necessidade do objeto, necessidade que está calcada na conservação do eu enquanto opera o princípio de prazer e da satisfação sexual genital propriamente dita. O ódio aparece relacionado a todos os objetos que causam despreazer ou que aparecem como obstáculos à satisfação sexual ou à satisfação das necessidades de conservação. Segundo Freud, o ódio não só provém da luta sexual, mas sim da sobrevivência do eu para se impor. Logo, identificamos que as relações de amor e de ódio podem coexistir em um mesmo objeto e que ambas dizem do vínculo estabelecido com ele, isto é, o ódio se vincula por seu caráter erótico com o objeto, ao contrário da indiferença, que diz da irrelevância que esse objeto possui no campo pulsional.

Diante disso Freud conclui apresentando as três grandes polaridades a que as moções pulsionais estão submetidas e que dominam a vida psíquica. São elas: a atividade/passividade em seu aspecto biológico, a do Eu/Mundo exterior sem seu sentido real, e a do prazer/despreazer no sentido econômico. A partir desses pressupostos podemos compreender o quanto a definição

do conceito de pulsão delimitou o campo analítico, retirando-o de todas as tentativas tendenciosas e ideais por que a Psicanálise foi tomada ao longo do seu desenvolvimento.

Logo, é possível compreender que, na noção de pulsão, é possível diferenciar o campo do humano do campo animal, pois no campo animal o imperativo biológico é preponderante. Ao situar a pulsão tendo como o mais variável e o menos importante o objeto pela qual ela é satisfeita, Freud pontua de forma precisa que não há controle e muito menos conversão ou reeducação das vias pelas quais o sujeito se organiza. Por isso, temos o desejo enquanto a dimensão psíquica da pulsão, é pela via do desejo que temos acesso ao campo pulsional que nos orienta. A partir dessas premissas, pode-se dizer que o desejo se inscreve no psiquismo enquanto desejar, isto é, há uma supremacia do desejar em contradição ao objeto que provoca desejo. Para sua inscrição no psiquismo, a dimensão do desejo se veicula tendo como relação um objeto, mas o que se deseja será o mais variável e mutável no percurso de uma análise, tendo em vista que ter acesso à pulsão pela via do desejo é de uma certa forma operar com ela.

2.6 Para além de um Princípio de Prazer

Em 1920, Freud conclui seu artigo *Além do Princípio de Prazer* apresentando novas contribuições que revisam, confirmam e modificam toda a metapsicologia até então desenvolvida. Na escrita desse artigo, Freud propôs uma revisão de toda a sua teoria do funcionamento do aparelho psíquico através do princípio do prazer, de forma a relacionar com todas as construções metapsicológicas até então desenvolvidas e que recaem no originário da pulsão. Nesse sentido, ele irá problematizar e defender se de fato não há, no funcionamento psíquico, algo que esteja para além do princípio de prazer.

Essa questão surgiu, entretanto, a partir de uma “nova” sintomatologia em sua clínica, a neurose de guerra e a correspondente neurose traumática que ocorre em tempo de paz; todas elas comparecem quando o sujeito é alvo de um “acidente” inesperado, possuindo assim o caráter de surpresa. Os sintomas que os pacientes apresentaram e sua proximidade com a estrutura histórica permitiram a Freud questionar sobre o fator determinante dessas neuroses e qual a posição delas frente à histeria. Para isso, ele retoma dois traços presentes nesses novos sintomas: a evidência de que o peso essencial parece estar sobre o fator surpresa e susto; um ferimento real no corpo parece fazer com que a neurose não apareça. Por “susto”, o autor compreende um estado determinado pela sensação real de correr perigo, sendo que o fato de não estar preparado acentua o fator surpresa.

Por mais que a teoria dos sonhos como realizações de desejo já estivesse consolidada, Freud questiona a particularidade dos sonhos dos sujeitos que sofrem da neurose traumática. São sonhos que, em geral, reconduzem o sujeito à situação de seu acidente, fazendo com que ele se desperte com um novo susto, demonstrando o quanto o paciente ainda está fixado no trauma. Diante disso, Freud questiona como se dá o funcionamento da neurose, já que o aparelho psíquico evitaria de todas as formas se ater ao acidente traumático de acordo com o princípio de prazer. Logo, os sonhos também sofreriam um desvio de sua função de realizar desejos, já que deveria encaminhar o doente para a desejada vida saudável. Outra hipótese lançada recai sobre as tendências masoquistas do eu, que mereceriam então uma nova explicação.

Outro fator que chamou a atenção de Freud foi a brincadeira infantil como a forma que o aparelho psíquico realiza uma de suas atividades mais elementares no curso de sua constituição. Ele toma como exemplo uma brincadeira observada em uma criança de um ano e meio que ficou conhecida como a famosa brincadeira do “*fort-da*”. De acordo com a observação, o que mais chamava a atenção era o fato de o menininho observado não chorar ou manifestar qualquer tristeza quando a mãe, que geralmente estava presente, se ausentava, mesmo que ele ainda estivesse muito ligado a ela cotidianamente. A brincadeira se dava à medida que ele jogava um de seus brinquedos para fora de sua vista, desaparecendo, emitindo para isso um “*fort*”, que significa “foi-se”, “foi embora”, “desapareceu”, para posteriormente puxar esse brinquedo ou pegar de volta dizendo com entusiasmo um “*da*”, que se traduz por “aí”, “está aí”, “aí está”. A brincadeira era então de desaparecimento e retorno.

Freud diz que a interpretação da brincadeira não pode ser clara, lançando assim uma série de hipóteses para sua suspeita. Ela poderia estar associada a uma renúncia à satisfação pulsional, que a criança teria conseguido fazer permitindo a partida da mãe sem expressar alguma objeção. Mas qual seria o papel da brincadeira? Freud retoma de certa forma uma semelhança com a neurose traumática ao dizer que a criança, no momento em que a mãe não esteve presente, foi atingida pela vivência desagradável em sua passividade, de forma que ainda não estava preparada para ela. E devido a isso investe um papel ativo repetindo a brincadeira, uma repetição que é, no entanto, desprazerosa. Será nesse sentido que Freud, ao tratar do funcionamento da neurose traumática e da função do *fort-da* para a sua explicação a respeito do psiquismo humano, se colocará diante de um enigma, isto é, o que faz com que haja uma compulsão de repetição de vivências desprazerosas, sendo que o aparelho psíquico obedece a um Princípio de Prazer? Há um ganho de prazer nessa forma?

Nesse sentido, Freud retoma a técnica analítica pontuando a função da repetição no tratamento das neuroses. Segundo ele, o paciente que já está imerso no campo transferencial se sente mais forçado a repetir o recalcado como se fosse uma manifestação do presente do que recordá-lo como um elemento do passado. Essa tendência à repetição, que Freud chamará de compulsão à repetição, se faz através da ação do recalcado que vem à tona, e que não está portanto como um investimento de resistência ao tratamento, mas sim imerso em seu próprio funcionamento. Logo, não há uma resistência do paciente que impossibilita o trabalho analítico, mas sim a ação do recalcado que está investida. Segundo Freud:

O inconsciente, ou melhor, o ‘recalcado’, não opõe nenhuma resistência aos esforços do tratamento. Ao contrário, ele apenas se esforça para livrar-se do peso que o oprime e tenta forçar passagem em direção à consciência ou busca escoamento através de uma ação real. (FREUD, 1920/2004, p. 145)

Portanto, a compulsão à repetição faz parte do tratamento analítico e só se faz presente com sua intensidade para preservar uma função no aparelho psíquico. Logo, Freud defende que o desprazer ocorrido no eu não contradiz ao princípio de prazer, pois enquanto é desprazer para um sistema é prazer para outro. A questão está no que a compulsão à repetição faz retornar. Ela faz retornar certas experiências do passado que não tiveram nenhuma possibilidade de prazer, seja para o eu atual, seja para as moções pulsionais recalcadas no momento do ocorrido; há dessa forma uma “coação” que exige essa repetição.

Logo, o doente age de maneira infantil, apontando que o material recalcado e as lembranças das primeiras experiências psíquicas não se encontram enlaçados e fixados, isto é, são traços inconscientes que podem sofrer deslocamento e fixação, obedecem ao princípio primário de funcionamento pois ainda não conseguiram ser processados pelo aparelho psíquico para que passassem a operar de acordo com o princípio secundário. Esse material passa a vir à consciência em sua grande manifestação nos sonhos, pois estão incapacitados a operar no processo secundário. Assim, eles ainda não obedecem ao princípio de prazer, estão em uma fase anterior, já que o aparelho psíquico ainda está trabalhando para processá-los e enlaçá-los para que eles possam posteriormente aderir ao princípio de prazer. Segundo Freud: “é também graças a essa ausência de enlaçamento que os traços de lembranças arcaicas têm a capacidade de aderir aos restos diurnos e formar uma fantasia de desejo a ser representada no sonho” (FREUD, 1920/2004, p. 159). Logo, a repetição no sentido de reencontrar a identificação, tanto

na brincadeira infantil quanto no sonho da neurose traumática resguarda em si uma fonte de prazer.

Mediante essas constatações, Freud questiona qual é a relação que poderá ser feita entre o que é pulsional e a compulsão a repetir. Segundo ele:

Nesta altura, talvez estejamos na pista certa para encontrar uma característica universal das pulsões – ou até mesmo da vida orgânica em geral – a qual creio que até hoje ainda não foi claramente reconhecida ou pelo menos não devidamente destacada. *Uma pulsão seria, portanto, uma força impelente interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior* que o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas. (FREUD, 1920/2004, p.160)

Logo, há uma espécie de plasticidade orgânica ou até mesmo a “manifestação da inércia na vida orgânica”. Veremos que essas delimitações freudianas terão papel central no sentido que o campo teórico psicanalítico irá tomar e, conseqüentemente, na construção da noção de desejo freudiano. É nesse sentido que Freud vai apontar para a natureza conservadora do ser vivo ao dizer que todas as pulsões visam a restabelecer um estado anterior, isto é, voltar ao estado inanimado em que não há a ação de nenhum estímulo que fuja do estado de inércia. Logo, por ter esse caráter conservador e regressivo em seu curso, as pulsões sofrem a ação de forças externas e perturbadoras para que a constituição orgânica se faz presente ao mesmo tempo que conservam seu caráter regressivo. Freud conclui nesse sentido que há um fato que opera em todos os indivíduos, o de que “[...] todo ser vivo morre, ou seja, retorna ao estado inorgânico devido a razões internas, então podemos dizer que: o *objetivo de toda a vida é a morte, e remontando ao passado: o inanimado já existiria antes do vivo*” (FREUD, 1920/2004, p. 161). Nessa perspectiva, ele irá defender o imperativo de um novo grupo de pulsões em seu dualismo pulsional, as pulsões de morte.

Assim, Freud refuta sua teoria anteriormente formulada no texto *Sobre o Narcisismo*, a que trabalhamos aqui ao dizer que, por consequência das novas constatações, não é possível mais falar das pulsões de autoconservação, de apoderamento e de autoafirmação. Todas elas são na verdade pulsões parciais que objetivam resguardar o organismo de construir seu próprio caminho para a morte. Ao mesmo tempo que o afastam de qualquer possibilidade que não seja dele mesmo de retornar ao inorgânico, já que o organismo quer morrer à sua maneira. A busca pela morte a seu próprio feitio é algo excentricamente pulsional e que por isso está em oposição a qualquer ação inteligente. Logo, direcionar-se à morte não se faz de maneira simples e direta, mas é perpassada por uma série de particularidades fazendo com que o alvo não seja alcançado

diretamente. Sendo assim, há uma reorganização do campo pulsional, mas o dualismo permanece, de forma que agora não há mais uma oposição entre pulsões do eu (autoconservação) e pulsões sexuais, mas sim o dualismo entre as pulsões de morte e as pulsões sexuais.

A respeito das pulsões sexuais Freud defende que nelas se encontram todas as pulsões parciais que cuidam dos organismos sobreviventes e que originam do ser individual. Isto é, que fazem a função de preservar o indivíduo quanto aos perigos dos estímulos externos e que agem ao encontro de outras células germinativas, proporcionando a reprodução, que será de certa forma a continuidade da espécie. Logo, Freud identifica nelas também um caráter conservador, pois objetivam estados arcaicos da substância viva colocando-se como resistentes às forças externas e preservando a vida por períodos mais longos através de seu caráter reprodutor. Sendo assim, ele identifica que será as pulsões sexuais as verdadeiras pulsões de vida já que através de sua função de ligar o indivíduo ao objeto, fazendo operar o princípio de prazer, se opõem assim às pulsões que conduzem a morte.

Ao analisar as pulsões sexuais, Freud retoma sua teoria da libido para apontá-la nesse novo dualismo proposto por ele. Como vimos anteriormente, a libido se encontra enquanto a energia das pulsões sexuais direcionadas ao objeto. Essa energia se diferencia das pulsões destinadas ao eu, como foi proposto em 1915. Entretanto, Freud reconhece a necessidade de situá-la enquanto a energia pulsional de autoconservação, isto é, a libido enquanto energia da pulsão sexual é identificada a Eros, que tudo preserva. Logo, a libido narcísica originou-se dos mesmos estoques que a libido objetual, pois todas elas visam preservar em vida o organismo. Assim, podemos falar de todas como libido, já que não há nenhuma outra pulsão que não seja libidinal, isto é, de vida. Portanto, o dualismo pulsional é apontado com maior precisão; ele está agora entre a pulsão de morte e a pulsão de vida.

Há também, como foi anteriormente apresentado, o dualismo pulsional existente entre o amor e ódio presente nas pulsões sexuais, o qual recai enfaticamente na polaridade entre o sadismo e o masoquismo. Freud propõe repensar essas polaridades agora sob a luz do novo dualismo pulsional. O que chama a atenção está no componente sádico da pulsão, e, diante desse reconhecimento, como poderia então conceber que a pulsão sádica, que visa à destruição do objeto, ser um derivado de Eros cujo objetivo está em manter a vida? Segundo ele, a partir das novas descobertas, pode-se conceber que o sadismo é a pulsão de morte que a libido narcísica se empenhou em afastar do Eu, de forma que ela pôde encontrar sua satisfação

somente através do objeto. Logo a pulsão de morte em forma de um sadismo serviria à função sexual, ditando as suas relações de amor/ódio com o objeto. De acordo com ele:

De fato, poderíamos dizer que foi o sadismo anteriormente expulso do eu que indicou aos componentes libidinais da pulção sexual o caminho em direção ao objeto. Só depois disso é que esses componentes poderiam seguir em direção ao objeto. Nos casos em que o sadismo original não foi mitigado ou fusionado a outros elementos, veremos instaurar-se na vida amorosa a conhecida ambivalência amor-ódio. (FREUD, 1920/2004, p. 175)

Logo, o masoquismo, que foi compreendido como o redirecionamento da pulsão sádica contra o próprio eu, não diferiria em nada da pulsão sádica que emana do eu e se direciona ao objeto. Desse modo, o masoquismo ou o redirecionamento da pulsão contra o próprio eu seria então um retorno a um estágio anterior da pulsão, uma regressão. E assim Freud defende que há no campo pulsional um masoquismo primário, que emana do próprio eu, e um masoquismo secundário, que retorna o eu, que se faz presente a partir da pulsão de morte.

Freud conclui seu artigo dizendo: “se realmente o esforço por restabelecer um estado anterior for um caráter universal das pulsões, não devemos nos surpreender de que haja na vida psíquica tantos processos ocorrendo à revelia do princípio de prazer” (FREUD, 1920/2004, p. 180). Aqui, vemos que as hipóteses antes apresentadas sobre um além do princípio de prazer se confirmam, já que as pulsões parciais buscam retornar a um estágio anterior e que há fenômenos em que o princípio de prazer não obtém controle, como aqueles dos processos primários que ainda não foram processados pelo aparelho psíquico. Assim, Freud delimita o princípio de prazer como uma tendência que preserva uma função, a de fazer com que o aparelho psíquico esteja todo desprendido de excitações, seja mantendo uma constância de excitações, seja mantendo-as mais baixas quanto for possível. Dessa forma, verificamos que o princípio de prazer está a trabalho das pulsões de morte delimitando, assim, um campo específico em que o desejo inconsciente irá operar.

2.7 A Construção da Noção de Desejo em Freud

De acordo com Cabas, “[...] a história da obra freudiana é a história de um esforço por extrair do solo da experiência uma definição do desejo (CABAS, 2010, p.38). É nessa perspectiva que optamos por apresentar de forma concisa alguns dos caminhos que possibilitou a Freud chegar à noção do desejo. Identificamos que ele não teve por objetivo construir e

delimitar conceitualmente o desejo, mas que essa noção se insere enquanto um fundamento a ser apreendido de sua escrita. Ele pôde ser apreendido a partir da formulação de um aparelho psíquico e a compreensão de seu funcionamento em seus princípios essenciais, por meio da apreensão do campo dos sonhos, do campo pulsional, da função do narcisismo, do funcionamento a partir do princípio de prazer, entre outros.

Logo, identificamos que a principal contribuição freudiana, ao apontar o desejo inconsciente na vida psíquica, está em reunir em uma categoria axial os pilares que edificaram a teoria e a clínica psicanalítica. Ela surge de um funcionamento psíquico próprio, regido por leis inconscientes, que visam em última instância obter prazer devido à exigência de satisfação pulsional. Ele coloca o desejo, assim, na passagem de um processo psíquico primário para um processo psíquico secundário em que não só operam os processos inconscientes, mas que também se transformam a partir de certas demarcações para ter acesso à consciência. O desejo está inscrito no campo das determinadas e específicas demarcações que dizem respeito à particularidade de cada sujeito. Compreendemos que é através dessas marcas do desejo inconsciente no funcionamento psíquico que o querer consciente pode emergir ao sujeito mediante todos os processos de condensação e deslocamento que operam na passagem do princípio primário para o secundário.

No Projeto de 1895, identificamos que Freud pela primeira vez utiliza a palavra desejo para dizer de uma função que opera no desenvolvimento do aparelho psíquico. Ele relaciona o desejo com a necessidade, que faz com que haja a satisfação por meio de uma ação externa inscrevendo no psiquismo a experiência de satisfação. Assim que esse estado de desejo ressurgir, o aparelho psíquico alucinará com vistas a conseguir aquela satisfação registrada na memória. Logo, compreendemos que é através da inscrição das primeiras satisfações, a partir dos estados de desejo, que o aparelho psíquico sempre procurará reevocar. E assim, o desejo se encontra como peça primordial para que o aparelho psíquico possa constituir-se. Será desse estágio de desejo primordial e dessa satisfação “mítica” que o falante irá construir os pilares com os quais deve edificar sua vida desejante.

Encontramos na Interpretação dos Sonhos um momento privilegiado em que Freud tratará da noção de desejo, conforme deve ser tomada na Psicanálise. É a partir da observação de que os sonhos possuem papel central na atividade psíquica humana que o sonho será tomado como um modelo privilegiado do imperativo inconsciente no aparelho psíquico. Freud conclui que os sonhos se encontram como formações do inconsciente que buscam a realização de desejos. Logo, temos o desejo enquanto aquilo que irá engendrar todas as formações do

inconsciente, já que é do desejo inconsciente que a ação humana deriva. Entretanto, o sujeito só tem acesso a esse desejo através da “representação” formulada por meio da condensação e do deslocamento. Logo, o fundamental recai nos efeitos que têm na pessoa quando ela fala do sonho. O trabalho do sonho está no que o paciente fala do sonho. Observam-se, então, os efeitos dos sonhos no psiquismo, isto é, os efeitos do desejo sobre o sujeito.

A partir do estudo da interpretação dos sonhos, Freud convoca o paciente a se reposicionar em relação ao seu desejo. Ele identifica que todo sonho, assim como todo desejo, é em sua origem infantil, pois retrata uma associação de traços anímicos. Por isso, não há uma moral e nem sonhos mais adequados ou mais valorosos que outros, já que os sonhos se encontram enquanto retorno da vida anímica infantil já ultrapassada. Por isso mesmo, o que dominou o psiquismo em um tempo primário só pode vir à tona em processos irracionais e desvalidados. Freud conclui que a base para a formação dos sonhos é a mesma para a formação dos sintomas; ambos representam o desejo inconsciente. E assim a interpretação dos sonhos se dá da mesma forma que a cura das neuroses, por meio da decomposição, fragmentação do falante em sua fala. O que Lacan irá posteriormente marcar é que a possibilidade de emergir o desejo está no momento em que o paciente é convocado a reconhecer sua demanda.

Freud irá identificar que o trabalho dos sonhos recai no relato do sonho, pois cada elemento relatado preserva uma cadeia de pensamentos que comparece não por acaso; cada elemento dessa cadeia pôde se inscrever diante de determinado momento e sob determinadas forças no funcionamento do aparelho psíquico. Assim, não é o sonho em si que é importante, mas o relato dele que revela o desejo. É na falha convocada pela não- racionalidade dos sonhos que o sujeito comparece, enquanto sujeito de desejo. Logo, Freud conclui que os processos mais banais têm em si a realização de desejos, pois toda atividade psíquica tem a finalidade de realização de desejos. É o que coloca o aparelho psíquico em ação.

Portanto, a vivência de satisfação e o desejo trazem determinadas consequências para o funcionamento do aparelho psíquico. A vivência de satisfação e o desejo serão o ponto de partida de onde o falante pode torna-se sujeito. Da mesma forma que o falante necessita da vivência de satisfação, faz-se necessário ter a passagem de um Eu-prazer para um Eu-real. A questão que se encontra será em como se dá essa passagem, já que nela estão os pilares para a construção da neurose.

Entretanto, Freud identifica que o inconsciente, que comanda toda a formação da atividade psíquica, tem em seu funcionamento somente o Eu-prazer, como foi apontado no texto

Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico, de 1911. Nesse momento da teoria freudiana, identificamos que já há o reconhecimento do imperativo do princípio de prazer, pois não há nos processos psíquicos primários uma passagem para o Eu-real. Logo, todo o regime para o funcionamento psíquico está nos processos primários, e por isso o desejo será sempre infantil, arcaico e sem limites.

Em *Sobre o Narcisismo*, Freud pontua como o falante vai lidar, ao longo das experiências, com as inscrições feitas pelo desejo. Ele vai ter que se utilizar de recursos; a libido precisará ligar-se aos objetos para que haja uma formação de Eu-ideal e sua correspondente passagem para um Ideal-do-Eu, que irá comandar toda a vida. São recursos que são determinados pela inscrição do desejo no psiquismo, pois são originários da primeira vivência de satisfação, já que a libido se utiliza de seus traços mnêmicos para recompor a satisfação mediante a exigência da pulsão. Concluímos que todo o modo como o psiquismo lida com a exigência pulsional, utilizando-se de recursos como o estado narcísico, a formação de um Eu-Ideal e de um Ideal-do-Eu, tem como sua força motriz o desejo inconsciente.

Mediante essas constatações, Freud iniciou todo um trabalho para investigar aquilo que faria mover o aparelho psíquico, já que todas as formações do inconsciente têm por detrás uma energia que o faz operante. Logo, fez-se necessário tratar do conceito de pulsão. Por meio de suas constatações, concluímos que a pulsão assume a sua dimensão psíquica a partir do desejo. Encontramos na dimensão do desejo o imperativo pulsional, pois a pulsão só poderá comparecer através de seus representantes psíquicos. E é no nível desses representantes que o desejo se inscreve delimitando as “escolhas” psíquicas que cada sujeito fará ao compor sua vida.

Logo, assim como não há objeto da pulsão, não há objeto fixo, pré-estabelecido, que alcance a satisfação do desejo. Já que, dessa forma, o desejo se inscreve no psiquismo enquanto desejar, o que se deseja será o de mais variável e o de mais transformador no percurso da análise, pois é no nível inconsciente que o objeto de desejo está estabelecido. Portanto, a pulsão funda o desejo, que sempre estará em sua dimensão primária requerendo satisfação, mesmo que para isso ele utilize dos diversos caminhos que a vida consciente fornecerá para sua satisfação. O que se elege como objeto de desejo está em acordo com os processos inconscientes que marcaram a inscrição do desejo no psiquismo, por mais camuflado que esteja através dos processos de condensação e deslocamento. Logo, concluímos que o desejo freudiano concebe o objeto de desejo como secundário em sua importância, já que ele será o de mais variável.

A partir de sua última obra apontada nessa dissertação, chegamos à ideia do desejo enquanto desejo mortífero. Encontramos como uma das faces do desejo esse caráter aniquilador, mortífero e conseqüentemente passional com que o desejo opera. Se a pulsão está como a origem do desejo, o desejo também corresponderá a uma pulsão de morte que faz o retorno ao inanimado, à aniquilação do ser. Constatamos que o desejo, apesar de portar tudo que vem de Eros, e de fazer a importante função de ligar o falante ao objeto proporcionando a vida, terá no conjunto a função de levá-lo à morte. E será nesse sentido que o objeto do desejo nunca será encontrado, ou ideologicamente reencontrado, pois o fim último está na satisfação através da volta ao inorgânico.

Encontramos em Freud o apontamento para aquilo que levará o falante à noção de sujeito de desejo; ele está na ideia da fantasia. Ao definir o papel imprescindível da fantasia na construção do aparelho psíquico, Freud remete à necessidade da escuta da fantasia remetida ao desejo inconsciente; é dela que é possível que a escuta seja analítica. Nesse sentido, Lacan ao retomar a noção de desejo em Freud, irá trabalhar com a fantasia remetida à dialética desejo-demanda. Portanto, é possível reconhecer que o estudo da noção de desejo na perspectiva psicanalítica nos leva a revisitar todos os pilares sobre os quais a Psicanálise está construída; será nesse sentido que o termo sujeito de desejo será amplamente usado para representar essa dimensão.

3. Do Objeto do Desejo ao Objeto Causa de Desejo

3.1 O Objeto do Desejo

A partir dos pontos apresentados anteriormente, da defesa de um sujeito sem subjetividade, resultado da operação da subversão do sujeito em seu lugar da razão, e de toda construção freudiana em torno da noção de desejo, podemos agora avançar no que Lacan desenvolveu em torno da ideia de desejo. Lacan, em sua retomada à letra freudiana, vai ao longo de todos os seus seminários apontando o desejo como o ponto central da teoria psicanalítica. É pela via do desejo que o humano poderá situar-se como sujeito, isto é, ingressar-se nas tramas da linguagem a partir de seu direcionamento ao Outro. Segundo ele:

É o desejo que é propriamente convocado em toda a economia do sujeito e que está implicado no que se revela na análise, isto é, naquilo que se põe a se mover na fala, num jogo de oscilação entre os significantes terra-a-terra da necessidade, por assim dizer, e o que resulta, para além da articulação significativa, a presença constante do significante no inconsciente, na medida em que o significante já esculpiu, formou, estruturou o sujeito. (LACAN, 1957-1958, p. 454)

É pela via do desejo em sua relação com a demanda e com o engano fundamental da necessidade que Lacan nos endereça ao que é central para que um ser se torne sujeito, para que o inconsciente possa operar, que está sobretudo na relação do ser com o significante, na sua entrada na linguagem. É nesse campo que Lacan estabelece as bases centrais de sua teoria a partir da noção de demanda, que se articula com o desejo e com a demanda direcionada ao Outro. Segundo ele: “[...] o que se manifesta como necessidade tem de passar pela demanda, isto é, endereçar-se ao Outro” (LACAN, 1958, p. 378). A necessidade só pode se apresentar através da demanda que já inscreve o Outro como lugar de endereçamento. Essa necessidade se apresenta como o ponto de engano em que o sujeito pensa ser tomado por algo que venha do corpo. É nesse sentido que Lacan retoma a origem significante para marcar o *corpolinguagem*, já que não existe corpo sem linguagem por conta das pulsões parciais.

Mas, antes de situar esses conceitos, é preciso retomar o que é central na visada lacaniana, que está sobretudo na relação do ser com o significante, mais precisamente na submissão do sujeito ao significante. No texto *A Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*, de 1960, Lacan faz questão de situar o inconsciente freudiano não como uma negação da consciência, mas como “[...] uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece

o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma” (LACAN, 1960, p. 813). Logo, a dimensão significante toma aspecto central no processo de causação do sujeito, pois nela é que se forma o inconsciente, sendo que o sujeito será sempre sujeito do inconsciente. Mas, segundo seu próprio questionamento, já está reconhecida a importância da linguagem em sua radicalidade. Tomando a linguagem como causa, que tipo de sujeito se pode conceber?

Para avançar nessa ideia, ele retoma a definição do eu em sua dimensão linguística, o eu como um significante, enquanto um momento de estagnação da cadeia de significantes que o sujeito do enunciado faz comparecer a cada momento em que fala. Segundo ele: “o que quer dizer que designa o sujeito da enunciação, mas não o significa. É o que se evidencia pelo fato de que todo significante do sujeito da enunciação pode faltar no enunciado [...]” (p.814). E aqui o sujeito se subverte a uma outra lógica, que não mais a da razão e de uma subjetividade, mas à de um corte que a cadeia de significante faz operar, uma barra entre o significante e o significado, fazendo com que, quando o sujeito do inconsciente fala, ele não sabe o que diz e nem sequer sabe que está falando. De acordo com Lacan:

Esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real. Se a linguística nos promove o significante, ao ver nele o determinante do significado, a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso. (LACAN, 1960, p. 815)

Será somente pela entrada do humano no campo do significante que a dialética entre a demanda e desejo poderá emergir fazendo com que o ser passe para o campo do sujeito. Lacan em seu Seminário livro 5 *As Formações do Inconsciente*, de 1957-1958, vai trazer uma série de pontuações que compõe essa dialética. Toda sua complexidade, e as inúmeras formas como ela se organiza em cada sujeito, é uma porta de entrada para compreender como o significante se fez morada. E será por essa via que é possível compreender como o estatuto do Outro é construído à medida que ele se relaciona com o outro.

Lacan começa apontando que nada no campo do intersubjetivo pode acontecer enquanto o Outro não fala, isto é, enquanto a fala do sujeito não é a fala do Outro. Aqui ele defende que o falante só poderá emergir nas tramas da linguagem enquanto seu discurso for o discurso do Outro, a partir do momento em que o Outro é constituído como lugar de endereçamento e como lugar de origem da fala. Assim também, quando se diz que o *Desejo é desejo do Outro*, “do Outro” é tomado como genitivo subjetivo e ao mesmo tempo objetivo, já que ele é lugar de endereçamento e ao mesmo tempo de origem. Ao pontuar que a demanda é sempre demanda

do Outro, Lacan situa que é no Outro que se origina a demanda e que ao mesmo tempo a demanda é dirigida a ele. Esse direcionamento da demanda ao Outro vem pela pergunta “o que ele quer de mim?”, e é justamente por nunca ser respondida, já colocando a dimensão de que não existe Outro do Outro, que o sujeito vai pagar com a castração, transformando a demanda em desejo. A passagem dessa demanda ao desejo é o que se encontra na dialética e que, conforme veremos a seguir, introduz a condição absoluta de que o Outro perde seu lugar.

Logo, o desejo só é falado pela via do Outro. Segundo Lacan: o desejo está obrigado à intermediação da fala, e é patente que essa fala só tem seu estatuto, só se instala, só se desenvolve por sua natureza no Outro como lugar da fala” (LACAN, 1957-58, p. 369). Isso se verifica principalmente em um dos momentos da infância, que Freud descreveu muito bem, momento em que a criança acredita que seus pais sabem todos os seus pensamentos. Já que a fala vem do Outro, e esse Outro é privilegiadamente habitado nos primeiros tempos da infância pelos pais, os pensamentos da criança pertencem a essa fala, e eles sabem, portanto, o que ela pensa.

Assim, a dialética do desejo que opera no campo do sujeito diz também de uma outra dialética, que está na dialética do reconhecimento, reconhecimento do Outro em que opera a alienação e a separação. De acordo com Lacan “trata-se, em suma, de ver quando e como o desejo do sujeito, alienado na demanda, profundamente transformado pelo fato de ter de passar pela demanda, pode e deve reintroduzir-se” (p.370). É preciso, para que o desejo possa “reintroduzir-se”, ser ao mesmo tempo o desejo do Outro. Esse desejo do Outro se presentifica na medida em que o sujeito, na dialética da demanda, esbarra com um outro desejo que até aquele momento não tinha sido absorvido, e que exigirá de saída todo um trabalho para que ele possa ser integrado. Essa introdução de um outro desejo, como desejo do Outro, tem sua importância à medida que será a porta de entrada para que a distinção entre o sujeito e o Outro se instaure de maneira determinante pela entrada no Édipo.

Nesse sentido, há nos caminhos do desejo e do percurso libidinal da criança uma distinção a ser feita por ela entre aquilo que o Outro demanda e aquilo que o Outro deseja, já que, no nível da demanda, há entre o sujeito e o Outro uma reciprocidade. As relações com a mãe, tomada como o primeiro Outro, constituem-se, privilegiadamente, como o lugar de reconhecer essa reciprocidade de demandas entre o sujeito e o Outro. É possível identificar que o sujeito demanda e que ao mesmo tempo ele atende e não atende as demandas feitas pela mãe no lugar de Outro, como por exemplo as relações com o excremento em sua recusa e aceitação. Mas, o que deve ser introduzido, e que está desde o começo presente, mesmo que de forma

latente, é este outro desejo, o que o Outro deseja, para além do que o sujeito demanda e do que o Outro demanda. Assim, o desejo do sujeito só é possível pela via do desejo do Outro que não foi adulterado pela demanda. Por isso o sujeito não demanda a demanda do Outro, mas sim deseja o desejo do Outro, pois a demanda já está inscrita simbolicamente, e por isso pode ser aceita ou recusada. O desejo do Outro, por nunca ser respondido, já que está fundado em uma falta estrutural, faz com que o sujeito nunca cesse de desejar, pois será sempre insuportável lidar com a falta da falta dessa resposta.

Segundo Lacan: “[...] o desejo é o elemento encarregado, sozinho, de tomar o lugar do para-além situado pela própria posição do sujeito em relação à demanda” (p.381). Vemos aqui que o desejo só é possível emergir pela demanda, mas que não é ao mesmo tempo demanda, e sim um para-além dela. Segundo Lacan, “é preciso um além da demanda na medida em que a demanda, por suas exigências articulatórias, desvia, modifica, transpõe a necessidade” (p.393). “Necessidade” é tomada por Lacan na dimensão do engano fundamental, de que algo da ordem do desejo parta de uma origem orgânica, que venha do corpo. Como identificamos em sua teoria, nada para o humano é da ordem da necessidade, uma vez que obrigatoriamente ela tenha que passar pelo nível do simbólico. Essa modificação da necessidade pela demanda aponta justamente que a cadeia significante da demanda originada no Outro deu nome para o objeto da pulsão, fazendo com que, para o sujeito, algo da ordem de uma necessidade específica provenha do corpo.

Portanto, a dimensão que Lacan aponta como necessidade não se relaciona com o objeto da pulsão como origem do desejo, pois o para além da demanda já marcou a dimensão do simbólico posta pelo Outro. Ele aponta que a forma como o desejo se apresenta no sujeito humano depende do que é estabelecido pela dialética da demanda. Segundo ele:

A demanda, pelo simples fato de se articular como demanda, coloca expressamente o Outro, mesmo que não demande isso, como ausente ou presente, e como dando ou não essa presença. Ou seja, a demanda no fundo, é uma demanda de amor – demanda daquilo que não é nada, nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda. (LACAN, 1957-58, p. 394)

É na inscrição da demanda, em sua incondicionalidade como demanda de amor, que está a originalidade da introdução do simbólico pelo crivo da demanda e da originalidade da demanda em relação à necessidade. Se o desejo está em um para além da demanda, e se a demanda se constitui sob a necessidade, comportando alguma perda em relação a ela, o desejo

será então o que está para além do que é “trazido de distorção à necessidade pela dimensão da demanda” (p.394); ele se encontra então no lugar em que o Outro perde sua condição absoluta de prevalência e em que a necessidade que se origina no sujeito retoma em primeiro lugar o engano fundamental.

Esses são alguns dos princípios que revelam de maneira determinante o caráter perverso e poliformo do desejo, pois ele se encontra enquanto um para-além que comporta, segundo Lacan, uma segunda negação ao que foi perdido da necessidade na demanda. Essa segunda negação introduz a dialética da prevalência entre o sujeito e o Outro, na medida em que a necessidade como engano fundamental retorna em primeiro lugar, apontando para o sujeito que algo possa partir dele, e não de um outro. Aqui se encontra o desejo, mas é justamente por estar em um engano fundamental que Lacan salienta que os significantes do Outro já determinam o que é o desejo, sendo que o sujeito estará sempre em uma dialética entre a demanda em que prevalece o Outro e o desejo em que prevalece o sujeito.

O desejo toma o aspecto de uma “condição absoluta” por se tratar do engano que retira de uma necessidade particular a matéria prima para se constituir, e por abolir a dimensão do Outro como tal, já que diz de uma condição em que o Outro não tem que aceitar ou recusar. Logo, ele se faz enquanto desmedido, sem nenhum parâmetro posto pelo objeto, já que o objeto não se faz presente. Ele é ao mesmo tempo irredutível a uma ou outra necessidade, pois ele não satisfaz nada senão a ele mesmo. Segundo Lacan:

O desejo, seja ele qual for, em estado de desejo puro, é algo que, arrancado do terreno das necessidades, ganha uma forma de condição absoluta em relação ao Outro. Ele é a margem, o resultado da subtração, por assim dizer, da exigência da necessidade em relação à demanda de amor. (LACAN, 1957-1958, p. 395)

É nesse sentido que se encontra o desejo sexual em seu estado ainda não fantasioso, pois representa todo o ímpeto de satisfação independente dos progressos da civilização, levando o homem a “extremos aberrantes”. Será preciso que a fantasia crie contornos para esse desejo, contornos que fazem com que algo da realidade consiga satisfazê-lo, mesmo que parcialmente. Será sempre por sua satisfação parcial que ele se presentificará a todo instante no campo do humano. Portanto, o para-além da demanda já é o desejo, à medida que a marca de um desejo está justamente em retirar do Outro a sua condição absoluta. A marca de um desejo está na condição absoluta em que o sujeito assume a prevalência, no que é imposto sem nenhuma proporção com a necessidade de um objeto.

Nessa perspectiva, Lacan irá pontuar que há na condição absoluta do desejo um significante. Esse significante se encontrará no falo. Por isso mesmo, há no campo do desejo uma distinção a ser feita entre o falo, não como objeto de desejo, mas como o significante do desejo. O falo se faz enquanto significante porque ele se articula no campo da linguagem, porque ele é somente na medida em que o Outro não o tem. O sujeito não o tem, ele passará sua vida basculando na dialética do ser/não ser o falo e ter/não ter o falo, revelando que o que se deseja é se apropriar do falo. Isso se traduz por se apropriar de algo que o faz ser o alvo do desejo do Outro, mas que ao mesmo tempo esse desejo só permanece como estrutural justamente no ponto em que o Outro não o tem. Então, se o desejo é sempre desejo do Outro, será pelo fato de desejar o que o Outro não tem, e deseja, que o falo irá se inscrever como significante do desejo. Ele é o significante do desejo no ponto em que o desejo é determinado pelo desejo do Outro.

Segundo Lacan: “o falo é o significante particular que, no corpo dos significantes, especializa-se em designar o conjunto dos efeitos do significante, como tais, no significado” (p.405). Nessa posição de significante do desejo Lacan compreende o falo como um lugar privilegiado. Esse lugar privilegiado se encontra à medida que é o falo que faz o falante torna-se sujeito, já que introduz o momento em que o desejo do Outro é inscrito no sujeito, pois é no momento em que o sujeito procura estruturar seu desejo como sendo o de ser o desejo do Outro que ele se depara com o desejo do Outro como tal, no que há de não correspondência revelando a falta estrutural. De acordo com Lacan:

Eis porque é o falo, no que ele representa a ascensão da potência vital, que assume um lugar, na ordem dos significantes, para representar o que é marcado pelo significante – o que, através do significante, é atingido pela caducidade essencial em que pode articular-se, no próprio significante, a falta-a-ser cuja dimensão o significante introduz na vida do sujeito. (LACAN, 1957-1958, p. 476)

Lacan diz que é da natureza do desejo ter um ponto de apoio que está no Outro. A forma como se dá esse ponto de apoio será a distinção presente na neurose histérica e na obsessiva. Para a histérica, o apoio de seu desejo se encontra na identificação com o outro imaginário; para o obsessivo, ele está na destruição do objeto de desejo, já que nele a condição absoluta do desejo se faz operante enquanto negação, retirada do Outro. Assim, o desejo do Outro não se estabelece como uma via de acesso para o desejo do sujeito, mas sim como o lugar “puro e simples” do

desejo. Como falamos anteriormente, o desejo do Outro é ao mesmo tempo lugar de origem do desejo e lugar de endereçamento do desejo de um sujeito.

Com a fórmula *o desejo é o desejo do Outro*, Lacan aponta o caráter evanescente do desejo, já que o desejo do sujeito está baseado na dificuldade fundamental de sua relação com o Outro, no ponto em que é essa a origem em que o significante institui o desejo. A partir desses pressupostos, Lacan chama a atenção para a articulação das funções imaginárias essenciais que estão no cerne da experiência analítica, sobretudo no papel da fantasia. Lacan define a fantasia como “[...] o imaginário aprisionado num certo uso de significantes” (p.421). A fantasia se faz como uma obra literária, que segue assim um determinado roteiro em que só aquele sujeito pode se colocar em cena, já que está fundamentalmente articulada ao significante. A fantasia então participa da ordem imaginária, que, independente de que ponto se articule, só interfere na economia do sujeito à medida que se apresenta em sua função significante como cadeia de significantes. De acordo com Lacan:

Sua característica é ser uma relação articulada e sempre complexa, um roteiro que pode permanecer latente por muito tempo num certo ponto do inconsciente, mas que, não obstante, é organizado – assim como um sonho, por exemplo, só é concebido quando a função significante lhe confere sua estrutura, sua consistência e, ao mesmo tempo, sua insistência. (LACAN, 1957-1958, p. 423)

Lacan aponta então, no que tange à fantasia, seu aspecto organizador do sujeito, um roteiro que segue uma determinada lógica, a lógica da cadeia de significantes que estrutura e organiza o sujeito. E será nesse sentido que, do ponto de vista teórico e clínico, quando se fala de regressão, fixação, ou da relação fundamental com o objeto oral, anal ou genital, está se falando de um certo estilo de demanda do sujeito. Se no nível da demanda podemos perceber um certo tipo de relação do sujeito com o objeto, será através da fantasia que essas relações ascendem ao caráter significante. Lacan qualifica como um ponto essencial, no processo de análise, o momento pelo qual essas relações regressivas, fixadas em determinados objetos ao longo da vida de um sujeito comparecem, pois elas dão notícia do momento da demanda em que se colocaram para o sujeito os problemas de sua relação com o Outro, determinantes para o seu desejo.

Ao seguir com suas elaborações ao longo do *O seminário, livro 5*, Lacan chegará a um dos pontos essenciais para se pensar a relação do sujeito com o objeto, sobretudo sobre o papel da fantasia, que está na passagem do amor por um objeto para a identificação com ele. Nesse

momento de sua elaboração, Lacan introduz a dimensão de objeto como objeto do desejo. Assim, o objeto que posteriormente será objeto *a*, está como objeto do desejo à medida que não há nada que consiga satisfazer o desejo, retornando ao objeto desde sempre perdido freudiano. O desejo como um para-além da demanda tem como objeto aquilo que é inapreensível e impossível de satisfazer. Por isso mesmo, o desejo não se esgota. À medida que o objeto *a* está como objeto do desejo, ele é também objeto da fantasia, pois é na fantasia que o sujeito tem acesso ao desejo des-velado.

Para tratar isso, Lacan retoma os três tipos de identificação distinguidos por Freud, que estão em: amor pelo objeto; introjeção do objeto; e identificação do objeto pela fantasia. A questão essencial que Lacan aponta está na passagem de um amor pelo objeto para a identificação subsequente com ele. Essa passagem só pode ser feita pelo caráter de uma regressão, em que há, no discurso do sujeito, a presença de significantes regressivos de relações anteriores com o objeto.

Lacan nos conduz, portanto, a dois horizontes de demanda, uma situada como demanda de satisfação, e aqui deparamos com todo o estudo freudiano sobre a inscrição no psiquismo da experiência de satisfação, e outra que, ao passar pela articulação com a linguagem, pelo plano do significante, torna-se demanda incondicional de amor. A inscrição da demanda como tal institui a demanda de amor. Segundo Lacan, esses dois tipos de demanda se relacionam:

[...] na medida em que a demanda sempre pede alguma coisa que é mais do que a satisfação a que ela apela, e que vai mais além disso. Daí o caráter problemático e ambíguo do lugar onde se situa o desejo. Esse lugar está sempre para além da demanda, considerando que a demanda almeja a satisfação da necessidade, e no aquém da demanda, na medida em que esta, por ser articulada em termos simbólicos, vai além de todas as satisfações para as quais apela, é demanda de amor que visa ao ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial – que o Outro dê o que está além de qualquer satisfação possível, seu próprio ser, que é justamente o que é visado no amor. (LACAN, 1957-1958, p. 418)

Será justamente no espaço entre o apelo pela satisfação e a demanda de amor que o desejo se localiza e se organiza. Por isso mesmo, o desejo estará sempre em uma posição dupla em relação à demanda, entre a demanda em relação a uma necessidade e a demanda instituída em termos de significantes.

Da mesma forma, ao tratar da clínica, Lacan localiza a ambiguidade entre a sugestão e a transferência, sendo que, da mesma forma que a demanda de amor surge sob o pano de fundo

da demanda de uma necessidade, esta última surge sob a sugestão. É no campo da sugestão que a transferência emerge, já que o analista, pela sua presença e por ser ali instituído como analista, já atende a uma demanda no plano da sugestão. Mas, ao mesmo tempo, a transferência é aquilo que faz com que a sugestão funcione, pois é à medida que se interpreta aquilo que provém da sugestão, e que só tem efeito pelo vínculo afetivo por meio de uma demanda sugestiva, que se opera não na sugestão, mas na transferência. A transferência é, então, uma outra possibilidade de articulação significativa, diferente do que está posto na demanda no plano da sugestão, já que ao mesmo tempo é diferente do uso de um poder.

Aqui se apresenta a dimensão da identificação; é na linha da sugestão que se faz a identificação em sua forma primária, a identificação com as insígnias do Outro, com o sujeito a quem é demandado, que pode satisfazê-la ou não satisfazê-la. E é por isso mesmo que na transferência, sob o pano de fundo da sugestão, a regressão faz o ritmo da análise, pois ela se apresenta como uma articulação significativa. Se a identificação é regressiva, e se essa regressão comparece em análise, é por permanecer em nível de ambiguidade que essas duas linhas, a da sugestão e a da transferência, são mantidas distintivamente em análise. O que faz com que permaneçam distintas está em “nunca ratificar a demanda como tal” (p.442).

Segundo Lacan, “[...] tudo o que nos é pedido é que não favoreçamos essa confusão por nossa presença ali como Outro” (p.442). Mesmo que a regressão esteja presente na análise e se apresente para que o analista possa se servir dela, ela não se encontra como o objetivo da ação, mas sim como o desvio. Será nesse sentido que Lacan irá pontuar que o que resiste dessa operação, o que faz com que o sujeito não se deixe ser tomado pela sugestão independente da confusão em que é colocado, está no desejo de ter seu próprio desejo. É pela via do desejo que a análise mantém em linhas distintas transferência e sugestão, é pelo próprio caráter do desejo que o sujeito não se é tomado pela sugestão. Também, é pelo caráter do desejo que o analista, como portador do desejo do analisado, não cede da transferência à sugestão. A questão que se coloca é o que se encontra nesse intervalo entre essas duas linhas. De acordo com Lacan, ela está no paradoxo do desejo, à qual o neurótico está de forma privilegiada aberto.

Aqui, marca-se a identificação pela fantasia, em que o sujeito se identifica com os traços, insígnias em que seu desejo se fixa no que se apresenta do outro. No campo imaginário, em que se encontra o objeto fantasístico, o outro imaginário aparece para permitir que o sujeito não se depare com o problema do neurótico, o colapso do desejo, à medida que ele é tomado em suas nuances pela identificação. Esse colapso do neurótico está em se deparar com o desejo como tal, na falta que o desejo introduz quando não há resposta do Outro para a demanda do “que ele

quer de mim?”. É intolerável ao sujeito ser a todo momento o que o Outro quer; ao passo que é intolerável ser ele mesmo, por ser ele mesmo *nada*, é preciso que o sujeito tenha um suporte para sustentar essa tensão. Esse suporte será justamente a identificação do sujeito com o objeto de desejo na fantasia, o objeto *a*. Para evitar o colapso do desejo ao se deparar com o desejo como tal, o sujeito através da fantasia identifica-se com algum traço que venha do outro e que se encaixe em sua fantasia fundamental. É aqui que o falo fantasístico comparece, como o significante do desejo, e o objeto *a*, como o objeto do desejo.

NO seminário, Livro 6: *o desejo e sua interpretação*, Lacan diz:

Na medida em que o sujeito é desejo, ele se vê ante a iminência da relação castradora. O que dá à posição desse sujeito seu suporte é, como lhes disse, o objeto na fantasia, que é a forma mais acabada do objeto. (LACAN, 1958-59/2016, p. 397)

Indica, portanto, que o sujeito só pode se tornar sujeito pelo desejo, no âmbito em que se identifica com o objeto *a* na fantasia; é somente na medida em que ele está frente à castração iminente que ele está em relação com esse objeto. O ser, ao identificar-se com o *a*, com o objeto posto pela fantasia, adquire suporte enquanto sujeito, já que o *a* é suporte do desejo e, ao mesmo tempo, do sujeito.

À medida que “não há sujeito senão para um sujeito” (p.398), o Outro é tomado como sujeito no ponto em que ele é posto em relação à demanda, podendo jogar ou não um certo jogo. Logo, de acordo com Lacan, o sujeito poderá emergir pelo desejo enquanto o Outro for colocado como sujeito, pois há de se fazer reconhecer não como demanda, mas sim como sujeito. Outro no lugar do sujeito não é entendido pela formulação lacaniana como o campo da intersubjetividade, mas sim na medida em que o Outro é situado como lugar de endereçamento, que já é, de início, o lugar de origem, fazendo com que a dialética do desejo e da demanda possa operar. Fazer-se reconhecer como sujeito está em se fazer sustentar no lugar do objeto *a*, através da identificação com *a*. Segundo Lacan:

É na medida em que o Outro é um sujeito enquanto tal que o sujeito se instaura e pode instituir a si mesmo como sujeito numa nova relação com o Outro, a saber, que nesse Outro, tem de se fazer reconhecer como sujeito – já não como demanda, já não como amor, mas como sujeito. (LACAN, 1958-59/2016, p. 398)

Assim, só é possível fazer-se reconhecer como sujeito, bascular na dialética entre demanda e desejo, enquanto o sujeito no seu lugar no Outro, depara-se com a falta imposta pelo

significante, que é a marca do objeto como tal. É a falta, o furo do significante, que faz com que o sujeito não suporte estar encerrado no lugar da demanda, assim como também não suporta situar-se no lugar do seu próprio desejo. Para Lacan, o objeto *a* é algo que “[...] está submetido à condição de expressar a tensão última do sujeito, aquela que é o resto, aquela que é o resíduo, aquela que está à margem de todas as demandas e que nenhuma dessas demandas pode esgotar” (p. 399-400). Isso representa o fato de o sujeito não poder se situar no desejo, sem se castrar, já que não existe Outro do Outro, isto é, um significante que garanta uma série fechada de significantes.

Todo esse percurso leva Lacan a dizer que “[...] o caminho que o sujeito trilha para recuperar a sua vida vai, em todo caso, lhe apresentar o que ele consente em perder, a saber, o falo.” (p.400). Marca, assim, que a dialética demanda-desejo está como a forma de sustentar a sua identificação com *a*, enquanto possibilidade da emergência de um sujeito a partir do deslocamento do falo como objeto *a* inserido na fantasia.

Seguiremos, agora, para outro momento da teoria lacaniana em que o objeto *a*, após todas as elaborações nos *Seminários 5 e 6*, desloca-se do objeto do desejo para o objeto causa de desejo. Podemos dizer que há três dimensões possíveis em que Lacan situa o objeto *a*; o *a* como objeto do desejo, o *a* como suporte do desejo, e o *a* como causa do desejo. Identificamos que, desde o início, Lacan para pensar o objeto *a* toma de Freud o objeto desde sempre perdido como um objeto metonímico, algo que é procurado como satisfação, mas que se desloca incessantemente. Logo, esse objeto passa a ser pensado como objeto do desejo, objeto que está posto ao sujeito pelo desejo, objeto que é privilegiadamente a essência da fantasia. O sujeito identifica-se com o objeto *a* presente na fantasia, fantasia essa que surge pela inscrição do desejo. Mas, logo adiante, esse objeto desloca-se para objeto causa de desejo; Lacan pontua que o objeto *a* está por trás do desejo, passando a ser o objeto sem o qual o desejo não pode existir. Veremos agora como Lacan faz essa passagem.

3.2 O Objeto Causa de Desejo

Apontamos ao longo deste trabalho o papel que o objeto *a* desempenha no campo psicanalítico, contribuindo para uma elaboração sobre o sujeito. Assim como foi elaborado por Freud e como destacamos no capítulo anterior, a vida psíquica só é possível através da primeira experiência de satisfação, que tem como resto o objeto desde sempre perdido. Experiência que é tomada como mítica. O que resta dessa experiência, e que fará com que o sujeito se ligue aos

objetos e ao mundo a sua volta, será a tentativa de um reencontro com esse objeto enquanto resto dessa operação. É pela relação do sujeito com o objeto desde sempre perdido que, ao mesmo tempo que produz desejo, enquanto aquilo que o faz se vincular com o mundo exterior, se faz como representante da falta estruturante, já que se trata de algo que esteve presente, mas que permanece desde sempre faltoso na economia psíquica.

Lacan, a partir da leitura de Freud, vai tomar o objeto desde sempre perdido como o objeto *a* em seu ensino. E, mais ainda, vai estabelecer a relação do objeto *a* como o objeto causa de desejo, partindo do ponto em que ele se articula à angústia. Encontramos, ao longo dos seminários de Lacan, a construção das dimensões que o objeto *a* implica na teoria psicanalítica e sua relação direta com o sujeito no ponto em que ele é ao mesmo tempo: objeto do desejo, objeto causa de desejo, suporte do desejo. Mas será *no seminário, livro 10: a Angústia*, de 1962-1963, que ele reservará um espaço maior para fazer uma revisão do status do objeto, o que implica dizer que qualquer objeto só surge à luz de *a*. A maior manifestação de *a* e a implicação de seus efeitos são encontrados na angústia. É pela via da angústia enquanto sinal, assim como assinalou Freud, que se pode verificar a relação do sujeito com o objeto *a*, do sujeito barrado – sujeito dividido pelo objeto. A angústia se manifesta no momento em que o sujeito se depara com sua divisão.

A justificativa para o uso da expressão *objeto a* está justamente no uso metafórico que ele implica, para dizer da relação do sujeito com o objeto como tal, isto é, ele traduz metaforicamente a relação do sujeito com aquilo que o causa e que é ao mesmo tempo inapreensível. Segundo Lacan, “ela é como que um fio destinado a nos permitir reconhecer a identidade do objeto nas diversas incidências em que ele nos aparece” (p.98). Ele é ao mesmo tempo usado para falar da função geral da objetividade no campo do humano, justamente no ponto em que é impossível obter alguma definição. Isto é, trata-se mais da dimensão simbólica do objeto do que uma tentativa de nomeação pautada pelo campo do imaginário. O uso lacaniano do *a*, para dizer do campo desse objeto, é segundo ele um uso humorístico para traduzir aquilo que não temos mais. Esse humor está no jogo de palavras entre o *a* do objeto e o *a* do verbo *avoir* em francês, língua de Lacan. Esse *a* do verbo desaparece na construção de “*c’est ce qu’on n’a plus*”, que se traduz por “é o que não se tem”, indicando o que não temos mais e que, portanto, já se teve, por isso ele está excluído da significação. Isto é, só é possível dizer dele por não se ter mais, ao passo que na própria frase ele é excluído.

Será nesse sentido que Lacan vai apontar a relação da angústia com o objeto. Considerando que *ela não é sem objeto*, vai dizer que o objeto *a* não é o objeto da angústia, mas

ela não pode ser se ele não estiver. Assim como *ela não é sem objeto*, temos a relação do sujeito com o falo, que, para Lacan, assume na dinâmica psíquica uma das formas do objeto *a*, *ele não é sem tê-lo*. O *não é sem* traduz a dimensão do objeto *a* como tal, na medida em que é pela dimensão de não ser que a relação de ter o objeto comparece. Mas lá onde o sujeito é, em outro lugar, “isso não se vê”, o objeto desaparece. Será nesse aspecto de não existir, que indica ao mesmo tempo uma existência outra, que Lacan situa o objeto *a*.

Isso se presentifica também na dinâmica da identificação, como discutimos no tópico anterior. O que faz com que o sujeito se identifique com o objeto, com o objeto de amor, está na tentativa de se encontrar nesse objeto, que assume sua função como objeto *a*, sendo possível somente através do espelho do Outro. É nesse encontro com o objeto marcado pela angústia que se tem o sinal de que comparece o *a*.

Sendo assim, encontramos no objeto *a*, segundo Lacan, a única tradução subjetiva da angústia. Nesse seminário, vemos, também, que Lacan desloca o objeto *a* como objeto do desejo para o objeto causa de desejo. A respeito da causa do desejo, Lacan nos chama a atenção para a noção de causa que está implicada nessa formulação, já que o objeto causa não está à frente do desejo, mas sim, atrás. Segundo ele:

Para fixar nossa meta direi que o objeto *a* não deve ser situado em coisa alguma que seja análoga à intencionalidade de uma noese. Na intencionalidade do desejo, que deve ser distinguida dele, esse objeto deve ser concebido como a causa do desejo. Para retomar minha metáfora de há pouco, o objeto está *atrás* do desejo. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 114-115)

Da mesma forma que, para Freud, o objeto e o alvo do desejo não se encontram em um mesmo lugar, o objeto causa de desejo não se encontra no alvo do desejo, já que se furta à captação. O objeto é em sua essência escorregadio, escapa a qualquer compreensão, justaposição, em que ele possa ser inserido no campo da gnoseologia. Na dimensão topológica, Lacan vai defender que há no campo do objeto uma “intricação” entre interior e exterior, indicando que o objeto se encontra no nível exterior, mas que ele só pode se ligar a algo que está no nível do interior do corpo, que é justamente a satisfação. Assim, Lacan situa o *a* em “um exterior de antes de uma certa interiorização” (p.115), e será a partir dessa ideia que o objeto se faz causa. Será pela via do espelho onde se encontra o Outro, isto é, a partir da introdução da dimensão do Outro, o sujeito capta o objeto identificando-se, constituindo-se a partir dele.

Para ilustrar essa ideia, Lacan aponta o objeto fetiche como o que causa o desejo, a condição por meio da qual se sustenta o desejo para o fetichista, expondo assim a “precessão essencial” em que está o objeto *a*. Para tratar disso, Lacan aponta o que está em jogo na cena entre o desejo masoquista e o desejo sádico, no ponto em que se trata substancialmente da relação do sujeito com o *a*. Segundo ele, o desejo sádico está na divisão, na dissociação que ele pretende introduzir em outro sujeito, impondo algo de intolerável, isto é, sua existência em relação à sua angústia. Ele deseja alcançar o limite fazendo aparecer no sujeito a sua divisão, a “[...] hiância entre a sua existência de sujeito e o que ele sofre, aquilo de que pode padecer em seu corpo” (p. 117), ao passo que é desconhecido a ele próprio. De acordo com Lacan: “[...] o que o agente do desejo sádico não sabe é o que procura, e o que ele procura é fazer-se aparecer, ele mesmo, como puro objeto, fetiche macabro [...]” (p. 118). Logo, o desejo sádico está em se fazer aparecer *a* para o outro.

A partir disso temos a posição masoquista, que busca substancialmente a identificação com o objeto comum, o objeto de troca. Ele almeja identificar-se com o *a*, e será na incorporação do masoquista com *a*, que o desejo sádico se realiza, pois ele introduz justamente a angústia que a dimensão de *a* introduz no outro, e que é ao mesmo tempo o alvo da identificação por ser a causa do desejo masoquista. Esse jogo leva Lacan a dizer que reconhecer-se como objeto de desejo está sempre em uma posição masoquista, e que esse objeto como causa de desejo, enquanto objeto *a*, traduz a dimensão do “objeto sem o qual não há angústia” (p.116).

Lacan defende, portanto, que o desejo e a lei são a mesma coisa para pensar a função do masoquista em relação ao objeto *a* como estruturante na dimensão do desejo. A lei e o desejo são idênticos no ponto em que seu objeto lhes é comum. E mais ainda, é pela lei que o caminho do desejo é traçado. Lacan retoma a origem do Édipo para exemplificar essa relação. É pelo desejo do pai pela mãe que a lei de interdição é criada, a lei se faz, portanto, impondo um desejo. É através da proibição do desejo que a lei impõe desejá-la, já que a mãe, o que é utilizado como objeto do desejo, não é por si só o mais desejável.

Aqui, concretiza-se a função daquilo a ser tomado como objeto de desejo em sua menor importância, já que é o que há de mais variável. O que se presentifica é a função do objeto de desejo como objeto *a*, causa de desejo, objeto sem o qual não há angústia, e ao mesmo tempo suporte do desejo por se tratar do objeto de identificação na fantasia. A relação que Lacan estabelece com o masoquista, é que quando desejo e lei estão juntos é do desejo do Outro que se produz a lei. Um dos efeitos dessa operação é que o próprio masoquista aparece na função

de dejetos, daquilo que há de mais imundo, deplorável e miserável. E essa é também a própria dimensão do objeto *a* como tal, do objeto *a* subvertido à sua função de ágalma.

Uma outra dimensão destacada por Lacan está nas possibilidades estruturais do objeto *a* como falta. Reconhecer-se como objeto do próprio desejo está em uma posição masoquista, mas essa posição se faz, na cena, isto é, no jogo com o desejo sádico. Quando não se está mais na cena, quando se procura identificar no Outro qual a sua questão, o sujeito depara-se com a falta. O objeto se liga a sua falta necessária naquilo que é mais constitutivo do sujeito, na sua formação no lugar do Outro.

Isso implica dizer que uma das dimensões do fazer análise, dos contornos que o desejo do analista faz presentificar com cada sujeito mediante a transferência, está em fazer com que o sujeito saia da cena e encare o seu lugar de origem no Outro. Fazer sair da cena implica reconhecer e se reposicionar diante do se fazer como objeto de desejo do Outro e se ver constituído pelo desejo do Outro. Fazer essa passagem em análise é fazer com que o sujeito se depare com a angústia, com a angústia que o sinaliza para o lugar faltoso de sua constituição. Segundo Lacan: “é a partir do Outro que o *a* assume seu isolamento, e é na relação do sujeito com o Outro que ele se constitui como resto” (p.128).

Lacan considera essa falta como radical, “[...] radical na própria constituição da subjetividade [...]” (p. 149), pois ela se situa como um tipo irreduzível de falta que marca qualquer possibilidade concebível de reflexão sobre nossa condição. Segundo ele:

Esse ponto, convém dizer, comporta o suficiente de insustentável para que tentemos incessantemente contorná-lo. É um fato de duas faces, sem dúvida, quais sejam, que no próprio esforço de contorná-lo só fazemos desenhar mais seu contorno, e que, à medida mesma que nos aproximamos dele, somos sempre tentados a esquecê-lo, em função da própria estrutura representada por essa falta. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 150)

Uma verdade que, segundo ele, pode ser tirada dessa condição é que todo “tormento” que há na relação do sujeito com o Outro, no lugar de toda simbolização e de articulação de discurso, liga-se a um “vício estrutural”. É essa impossibilidade incessante que a falta introduz na relação do sujeito com o Outro que possibilita a existência do significante, visto que esse lugar de existência diz justamente do ponto em que o significante não pode ser significado. Lacan situa esse ponto como o ponto “falta-de-significante”, já que diz de uma falta que o símbolo não supre, de uma falta da qual o símbolo não tem como se prevenir. E é da própria

natureza do significante manter esforços para anular esse vestígio, evitar com que o sujeito se depare com a angústia, com a falta como condição impossível de simbolizar. O objeto *a* assume então a função metonímica desse significante.

Ao retomar a relação do masoquista e do sádico, que de maneira exemplar colocam como o desejo e a lei são tomados como a mesma coisa para o neurótico, Lacan vai dizer que o que o masoquista busca é sobretudo a angústia do Outro. É desde sempre claro ao masoquista que é o Outro que goza. E o que ele acredita buscar é o gozo do Outro. Mas o que lhe escapa, para o qual Lacan chama a atenção, é a busca pela angústia do Outro, no ponto em que a angústia se situa como a manifestação do desejo do Outro. Logo, é da busca pelo desejo do Outro que se trata. Nesse ponto, Lacan retoma as passagens de Freud que dizem que a angústia se apresenta como um sinal no eu, sinal de que algum perigo interno se apresenta. Mas, levando em consideração toda essa lógica, Lacan vai dizer que esse sinal não é de perigo para o eu, mas sim:

[...] é para que o sujeito seja avisado de alguma coisa, a saber, de um desejo, isto é, de uma demanda que não concerne à necessidade alguma, que não concerne a outra coisa senão meu próprio ser, isto é, que me questiona. Digamos que ele me anula. Em princípio, não se dirige a mim como presente, dirige-se a mim, se vocês quiserem, como esperado, e, muito mais ainda, como perdido. Ele solicita minha perda, para que o Outro se encontre aí. Isso é que é a angústia. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 169)

É do ponto em que o desejo do Outro não me reconhece que podemos articular a função de *a*, como objeto sem o qual a angústia não pode existir, e objeto causa de desejo. O objeto causa de desejo aponta toda a problemática da busca pelo desejo do Outro, pois coloca que não há Outro do Outro, que o Outro não tem resposta. Isso faz com que o sujeito não exista, pois não há possibilidade de reconhecimento, consideração, mas sim uma anulação. Ao passo que não há reconhecimento do Outro, não há também desconhecimento, e isso faz com que esse questionamento venha sobre a raiz do próprio desejo como *a*, não como objeto de desejo, mas sim como causa desse desejo. A angústia aponta para o desejo primordial do desejo do Outro, que faz com que o eu desapareça. E, segundo Lacan, “[...] por ser isso que ele visa, numa relação temporal de antecedência, não posso fazer nada para romper esse aprisionamento, exceto nele me engajar” (p. 170).

Segundo Lacan, essa dimensão está posta na análise por meio da transferência, produzindo nos sujeitos essa dimensão de expectativa, direcionamento ao Outro que é ao mesmo tempo deparar-se com a falta.

A respeito do lugar da falta, Lacan no *seminário, livro 6: o desejo e sua Interpretação*, de 1958-1959, vai dizer que ela se encontra presente no impossível da satisfação que o desejo impõe ao sujeito. Ele aponta que o que há de maior frequência na clínica, indicando a condição do sujeito como tal, está no receio de se satisfazer. Não satisfazer o desejo é, para o neurótico, não se ver na dependência do outro. Essa dependência faz com que o sujeito, na fantasia, se afaste da sua satisfação justamente no ponto em que o satisfazer pelo outro revela a sua própria divisão. Assim, frente ao objeto *a*, que na fantasia se coloca pela via do outro, há “desvanecimento do sujeito” marcando aquilo que Lacan traduz por “uma umbilicação do sujeito no nível de seu querer” (p. 119). Essa umbilicação, Lacan remete ao umbigo do sonho, que para Freud ganhou o status de desconhecido, justamente por ser o ponto de articulação de todos os significantes, um impasse essencial. Assim, o querer que assume a sua forma para o sujeito a partir de seu desejo, revela em sua condição o desconhecimento próprio da marca do significante.

Segundo Lacan, “o *a* é o objeto essencial em torno do qual gira a dialética do desejo” (p. 335). É da própria condição da impossibilidade do *a*, que assume a forma da impossibilidade da satisfação e do esvanecimento no querer, que se conserva o objeto de desejo. Compreendemos aqui que o deslocamento do objeto que assume a função de *a* no campo do humano se faz necessário para que se possa manter o frágil equilíbrio do desejo, ao passo que se coloca como um modo de simbolizar metonimicamente a satisfação. O objeto *a* assume a sua forma em relação ao outro presente na vida do sujeito por meio do deslocamento, remetendo-nos ao que Freud definiu como o status do objeto enquanto o de menor importância, já que ele só pode presentificar-se em sua relativização com o sujeito. Segundo Lacan:

Esse outro que o objeto do desejo é cumpre uma função que define o desejo nessa dupla coordenada que faz com que ele não vise – não, não vise mesmo – ao objeto de uma satisfação de necessidade, mas um objeto já relativizado, quer dizer, posto em relação com o sujeito, e nomeadamente o sujeito presente na fantasia. (LACAN, 1958-1959/2016, p. 335)

A respeito da fantasia, Lacan vai relacioná-la à função do desejo, ela está a serviço do desejo. Segundo ele, o sujeito existe na fantasia, e o objeto, que só se faz objeto causa de desejo

por compor a fantasia, assume o lugar daquilo que o sujeito está desprovido simbolicamente. Na fantasia o objeto assume o lugar do falo, aquilo de que o sujeito só poderá simbolizar metonimicamente. Segundo ele: “é disso que o objeto tira a função que tem na fantasia, e que o desejo, com a fantasia como suporte, se constitui.” (p. 336). Será nesse sentido que Lacan vai dizer que o *a* é o suporte do sujeito quando ele “fraqueja na sua certeza de sujeito” (p. 393). Ele fraqueja ao se designar como sujeito no ponto em que será no Outro que ele irá procurar o lugar de seu desejo. Mas será na condição de falta, que está posta nessa relação, que ele irá deparar-se com sua dimensão fraquejante, por ter que pagar com sua castração. Isso já estava em Freud quando ele descobriu que a castração comparece sempre que algo do desejo enquanto tal se revela claramente. Logo, o *a* se faz enquanto causa do desejo, tendo como efeito a castração, já que será ele que causa o desejo e que faz compor a fantasia sustentando o desejo.

Na medida em que o sujeito se encontra na castração iminente, a relação com o objeto *a* comparece. Por isso mesmo, o objeto *a* na dimensão da fantasia se faz como suporte do desejo. De acordo com Lacan, o *a* do objeto é a “tensão última” do sujeito, que tem por função expressar sempre, enquanto existir, o que está em jogo na sua relação com o Outro. Segundo ele:

O sujeito estará historicamente envolvido por todas as suas experiências com o Outro, o Outro materno nesse caso, mas nada disso tudo poderá esgotar a falta que existe no nível do significante enquanto tal, que é o nível em que o sujeito tem de se situar para se constituir como sujeito e se fazer reconhecer pelo Outro. (LACAN, 1958-1959/2006, p. 399)

Para Lacan, portanto, “o sujeito é o desejo” (p.397), na medida em que ele tem que se identificar com objeto *a* na fantasia. Se o sujeito é o desejo, podemos dizer que o sujeito é *a*, suporte do desejo. Isso nos ajuda a pensar por que, no percurso da elaboração de Lacan, o objeto *a* veio sendo apresentado em suas diferentes formas: objeto do desejo; objeto causa do desejo; e suporte do desejo.

Portanto, compreendemos que *nO seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, de 1957-1958/1999, Lacan começa abordar o objeto *a* como o objeto do desejo. *NO Seminário, livro 6: o desejo e sua Interpretação*, de 1958-1959/2016, Lacan irá trabalhar com a dimensão do objeto *a* como suporte do desejo, relacionando-o com a identificação do sujeito com *a* através da fantasia. Essa operação se realiza pela dialética que se abre no campo do humano entre demanda e necessidade. Mas, com o desenvolvimento de sua teoria, Lacan passa a compreender que apontar *a* como objeto do desejo implicaria colocá-lo à frente do desejo, como a finalidade do desejo. Será nesse sentido que Lacan irá subverter, *nO Seminário, livro 10: a angústia*, de

1962-1963, o objeto do desejo em objeto causa do desejo, no que faz emergir o desejo, sem o qual o desejo não pode existir,

Portanto, o *a* se faz como resíduo dessa condição do sujeito, que está ao mesmo tempo à margem de todas as demandas inesgotáveis, pois é o suporte da falta que se tem na constituição do sujeito no lugar do Outro. Esse será, segundo Lacan, o âmago da função do objeto *a* no desejo, na medida em que se faz presente pela própria condição de o sujeito não poder se situar no desejo sem se castrar. Sendo assim, o objeto *a* é causa de desejo ao mesmo tempo em que faz sustentar o desejo, por ser ele o resultado que opera da marca da dimensão do significante, que funda o inconsciente.

3.3 Da Dialética do Desejo

A partir das noções acima apresentadas podemos retomar as questões que iniciaram este capítulo, sobretudo o que Lacan aponta como dialética do desejo. Lacan retoma o termo dialética ao longo da construção de seus seminários para dizer que uma das formas de o desejo se apresentar no campo do humano se dá por meio de dialéticas. Encontramos sempre, na obra lacaniana, a dialética como operação que constitui o campo do sujeito, como a dialética do desejo, do sujeito, etc. Mas, de acordo com Lacan, a dialética pode ser entendida como “[...] operações da classificação do sujeito em sua dependência significante ao lugar do Outro” (LACAN, 1964/2008, p. 202). Sendo assim, a dialética aponta para a primazia do Outro tomado como lugar onde se situa a cadeia significante para que, a partir daí, o sujeito possa emergir, tendo em vista que esse é, também, o lugar onde se manifesta essencialmente a pulsão.

A dialética do desejo, conforme foi trabalhada ao longo desta dissertação, diz da balança entre a demanda e o desejo que está posta para que o ser se torne sujeito. Compreendemos, até o momento, que há sempre algo de insuportável para o sujeito se fixar seja na demanda em que há uma prevalência do Outro, seja desejo, em que o sujeito toma como primazia o engano fundamental da necessidade. Pelo contrário, é preciso estar sempre em uma dialética, circulando nesses dois lugares. Mas, ao mesmo tempo em que opera a dialética entre desejo e demanda, segundo Lacan aponta, existe outra dialética que é central ao sujeito; ela está na implicação/articulação entre a alienação e a separação, noções trabalhadas *no seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, de 1964.

Lacan vai pensar que, da mesma forma que não se produz sujeito sem estar em uma dialética do desejo e da demanda, não se forma sujeito sem passar pela dialética da alienação-

separação. É por meio desta que há, conforme Lacan, a passagem ao campo do sujeito, por meio da dependência significativa ao lugar do Outro, revelando assim uma hiância nessa relação, já que se trata de um processo dissimétrico, sem reciprocidade. Sendo assim, a emergência do sujeito só será possível a partir do momento em que ele se vê aparecer no campo do Outro. Segundo Burgarelli (2000), “O sujeito tem que se excluir daquilo que num primeiro momento ele é” (p.71).

A alienação, segundo Lacan, é um processo que no campo da matemática aparece como reunião, e segundo ele: “[...] há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um, nem outro*” (p.206). A alienação é, então, a reunião entre o ser, que é o sujeito, e o sentido, como Outro. O que há nessa reunião entre o ser e o Outro é um *vel* enquanto *nonsense*, que pode aparecer ao mesmo tempo como exclusão, indiferença e escolha forçada. Todos eles apontam para um mesmo caminho que, segundo Lacan, é essencial para pensar o momento da alienação: que só há uma opção para emergir como sujeito, através do Outro. A alienação é, então, o significante com que o sujeito barrado se identifica para apresentá-lo para outro significante, já que “[...] um significante é o que representa um sujeito para um outro significante” (p.203).

É somente pela alienação ao Outro que há uma possibilidade de emergência do sujeito no recobrimento de duas faltas, que é a condição de que o ser do sujeito dispõe para lidar com a inscrição da falta. Essa falta aponta para a impossibilidade de o sujeito ser inteiramente representado no Outro, tendo em vista, da mesma forma, há também a contingência do Outro, que não é completo. Segundo Lacan:

Uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro – há muito tempo que eu lhes disse que era a mesma coisa – essa dialética passa pelo seguinte: que aí ele não é respondido diretamente. É uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte. (LACAN, 1964/2008, p. 210)

Esse recobrimento das duas faltas aponta para outro processo que ocorre sempre ao mesmo tempo – a afânise, a separação – tomado nesse escrito como o desaparecimento do sujeito, *fading*, já que se trata de um sujeito dividido. Só podemos falar do sujeito, enquanto dividido, em seu desaparecimento. Para tratar da afânise, Lacan aponta aquilo que se tem tomado no campo psicanalítico como representante representativo, ou representante da representação. Segundo ele, no campo do desejo, aquilo que é recalcado não é o representante,

a significação do desejo, mas sim o seu representante representativo. Isso implica dizer que o desejo não é localizável, não é significado, mas sim, que ele só pode comparecer em um intervalo, intervalo entre significantes; intervalo este em que se localiza o sujeito, isto é, a não definição de um lugar por se tratar da falta, do desaparecimento da alienação.

O sujeito vai emergir, então, na passagem do significante unário, S1, o primeiro significante da cadeia de significantes que surge no campo do Outro, para o segundo significante da cadeia, S2, significante binário, isto é, no intervalo em que um representante o representa para outro representante. O efeito de afânise, o seu desaparecimento, encontra-se nesse intervalo. Segundo Lacan: “donde, divisão do sujeito – quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como *fading* como desaparecimento” (p. 213). Quanto a esse significante binário, Lacan o situa no recalque originário de Freud, considerando o que se perde, pelo segundo, em relação ao primeiro.

Por meio da relação alienação-separação, Lacan explicita o que pode depreender-se para a questão do desejo. O desejo será, então, aquilo que emerge no intervalo dos significantes, justamente no ponto de desconhecimento, de perdição do sujeito. Segundo ele:

É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, do que ele intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. (LACAN, 1964/2008, p. 213-214)

Sendo assim, é no intervalo entre o traço unário e o representante representativo do significante binário que o desejo marcado no discurso do Outro é tomado. Por isso mesmo, o desejo não tem um representante, não há como situar o desejo no campo do humano por um viés, já que ele só pode emergir pelo seu desaparecimento. Será nesse movimento que o sujeito “[...] retorna então ao ponto inicial, que é o de sua falta como tal, da falta de sua afânise” (p. 214).

A afânise do sujeito é a marca da sua condição de falta, que, por sua condição de desconhecimento, faz com que o sujeito tome como algo seu, algo de sua necessidade, o representante representativo do significante binário, no lugar de seu desejo. Será nesse sentido que Lacan localizará o efeito libertador da análise, que se encontra substancialmente em fazer com que o sujeito se liberte do efeito de desaparecimento do significante binário, isto é, fazer

furo naquilo que ele acredita ser sua essência, já que não é possível ter. Não é possível ter no ponto em que o significante que o representa para outro significante é um representante representativo, e não um significante de uma ordem constitucional. Podemos dizer que o trabalho da análise seria fazer furo, desbancar a supremacia determinante do Outro, sem ao mesmo tempo ter que destruí-lo, já que é somente no lugar do Outro que o sujeito pode emergir.

Podemos então concluir que Lacan, em sua retomada da teoria freudiana, situa o desejo como central para os fundamentos da Psicanálise, a partir da noção de que será pela via do desejo que o sujeito pode emergir. Com esta dissertação, podemos defender, portanto, que a via do desejo, conforme tomada por Lacan, abre o campo da dialética, dialética estrutural para a emergência do sujeito. O sujeito estará sempre na dialética, não restrito à demanda, e não restrito ao desejo; da mesma forma, não estará preso à alienação ou à separação. Mas sim, estará circulando, basculando entre esses dois lados, até mesmo porque o que se sabe do desejo em si é somente o seu desconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que ela [investigação analítica] comporta de estouvamento, confusão e instabilidade, mesmo em seus princípios, tudo o que nossa prática contém de equívoco, na qual sempre encontramos tudo o que gostaríamos de evitar, a saber, a sugestão, a persuasão, a construção, até a mistagogia, todas essas contradições no movimento analítico não fazem senão acusar melhor a especificidade da coisa freudiana. A coisa freudiana é o desejo. (LACAN, 1958-59/2016, p. 384)

Como foi apontado por Lacan, o desejo se encontra como a base central em que se estruturam os fundamentos psicanalíticos, que fazem operar a causa analítica. Esses fundamentos, por sua vez, são indissociáveis ao funcionamento da clínica psicanalítica, já que eles emergiram desde a primeira escuta a que Freud, ao ocupar o lugar do analista, se dedicou. O desejo, então, pode ser pensado como o eixo primordial a partir do qual todos os conceitos fundamentais da Psicanálise se estruturam, e, por ser assim, possui sua importância basilar para todo trabalho que se diz ser psicanalítico.

É nesse sentido que propus como a problemática desta dissertação a noção de desejo em sua relação com o objeto *a*. Ao voltar para os fundamentos da clínica psicanalítica, o percurso que foi se tomando ao longo deste trabalho incidiu sobre a relação do desejo com o objeto *a*, já que o desejo mantém com esse objeto a sua determinação. Essa determinação só é possível pela relação que o sujeito estabelece com o *a*, permitindo Lacan, ao retomar o que é central na teoria freudiana, pensar o objeto *a* em suas três funções essenciais, que permitem ao ser sua fundação desejante. São elas: como objeto do desejo, como suporte do desejo e como causa do desejo.

Ao chegar ao fim desta dissertação, vemos que este percurso, mais do que respostas, nos permitiu formular algumas questões a respeito dessas relações. Por mais que seja um movimento contrário à proposta de um trabalho acadêmico, chegar ao final e evidenciar as questões, e não as certezas, esse fato nos diz da própria natureza do objeto de estudo com que nos propusemos trabalhar. É nesse aspecto de “des-velar”, e não revelar, que algo do desejo pode ser apreendido, por meio da própria subversão que ele faz nesse lugar da certeza e da razão, até mesmo da produção acadêmica. Portanto, mediante a própria impossibilidade de apreensão desse objeto, temos condições agora de retomar alguns pontos que foram marcantes nesta dissertação, com vistas a estabelecer algumas balizas ao tratar desse tema, para que, ao final, seja possível pontuar as questões que a partir deste percurso se mantêm em aberto.

A primeira delas é de que sujeito se trata no discurso analítico. Para colocá-la em pauta, retomamos, no primeiro capítulo, toda a construção do sujeito na filosofia moderna, por meio da invenção do método cartesiano. Esse método objetivou elaborar as formas de conhecer para que não houvesse engano. A fundação do eu, marcando a ciência moderna, se fez, portanto, para que o humano não estivesse fadado ao engano de seus sentidos no processo de conhecimento. Freud construirá sua teoria sobre esses pilares, já que foram os recursos de que dispunha em sua época. Mas, ao marcar que há uma divisão subjetiva, que o sujeito da razão não tinha controle sobre si mesmo, pois havia a determinação do inconsciente, o eu se subverte em seu lugar de razão, não sendo mais possível sustentar a soberania desta.

Lacan irá pontuar que esse passo de Freud está em consonância com o método de Descartes, no ponto onde os dois autores afirmam o *Eu penso* como a possibilidade que o sujeito tem para existir. Por isso, ele pontua que o sujeito da Psicanálise é o mesmo que o da ciência, mas que, diferente de Descartes, Freud institui que há algo que pensa no sujeito, o pensamento provém de um lugar que é o inconsciente. Não há certeza, determinação, razão para o pensamento, mas sim a radicalidade de uma lógica que é inconsciente. Por isso mesmo, o sujeito está subvertido quando se põe no lugar da razão. Essa subversão levou Porge (2014) a dizer que o “sujeito é símbolo do nada” (p.70), assim como o sujeito é “corte da linguagem” (p. 69). Dizeres que se sustentam por conta da sua divisão, divisão que opera na cisão do eu em Freud, na linguagem, pela não correspondência e pela identificação do sujeito com *a*, considerando que nada pode representar algo que seja irrepresentável. Por isso mesmo a necessidade, segundo Porge, de uma distinção clara entre sujeito e subjetividade no âmbito psicanalítico, pois a correspondência entre esses dois termos não consiste.

No segundo capítulo, foi traçado ao longo das obras freudianas o que pode ser depreendido da noção de desejo, conforme inaugurado por Freud. O “*Wunsh*”, que Freud destacou ao longo de suas obras, consolidou-se como o ponto central para pensar a Psicanálise e o trabalho analítico, já que a escuta do analista dá lugar para que esse desejo possa comparecer. Tendo em vista sua elaboração sobre a experiência de satisfação, que, associada à fantasia, buscará a todo custo reencontrar a satisfação mítica, Freud encontrará na estrutura do aparelho psíquico o fundamento para essa noção de desejo,. O que se almeja reencontrar será o objeto desde sempre perdido como resultado dessa operação. Esse movimento de busca pelo reencontro fundamentará a forma como cada sujeito vai lidar com a falta de resposta em sua relação com seus objetos de satisfação.

Concluimos que a pulsão se apresenta em sua dimensão psíquica a partir do desejo, e que o objeto de desejo no plano da consciência será secundário em sua importância, já que é o que há de mais variável. Assim, podemos pensar que, ao construir nos textos metapsicológicos a noção de desejo, a radicalidade freudiana está em colocar no plano do desejo inconsciente o pensamento. Todo pensamento está regido por um princípio de prazer, que funciona pela lógica do desejo inconsciente. Essa radicalidade vai ao encontro da noção de sujeito apresentada por esta dissertação, no ponto em que será somente no lugar da subversão da razão e da certeza que o sujeito do inconsciente poderá emergir.

Se a radicalidade freudiana está em pensar que o pensamento racional está em sua origem no plano do princípio de prazer, Lacan tomará esses princípios para desenvolver a noção de que o sujeito só surge pela via do Outro, pois será no Outro que estarão os significantes primordiais que comporão a fantasia inconsciente do qual o pensamento é tributário. Por meio da noção de sujeito como corte, como descontinuidade no real, devido à não correspondência da linguagem, Lacan situa que será no lugar do Outro que o sujeito poderá se sustentar. O falante só poderá emergir nas tramas da linguagem quando seu discurso for o discurso do Outro, à medida que o Outro é ao mesmo tempo lugar de endereçamento e lugar de origem da fala.

Sustentar-se pelo Outro, pelos significantes advindos do Outro, configura assim uma demanda que introduz o Outro como primordial, por se tratar sempre de uma demanda de reconhecimento que comparece como amor. Mas, ao mesmo tempo, é da ordem do insuportável para o sujeito ficar sempre fadado a essa demanda, “necessitando” ocupar um outro lugar, lugar que ele pode responder por si mesmo. O “necessitando”, nesse sentido, ganha uma outra conotação, pois o sujeito acredita que há algo da ordem de uma necessidade que seja somente sua, de onde parte o seu desejo. Aqui, ele já está inserido no engano fundamental de que algo que seja da ordem de uma necessidade ordinária compareça direcionando o seu desejo, engano que precisa comparecer fantasisticamente para que ele não se depare com sua condição de “nada”. Logo, a dialética da demanda e do desejo é estabelecida, tendo por trás uma outra dialética permitindo todo esse movimento, a dialética da alienação-separação.

Segundo Lacan: “[...] tudo o que, no sujeito, se apresenta como realização de seu desejo é, para dizê-lo claramente, algo que não pode ser demandado” (LACAN, 1958-59/2016, p. 138). A forma como se estabelece a relação do sujeito com o Outro, e que dará movimento à sua vida, será pela dialética demanda-desejo. Da mesma forma que, no campo da demanda, “o discurso é o discurso do Outro”, no campo do desejo, “o desejo é o desejo do Outro”. Ambos estão relacionados, pois, assim como o sujeito só poderá se estruturar ao demandar do Outro, seu

desejo será desejo do Outro e, ao mesmo tempo, desejo direcionado ao Outro. Aqui, a radicalidade lacaniana sustenta que nada resta para o humano da ordem de uma necessidade, qualquer possibilidade de emergência está desde o início marcada pelo simbólico, já que, antes que tudo compareça, a linguagem já se estabeleceu. De acordo com Lacan:

Uma coisa é o que se articula nesses significantes recalcados e que é sempre uma demanda, o desejo é outra coisa, na medida em que o desejo é aquilo mediante o que o sujeito se situa, devido à existência do discurso, com relação a essa demanda. Não se trata, com efeito, do que ele demanda, mas do que ele é, em função dessa demanda. (LACAN, 1958-59/2016, p. 158-159)

Isso que o sujeito é em função da demanda marca o quanto o desejo está para além da demanda, articulada ao Outro, mesmo que Lacan pontue que nesse lugar o Outro perde a sua primazia. A subversão conta, portanto, com o engano fundamental do lugar do Outro, posto pelo desejo, que já inscreve esse Outro como lugar de endereçamento.

Nesse sentido, encontramos o *a* como objeto do desejo. Ao longo das construções de seus seminários até *O Seminário, livro 10: a angústia*, de 1962-1963/2005, Lacan tomou o objeto *a* como objeto desde sempre perdido, freudiano, como o objeto do desejo, que inserido na fantasia o sujeito almeja reencontrar. Entretanto, nesse Seminário, Lacan fará a passagem do objeto do desejo ao objeto causa do desejo, considerando, nesse momento, que a angústia se encontra em uma relação direta com *a*. Da mesma forma que a angústia, o desejo “não pode ser sem objeto”, fazendo com que objeto *a* assuma sua função enquanto causa do desejo.

Essa passagem do objeto do desejo ao objeto causa de desejo se dá quando Lacan aponta o *a* não como à frente do objeto, como aquilo que o desejo almeja alcançar, mas sim que ele está por trás, fazendo com que *a* produza desejo. Qualquer objeto que o sujeito almeje, que esteja inconscientemente no seu campo pulsional, só surge pela luz de *a*, e por isso mesmo o objeto *a* está como ágalma. O sujeito se divide pelo objeto *a*, que metaforicamente está pautado no objeto desde sempre perdido, que nos diz que o psiquismo só poderá construir sua estrutura por meio da satisfação mítica. É no lugar de onde não se tem mais, que o desejo emerge fazendo dar contornos à pulsão. Logo, *a* ganha destaque por ser onde surge o sujeito; é pela divisão psíquica que ele provoca que o sujeito do inconsciente pode emergir.

Lacan defende que, se por um lado esse objeto não se capta pela representação, o que constitui o campo do sujeito são seus efeitos. Efeitos que se encontram na possibilidade de emergência de um sujeito no campo do Outro; já o sujeito no lugar do Outro capta o objeto

identificando-se, constituindo-se a partir dele. O lugar no Outro é a possibilidade para a emergência do sujeito, e essa emergência se faz pela base estrutural da falta, pois não há correspondência no lugar do Outro, não há Outro do Outro.

Mediante essa condição, o sujeito só poderá emergir se puder operar em uma dialética, estar no lugar da demanda e no lugar do desejo, já que é algo de um nível insuportável situar-se em um só lugar. Da mesma forma, é preciso que opere uma outra dialética, situada entre a alienação e a separação. Demanda – alienação / desejo – separação dizem do movimento que o sujeito faz no Outro como lugar de endereçamento e de origem. É preciso se alienar pelo vel do significante unário para que, ao fazer a passagem para o significante binário, na separação, algo possa emergir que o signifique como sujeito, isto é, algo que se tome como seu desejo.

Entretanto, já que a essa dialética só é possível operar pelo objeto *a*, aquilo que o sujeito toma como representante de seu desejo, como o que representa a si mesmo como sujeito, está inscrito no jogo do engano fundamental, pois, ao passar de S1 para S2, o S2 não é mais o S1, sua origem. S2 é o representante representativo, que, por se formar por causa de *a*, tem como condição o próprio desaparecimento. Toda essa dinâmica, e principalmente a passagem que Lacan realiza do objeto do desejo para o objeto causa do desejo, evidencia que a condição possível à emergência do sujeito será na dialética demanda-desejo, que está também implicada na dialética alienação-separação.

Por fim, depois de retomar essas questões que emergiram ao longo de toda esta construção, sinalizamos para esta outra, que não pôde ser desenvolvida, mas que não deixou, durante este percurso, de nos cutucar incessantemente: o que é, considerando a noção de desejo como axial para os fundamentos da Psicanálise e para o trabalho analítico, o desejo do analista? Guardemos essa questão, talvez questão de um desejo específico, desejo desta pesquisadora, para que ela possa retornar, em breve, em outros trabalhos, que, com certeza, convocarão novas leituras para a continuidade destes estudos e desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Burgarelli, C. G. (2000) Língua Materna, Autismos e Estruturação dos Sujeitos. In: *Revista Interação*, 1(24), 69-77.
- Burgarelli, C. G. (2016) D'infans à sujet: l'évènement corpslangage, projet de recherche, post-Doctorad, Universidade Federal de Goiás; Université Paris 8, Vincennes Saint-Denis.
- Burgarelli, C. G. (2017) De que Sujeito se trata a Psicanálise. In: *Padecer do Significante : a questão do sujeito*, (pp. 39-58), Campinas : São Paulo : Mercado de letras.
- Cabas, A. G. (2010) *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Descartes, R. (séc. 17/1996) *Discurso do método*. Tradução sob a direção de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Dor, J. (1995). *Introdução à leitura de Lacan: estrutura do sujeito*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul.
- Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Freud, S. (1895/2006). Projeto para uma Psicologia Científica. In: Freud, S. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*.(Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1900a/2006). A Interpretação dos Sonhos I. In: Freud, S. *A interpretação dos sonhos (I) (1900)* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. IV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1900b/2006). A Interpretação dos Sonhos II. In: Freud, S. *A interpretação dos sonhos (II) e sobre os sonhos (1900-1901)* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. V). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905/2006). Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In: Freud, S. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1911/2004). Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1911/2006). Notas Psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides). In: Freud, S. *O Caso Schreber, Artigos sobre a Técnica e outros trabalhos (1911-1913)*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago
- Freud, S. (1914/2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In: S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1915/2004). Pulsões e Destinos da Pulsão. In: S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/2006). Os instintos e suas vicissitudes. In: Freud, S. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916.)* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/2006). O Inconsciente. In: Freud, S. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916.)* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/2006). Esboço de Psicanálise. In: Freud, S. *Moisés e o Monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/2006). Além do Princípio de Prazer. In: S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanss, Trad., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923/2006). O Eu e o Id. In: Freud, S. *O Eu e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930[1929]/2006). O mal-estar na civilização. In: Freud, S. *O futuro de uma ilusão. o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1933/2006). Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In: Freud, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)*. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (1991a) *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: RJ: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1991b) *Introdução à metapsicologia freudiana 1: Sobre as Afasias e o Projeto de 1985*. Rio de Janeiro: RJ: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (2008) *Introdução à metapsicologia freudiana 2: A Interpretação dos Sonhos 1900*. Rio de Janeiro: RJ: Jorge Zahar.
- Hanns, L. A. (2004) Nota do editor em Pulsão e Destinos da pulsão. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. (1949)/1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J., (1966/1998) *Escritos*. Trad. Sob a direção de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1949)/1998). Subversão do Sujeito e dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano. In Lacan, J., (1966/1998) *Escritos*. Trad. Sob a direção de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1953-54/1996). *O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Trad. Sob a direção de Betty Milian. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1957-58/1999). *O Seminário, Livro 5: As Formações do Inconsciente*. Trad. Sob a direção de Marcos André Vieira. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1958-59/2016). *O Seminário, Livro 6: O desejo e sua interpretação*. Trad. Sob a direção de Claudia Berliner. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1961-62/INEDITO). *O Seminário, Livro 9: A Identificação*. Inédita tradução brasileira *apud* Porge, E. (2014) *Fundamentos da Clínica Psicanalítica*. Campinas : São Paulo : Mercado de letras.
- Lacan, J. (1962-63/2005). *O Seminário, Livro 10: A Angústia*. Trad. Sob a direção de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964/2008). *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1967/2003). Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista na Escola. In: *Outros Escritos*. Trad. Sob a direção de Marcos André Vieira. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Leite, N. V. A. (2017) *Padecer do Significante : a questão do sujeito*. In: *Padecer do Significante : a questão do sujeito*, (pp. 27-38), Campinas : São Paulo : Mercado de letras.
- Marques, J. (1993) *Descartes e sua concepção de homem*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Maurano, D. (1995) *Nau do desejo*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Quinet, A. (1991). *As 4+1 condições de análise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Porge, E. (2014) *Fundamentos da Clínica Psicanalítica*. Campinas : São Paulo : Mercado de letras.
- Porge, E. (2017) Um sujeito sem subjetividade. In: *Padecer do Significante : a questão do sujeito*, (pp. 11-26), Campinas : São Paulo : Mercado de letras.
- Sales, B. A. (2007) A polissemia do sujeito cartesiano, *Revista Princípios*, 14(22), p. 79-92. Recuperado de: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/472>.
- Strachey, J. (2006). Nota do editor em Instintos e suas vicissitudes. In: S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos* (Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Vivés, J. M. (2012) *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, RJ: Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.
- Vorsatz, I. (2015) O sujeito da Psicanálise e o sujeito da ciência: Descartes, Freud e Lacan, *Revista Psicologia Clínica*, 27(2), p. 249-273. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000200013.

